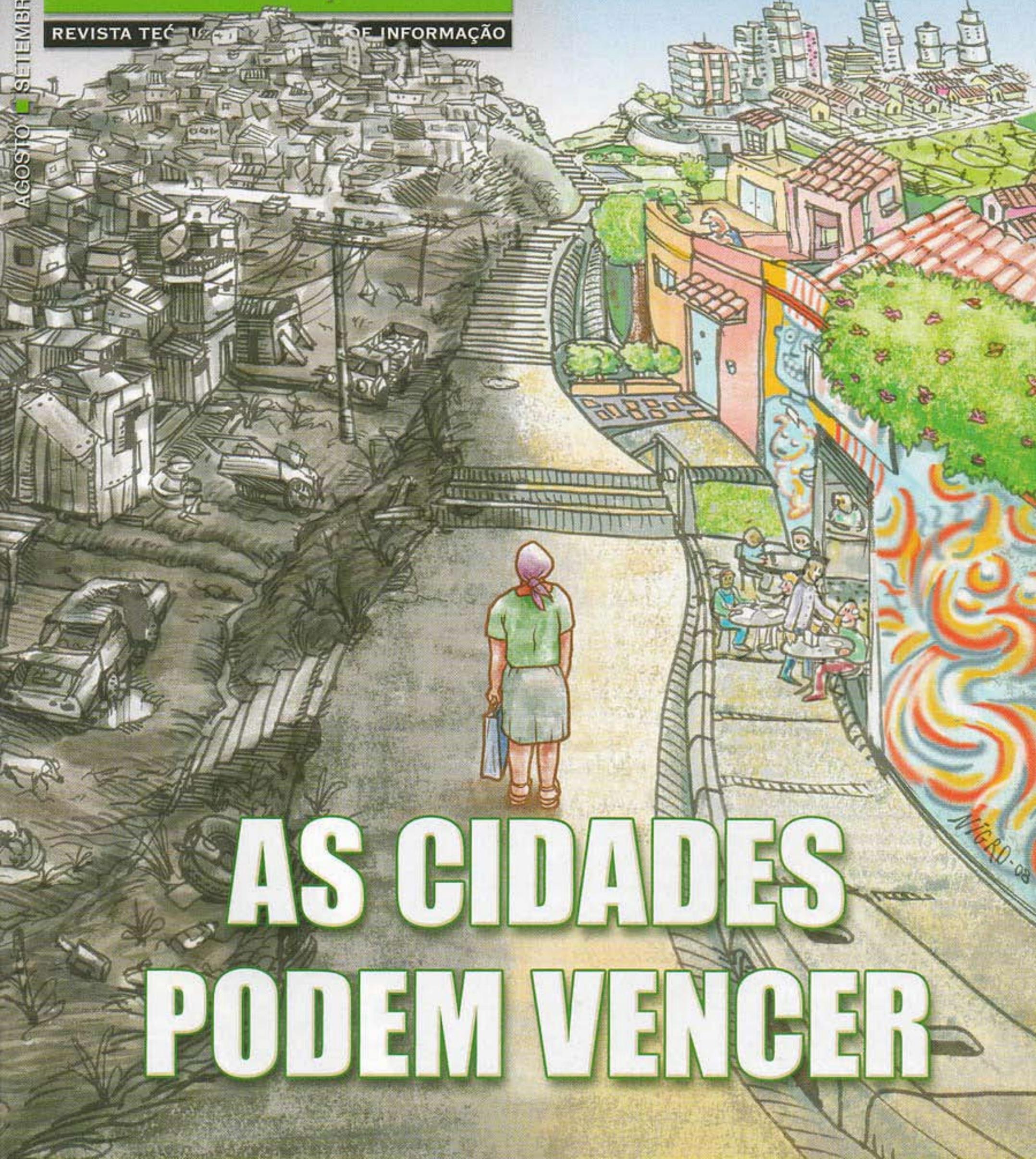


Princípios

REVISTA TÉCNICA DE INFORMAÇÃO

Apesar das adversidades o povo vai às urnas com a esperança de que os municípios sejam territórios onde a vida floresça com dignidade



AS CIDADES PODEM VENCER

Plácido de Castro

O sacrifício de um herói brasileiro.

O nome de Plácido de Castro está escrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Plácido de Castro encarnou a indignação do povo brasileiro com a ascendência política da Bolívia sobre o Acre, fato à época tolerado pelo próprio governo do Brasil. Desde o final do Século XIX a questão do Acre era debatida nas metrópoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro, em função da movimentação internacional para usurpar os seringais acreanos, fonte mais produtiva do látex e da borracha, o ouro negro essencial para a revolução industrial que transformava a economia do mundo.

Plácido de Castro, militar nascido em São Gabriel - RS, aceitou a convocação de seringalistas, comerciantes e intelectuais de Manaus e do Acre, indo comandar o exército de seringueiros formado para guerrear pela afirmação da soberania brasileira na última fronteira da Amazônia.

Em 06 de agosto de 1902, ele deflagrou a Revolução Acreana, que em 24 de janeiro de 1903 incorporou para sempre o Acre ao Brasil.

Seis anos depois, em 11 de agosto de 1908, Plácido de Castro foi assassinado numa tocaia as margens do Igarapé Distração, no Seringal Benfica.

O sacrifício do maior herói da revolução também alertou que a luta para fazer do Acre a terra sonhada pelos revolucionários continuaria a exigir sacrifícios, determinação e muito trabalho.

Desde então, o Acre se afirmou como Estado brasileiro, chamou a atenção do mundo para a defesa da floresta e agora constrói uma nova etapa da sua história de libertação trabalhando com a mesma determinação dos nossos revolucionários para fazer deste recanto do Brasil o melhor lugar para se viver na Amazônia.

Centenário de Morte

Plácido de Castro 1908-2008



Um país forte se ergue em cidades prósperas, belas e humanas

O poeta Carlos Drummond de Andrade, em *Carta a Stalingrado*, proclamou: “as cidades podem vencer”. Neste poema ele exalta a vitória do povo soviético e de seu exército, em Stalingrado, sobre a até então imbatível máquina de guerra nazista. Na força e na resistência de uma cidade estava em jogo o destino de um país, e mesmo da humanidade. Esta verdade histórica simboliza muito bem a relação dialética entre a União e os municípios, entre o Estado nacional e as cidades.

Em outubro próximo, as cidades brasileiras vão às urnas. Apesar das iniquidades, reflexos do processo que forjou o Brasil “urbano”, cidadãos e cidadãs irão votar com a esperança de que as cidades brasileiras, também, podem vencer seus problemas e dilemas. Esta esperança que permeia a subjetividade do eleitorado brasileiro, na atual quadra, relaciona-se com as conquistas sociais e econômicas dos dois governos do presidente Lula. E, também, deriva da gestão democrática e eficiente de um conjunto de prefeitos. A retomada do desenvolvimento, desta vez com políticas de distribuição de renda e de investimentos nos municípios, contribuiu para melhorar a qualidade de vida nos espaços urbanos. Todavia, o imenso passivo social acumulado em décadas e décadas requer avanços e realizações ousadas.

De 1930 até meados dos anos 1970, o Brasil foi um dos países cuja economia mais cresceu no mundo. A par de um Produto Interno Bruto (PIB) entre os quinze maiores, se estabeleceu uma das mais acentuadas desigualdades de renda e propriedade da terra. Nesse período, entre as décadas de 1940 e 1980, a população brasileira se tornou majoritariamente urbana num movimento frenético. O latifúndio, a renda baixa no campo, o ínfimo preço dos produtos primários, a péssima qualidade de vida no interior empurraram milhões para as cidades.

Milton Santos, nosso mais destacado geógrafo, disse certa feita que o “território revela o drama da nação”. E os territórios, que são as cidades, retratam um modelo de desenvolvimento que nos legou, simultaneamente, crescimento econômico e concentração de renda e, ainda, desigualdades regionais.

As duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, simbolizam os impasses das metrópoles do Brasil. Um em cada cinco habitantes da capital paulista vive em favelas e na capital fluminense a violência é uma mancha de sangue que não pára de se expandir. O fenômeno da “favelização” presente no processo de urbanização mundial manifestou-se forte no Brasil. Imensas periferias superpovoadas e entregues à própria sorte, com a ausência ou a presença fraca do Estado.

Quanto à desigualdade regional, uma pesquisa feita em 2005 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) mostra bem as disparidades. Com o cruzamento de dados referentes a emprego, educação e saúde, os técnicos criaram um índice para aferir o desenvolvimento sócio-econômico. Resultado: dos 100 municípios com maior desenvolvimento, 87 estão no estado de São Paulo. Segundo mostra a análise por regiões, dos 500 primeiros colocados no ranking, 480 estão nas regiões Sul e Sudeste. Entre os 500 últimos do ranking, 421 estão no Nordeste.

Todavia, é antiga a luta do povo das cidades em busca de soluções. A luta pela reforma urbana remonta à década de 1960. Já no final dos anos 1970, mesmo com a ditadura, o povo ocupa terrenos para garantir o direito à moradia. A Constituição de 1988 assegurou avanços. O capítulo dedicado à política urbana estabelece a “função social” da propriedade urbana. O movimento comunitário, na atualidade, se fortalece tanto em elaboração de idéias e caminhos quanto em luta para obter conquistas. Em várias regiões, administrações avançaram no desafio de governar as cidades. E o governo Lula investe tanto em infra-estrutura quanto em políticas sociais.

Uma República forte e justa se ergue sob os alicerces de cidades prósperas, belas e humanas.

Índice

CAPA

Por cidades mais humanas,
o PCdoB vai à luta
Entrevista com Renato Rabelo **6**

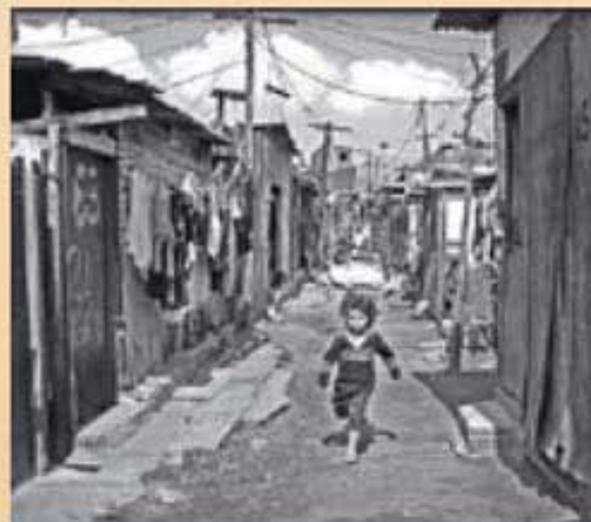
Cidades Brasileiras – humanização e os
caminhos para a Reforma Urbana
Rosana H. Miranda..... **11**



História urbana: labirinto e fronteira
Luiz Sérgio Duarte da Silva e
Adriana Mara Vaz de Oliveira..... **17**



Pactuar o território – desafio para a
gestão de nossas cidades
Raquel Rolnik..... **22**



Oito anos da história de Olinda
Luciana Santos..... **38**

Reforma Urbana
sócio-ambiental ao novo ciclo
Bartíria P. Lima da Costa..... **28**

O desafio de governar as cidades
Ronald Freitas..... **33**





Carnaval de Olinda – A Alegria de uma cidade
Ensaio fotográfico de Francisco Lima Filho, Passarinho..... **44**

A reforma urbana e a questão da terra
Raul K. M. Carrion e Elena Graef..... **69**



A centralidade da cultura
Célio Turino..... **48**

HISTÓRIA



Um Che pouco conhecido: a paixão de Guevara pela leitura
Tiago Nery..... **73**



O esporte e o lazer: contribuindo com a humanização da cidade
Wadson Ribeiro e Cássia Damiani..... **52**

Pelo fim absoluto da tortura em qualquer circunstância
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes..... **75**



Onde morar nas cidades
Daniel Nolasco..... **55**

CULTURA

Transporte público é um direito
Wagner Fajardo e Osvaldo Bertolino..... **58**

Bossa Nova, 50 anos da promessa de vida
Fabio Palácio de Azevedo..... **81**

Saneamento no Brasil – Um breve histórico até os dias de hoje
João Pedro Apolinário **62**



Justiça, segurança e paz nas cidades
Entrevista com Benedito Mariano..... **65**

Por cidades mais humanas, o PCdoB vai à luta

POR ADALBERTO MONTEIRO



▲ Florianópolis



Rio de Janeiro ➡



▼ Aracajú



▲ São Luiz do Maranhão

Apontado como uma das novidades das eleições municipais de 2008, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB – aliado a outras forças democráticas e progressistas –, disputa, com chances de vitória, prefeituras de capitais e de outras cidades importantes do país. A razão desse protagonismo dos comunistas e suas idéias e diretrizes nas campanhas para governar as cidades brasileiras são apresentadas nesta entrevista pelo presidente do Partido, Renato Rabelo

Princípios – As eleições municipais decidem os destinos das cidades. Entretanto, há um debate sobre o impacto de seus resultados na próxima eleição presidencial. Qual sua opinião?

▼ Porto Alegre



▲ Curitiba



▼ Porto Velho



← Belo Horizonte

Renato Rabelo – Em relação a essa questão penso que 2008 é a “largada” para 2010. Não há como separar uma coisa da outra. De certa forma, as eleições municipais preparam as eleições de 2010, porque o resultado de 2008 vai influir na correlação de forças políticas do país. Seria ingenuidade afirmar que não há influência na correlação política para 2010. É importante esse balizamento para não haver uma leitura superficial desse embate e nem serem cometidos equívocos na política de alianças.

Princípios – Neste início de campanha, como se apresentam as perspectivas nos campos políticos em luta?

Renato Rabelo – As forças do campo de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficaram bem situadas, embora haja uma diversidade de candidaturas. Todavia, a tendência é que se realize – sobretudo em cidades que terão dois turnos – uma convergência no segundo turno em torno de uma candidatura do campo político do governo Lula. A não ser em

casos muito excepcionais, a tendência principal é essa. Tanto que Lula já liberou o uso da imagem dele para todos os candidatos do leque de partidos que o apóiam. Com isso, apesar de um mesmo município ter mais de uma candidatura dos partidos da base aliada, o apoio ao presidente da República é que representará um ponto de encontro entre elas, provocando certa homogeneidade.

Princípios – E especificamente em relação à esquerda, como ela está situada?

Renato Rabelo – Dentro do campo de apoio ao presidente Lula, a esquerda tem jogado um papel importante. Novamente, no seu âmbito de atuação, se confirma a hegemonia do PT. Este diagnóstico se refere às capitais e às demais cidades grandes. Não me refiro à totalidade dos municípios, mas às cidades que concentram a maior quantidade de eleitores. Quanto ao Bloco

de Esquerda, ele procurou desempenhar seu papel como ficou patenteado em São Paulo. Mas recebeu os impactos dispersivos de uma eleição atomizada, marcada por uma realidade política que se diferencia de um município para outro. Destaco no Bloco, enquanto resultado, uma aliança básica entre PCdoB e PSB.

Princípios – Vários analistas políticos destacam as chances do PCdoB em colégios eleitorais de peso como uma das novidades desta eleição. Qual a razão dessa participação destacada?

Renato Rabelo – O PCdoB, desta vez, tem um projeto eleitoral mais ambicioso. E pela primeira vez ele aparece com destaque, com candidaturas majoritárias em grandes colégios eleitorais e centros políticos importantes. Isso decorre do êxito da orientação traçada já desde o início de 2007, em que o PCdoB deveria ter uma política mais afirmativa do ponto de vista do Partido e maior ousadia com referência a seus objetivos políticos. Então, como consequência disso, formulou um projeto que, digamos assim, pela primeira vez se destaca nessas cidades de importância maior. Pelos dados desse período inicial da campanha, várias candidaturas do PCdoB são competitivas e disputam com chances de vitória. Por uma questão de espaço, comentarei somente algumas delas. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o segundo colégio eleitoral do país, o PCdoB tem uma candidata muito bem posicionada: Jandira Feghali é a segunda colocada em todas as pesquisas de opinião feitas até aqui. Em Porto Alegre, Manuela D'Ávila disputa a segunda posição. Na cidade de Belo Horizonte, Jô Moraes, neste início de campanha eleitoral, aparece na frente, é líder nas pesquisas contra um candidato apoiado pelo governador do estado e o prefeito da cidade. Além disso, há candidaturas em outras capitais importantes: Ângela Albino, em Florianópolis; Flávio Dino, em São Luis; e, ainda, Ricardo Gomide em Curitiba; David Chiquilito, em Porto Velho.

E não apenas nas capitais, o Partido disputa também prefeituras importantes, como Jundiá em São Paulo. No projeto partidário, sublinho duas cidades: Aracaju e Olinda. Elas têm uma importância particular porque já são administradas pelo PCdoB. Olinda, já por dois mandatos. Se o PCdoB eleger Edvaldo Nogueira, em Aracaju e Renildo Calheiros em Olinda, essas vitórias terão o significado de que a gestão do PCdoB foi aprovada pela população.

Princípios – Passou pelo teste de governar?

Renato Rabelo – Passou exatamente pelo crivo da população. No caso de Olinda seria um terceiro governo seguido do PCdoB, mostrando que reúne

condições, portanto, de governar. E em Aracaju seria a reeleição do atual prefeito, Edvaldo Nogueira, que dá continuidade a um tempo novo que surgiu nesse estado desde a eleição de Marcelo Deda. Porque de certa forma o aparecimento de Deda, hoje governador, é uma fase nova nesse estado, por ter enfrentado as oligarquias tradicionais de Sergipe. E Edvaldo dá continuidade a isso. Se ele se reeleger mostra, portanto, que também temos condições de governar uma capital como Aracaju.

Princípios – Como se explica esse fenômeno de o PCdoB, um partido ainda pequeno, ter lideranças tão competitivas em capitais importantes?

Renato Rabelo – Obviamente, isso não acontece por acaso. Um partido que tem capacidade e condições de apresentar lideranças políticas de relevo demonstra que soube construir lideranças de porte. É uma prova de que o PCdoB é um partido que vem se afirmando, crescendo, se ampliando e que passa a gozar de um prestígio, de uma autoridade crescente no âmbito político nacional. Esse é um dado insofismável, dito até por setores da oposição. É um partido hoje respeitado no país. Ele tem se destacado exatamente por sua coerência, por suas posições. É um partido que de certa maneira é uma espécie de “instituição política” nacional por sua longa trajetória percorrida no país. Em mais de 86 anos de existência, desempenhou um papel de força avançada em todo o processo político brasileiro, desde o início do século passado.

Outro fator: Já não estamos naquele período de queda da União Soviética, no início dos anos 1990, quando prevaleceu uma avalanche conservadora contrária ao socialismo e ao comunismo. De lá para cá, sublinhe-se, em pouco tempo histórico a vida vai comprovando não ter havido nenhum “fim da história”, e não proceder a sentença da propaganda capitalista de que o socialismo fracassou, de que não é viável. Na realidade, a vida vai comprovando que o socialismo está começando, está iniciando sua presença na cena da história. Porque o sistema capitalista cada vez mais demonstra sua impotência para enfrentar os grandes desafios da nossa época. As crises sucessivas, as agressões contra os povos atestam nossa afirmativa. Estamos atravessando agora uma crise econômica de grande dimensão, que pode ter impactos ainda imprevisíveis. Tudo isso mostra que a vida fala mais alto, e que os comunistas são capazes de apresentar uma alternativa. Uma alternativa para uma situação que nega ao povo a prosperidade, que nega às nações o direito à paz e ao desenvolvimento. O capitalismo vai se revelando aos olhos

de muitos como a fonte dessas graves ameaças que atornam o mundo. Essa trajetória joga para longe – apesar de ainda recente – aquele clima de obscurantismo decorrente do fim da União Soviética. Esse ímpeto anticomunista diminuiu.

Um terceiro fator é que o partido demonstrou ter capacidade para uma comunicação fluente com setores importantes da população e para estabelecer vínculos com a juventude e as mulheres; para ser um canal de representação política desses segmentos. Isso por suas posições políticas, por sua conduta e coerência. Entre nossas lideranças, destacam-se, exatamente, jovens e mulheres. E isso é um trunfo, pois um partido que consegue crescer entre as mulheres e entre os jovens demonstra uma capacidade de renovação extraordinária. E vejam, tais setores eram politicamente marginalizados, sem espaço político. E o fato de agora surgirem desses segmentos lideranças expressivas, através do nosso partido, demonstra então haver alguma tendência renovadora pelo caminho. E quem está expressando isso é o PCdoB.

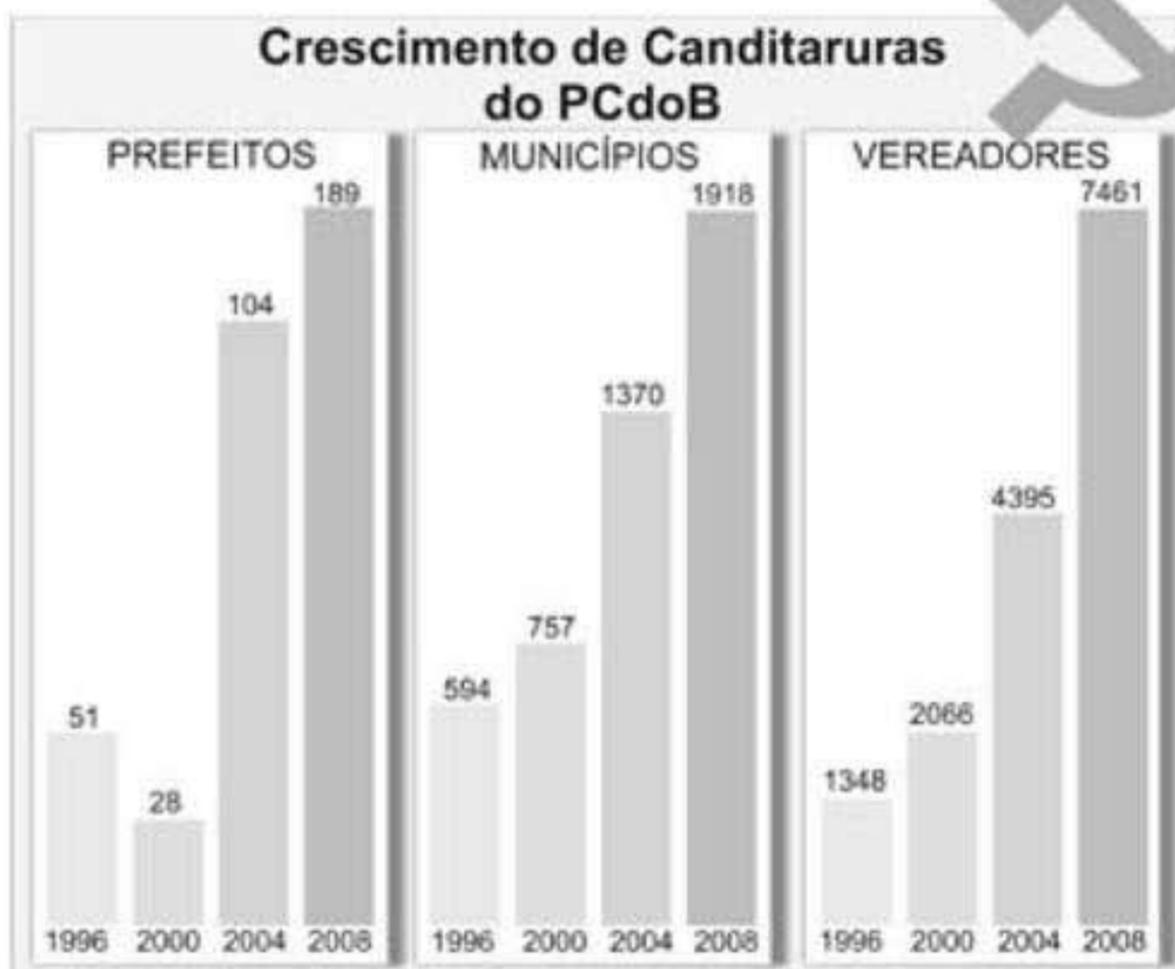
Princípios – O projeto eleitoral do PCdoB ressalta a opção dos comunistas brasileiros pela participação em governos nas diferentes esferas. Em que se alicerça essa convicção do PCdoB de assumir essas responsabilidades de governo no capitalismo?

Renato Rabelo – A atividade política do partido não se restringe a um setor. Hoje ela é multifacética. E, sobretudo a um partido como o PCdoB – que tem objetivos estratégicos de governar o país e de, no presente, influenciar e contribuir com as realizações de governos democráticos – impõe-se na contemporaneidade o desafio de ter de dar provas de que pode e sabe governar. Porque faz parte da experiência política saber governar. Além disso, o partido tem a atuação fundamental – pela própria origem, pela própria compreensão nossa de como podemos crescer e acumular forças – de atuar junto ao povo, sobretudo entre os trabalhadores. O Partido tem uma atuação permanente e não apenas no período eleitoral. Essa atuação contínua, que destaca talvez o PCdoB dos demais partidos, manifesta-se com força nos movi-

mentos sociais: na esfera sindical, estudantil, da juventude, de mulheres etc. Ou seja, nas atividades do movimento social do país temos uma atuação destacada. Além disso, participa no cotidiano do debate de idéias com sua imprensa, procura expor suas opiniões nos meios de comunicação.

Princípios – Quais são as idéias e as principais diretrizes programáticas do PCdoB para enfrentar o desafio de governar as cidades?

Renato Rabelo – O Brasil transformou-se num país eminentemente urbano, com metrópoles e cidades médias e pequenas. Esse processo de urbanização foi muito rápido, uma particularidade do nosso país, o que provocou o acúmulo e um contencioso social enorme. E com isso



Fonte – A Classe Operária 5 de agosto de 2008

as cidades incharam. Esse inchamento criou grandes deformações, como acontece com um corpo obeso. É o caso hoje das metrópoles, dos aglomerados urbanos. Então, quando o Partido propugna governar esses centros urbanos, nossa diretriz principal de governo deriva dos vínculos históricos e atuais do PCdoB com os direitos e os interesses dos trabalhadores e do povo. Por isso, nosso programa para as cidades busca dar respostas a esse contencioso que se formou nas grandes cidades.

No concreto, o programa, as diretrizes de governo devem responder, além de outros, a dois problemas fundamentais: primeiro, enfrentar os graves proble-

mas sociais que afetam as cidades, sobretudo suas periferias. Dramático cenário presente não apenas nas grandes e médias, mas até nas pequenas cidades. O fato é que nessas cidades formaram-se grandes periferias nas quais se acumularam gravíssimos problemas. E se instaurou uma defasagem entre as demandas dessa realidade e a capacidade de resposta das administrações municipais. A péssima condição de vida do povo nas periferias retrata a grande desigualdade social que há no Brasil. As cidades com suas periferias gigantes – onde o povo padece toda sorte de privações – refletem as distorções do modelo de desenvolvimento que vigorou até bem pouco tempo. É uma face da concentração de renda e da desigualdade.

Por isso, uma prioridade de nossas diretrizes é dar respostas a essa situação dramática e perversa que impera nas periferias. Como? Para que progressivamente diminua essa absurda desigualdade social é preciso avançar na universalidade e na qualidade da saúde, da educação e, também, da moradia. O incremento dessas políticas públicas requer uma ação conjugada das esferas federal, estadual e municipal. Se não há acesso à educação de qualidade como um direito para todos, de igual modo à saúde e, também, à moradia para todos, não se pode ao menos amai-nar as desigualdades. Trata-se, portanto de ampliar, aprofundar a democracia para se enfrentar essa herança de desigualdade e exclusão social.

Segundo, além dessa problemática das periferias, há três outras questões que afetam a cidade como um todo: transporte, mobilidade social, segurança pública e meio ambiente.

Se não há transporte coletivo ágil e de qualidade a cidade como um todo é atingida. Chamo de contencioso porque não foi devidamente enfrentado e foi sendo agravado. Esse é um problema que deveria ter recebido investimentos crescentes já há muito tempo para que não tivesse havido o estrangulamento já estabelecido em várias cidades. O trânsito caótico e o transporte coletivo lento representam dilemas sérios que rebaixam a qualidade de vida de todos e oneram a economia dos municípios.

A questão da segurança pública ante a crescente criminalidade e violência urbana tornou-se uma exigência destacada dos cidadãos. A violência atinge a todos. Embora os ricos sejam alvos de crimes contra o patrimônio e os pobres vítimas de crimes contra a vida. O trágico é que os jovens pobres são as maiores vítimas. O elenco de medidas para assegurar a paz nas cidades requer uma interação da prefeitura com o estado e a União, os principais responsáveis pela segurança.

Por fim, a questão do meio ambiente também atinge o conjunto da cidade. O processo de urbaniza-

ção caótico e o modelo de desenvolvimento medíocre que não buscou harmonizar as atividades econômicas com a preservação ambiental devastaram as cidades, destruindo sua flora e poluindo seus rios. O saneamento, apesar dos investimentos recentes do governo federal, ainda está longe de se universalizar. Todos são afetados, mas obviamente os pobres sofrem mais, muitos vivem em locais insalubres e em áreas de risco. A luta por cidades saudáveis se impôs como uma necessidade imperativa.

Por falar em cidades saudáveis, destaco o papel do esporte, do lazer e da cultura nesse processo que chamamos de “humanização” das cidades. O PCdoB, à frente do Ministério do Esporte e de várias secretarias municipais e, também, com responsabilidade no Ministério da Cultura, tem dado contribuições destacadas na elaboração de políticas públicas e programas que alargaram o acesso do povo a essas atividades.

Portanto, face a esses problemas fundamentais nosso dever é ter diretrizes para enfrentá-los. Claro, sem deixar de levar em conta as particularidades de cada cidade, com os desafios mais urgentes que cada uma tem. Em síntese, nosso programa tem como cerne o enfrentamento das desigualdades para que tenhamos cidades mais humanas e, simultaneamente, a busca por superar aqueles problemas que afetam a cidade como um todo.

Princípios – Por último, por favor, discorra sobre a dimensão democrática de governar as cidades.

Renato Rabelo – A democracia é uma das marcas das experiências de governo do PCdoB. Pode-se dizer até ser uma forma de o PCdoB governar. A governança em torno de uma aliança ampla, com a participação de todos. Os exemplos de Aracaju e de Olinda demonstram que o PCdoB não governa sozinho. Administramos com os partidos aliados, ouvindo sempre os segmentos e instituições das cidades e buscando uma crescente participação da população nos destinos do município. Ligado a isso, incentivamos a formação de fóruns, de espaços de participação popular para que a própria população tenha canais para expressar suas opiniões, junto tanto ao prefeito e a seus auxiliares quanto à Câmara de vereadores.

Ressalto, finalmente, que para nosso Partido o patrimônio e os recursos públicos são sagrados. Sua utilização deve se dar sob as normas da legalidade, da eficácia, da honestidade e sob a égide do interesse público.

Adalberto Monteiro é Presidente da Fundação Maurício Grabois e editor de Princípios

Cidades brasileiras- humanização e os caminhos para a Reforma Urbana

ROSANA H. MIRANDA

O município de Ouro Preto, em Minas Gerais, é famoso por sua arquitetura colonial.

Foi a primeira cidade brasileira a ser declarada pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade em 1980



Neste início do século XXI a população urbana do Brasil é maior do que a rural refletindo uma situação que predomina no mundo. Para que se possa fazer destas cidades um espaço onde as pessoas vivam bem é necessário conhecer nossa história para se construir um planejamento de longo prazo que contemple a todos

A formação das cidades brasileiras – as vilas e o caráter português na colonização

A formação das cidades brasileiras pelos portugueses no período colonial tem características diferentes das cidades da América espanhola, tanto na escolha de suas localizações quanto em seu desenho e construção. O estudo de sua história e conhecimento das etapas de seu desenvolvimento é um importante instrumento para conhecer melhor as possibilidades de novos arranjos no espaço urbano cotidiano das diversas cidades brasileiras.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, os espanhóis imprimiram na sua colonização na América uma rigorosa normatização através das leis do reino de Castela, cujos exemplos estão nas inúmeras normas determinadas pelas Leys de las Índias Occidentales.

O rigor do traçado urbano proposto baseava-se num conjunto de normas racionalistas que tinham como principal elemento as linhas retas e o xadrez na configuração do desenho urbanístico.

As normas definiam que a construção das cidades deveria começar pela praça maior, com dimensões adequadas ao futuro crescimento urbano e, ao redor dessa praça, o casario seria construído de acordo com o alinhamento definido com extremo rigor e o traçado das ruas também seguiria o ângulo reto como principal diretriz.

A orientação principal para os colonizadores espanhóis era de que ocupassem as localidades favoráveis à implantação das vilas e cidades longe da costa por se tratar de terras ruins e os povos aí encontrados eram de “má índole”, e melhor seria sua localização pelo interior.

Esta diretriz era oriunda de uma intenção deliberada de ocupação do território e sua dominação com caráter permanente de forma diferente dos colonos portugueses que estavam no Brasil para extrair o máximo das riquezas encontradas e enviá-las para a Metrópole.

Os portugueses, ao contrário, orientaram prioritariamente a ocupação com instalação de vilas na costa, pois isto facilitava o transporte de mercadorias para o porto e seu envio a Portugal. Prevalencia a intenção aventureira e não de planejamento como

assim determinavam os espanhóis.

Esse traço da colonização dos portugueses, com pouco interesse pelos trabalhos manuais, buscou o caminho menos laborioso de ocupar a colônia, seguindo a geografia da paisagem existente que configurou as primeiras vilas e cidades e baseando-se mais na experiência conhecida nas cidades portuguesas e no domínio da arte das navegações marítimas e fluviais pelos portugueses que preferiram se situar ao longo da costa brasileira de maneira a mais rapidamente escoar as riquezas extraídas.

Sérgio Buarque explica tais opções dos colonizadores da América pela própria história de cada um desses povos. No caso da Espanha, o extremo rigor nas normas se diferenciava da realidade do

país que nos séculos XVI e XVII ainda não tinha consolidado sua unidade nacional e enfrentava muitas lutas internas da nobreza espanhola. Ao contrário de Portugal que foi a primeira nação europeia a conquistar sua unidade já no século XIII após a expulsão dos árabes de seu território,

sem contar suas dimensões reduzidas em relação aos outros países europeus.

A atitude do colonizador português tinha mais do espírito aventureiro da exploração de riquezas em função também do fato de a coroa portuguesa ter optado pelo sistema das capitanias e ter doado terras aos donatários, e pelo surgimento de cidades não ter se dado por uma orientação racional.

Outro aspecto foi a presença na costa brasileira dos índios, cujo único idioma era o tupi de norte a sul, que foi rapidamente aprendido pelos portugueses e que serviu de porta de entrada para o domínio de outras tribos indígenas, facilitando o controle do território e, de certa maneira, estimulando a permanência dos colonos na costa.

Quanto à construção propriamente dita, as cidades e vilas foram seguindo um caminho quase espontâneo de diálogo com a geografia local, seguindo a sinuosidade existente na paisagem, construindo uma plasticidade diferenciada para a feição urbana. A falta de normas rígidas permitiu que o casario fosse construído em desalinho, o que em muitos casos dificultou as reformas urbanísticas e consertos de infra-estrutura posteriores.

Particularmente na região de São Vicente e São Paulo, os colonos foram mais ousados e independentes da orientação da coroa: a miscigenação e o espírito de aventura levaram-nos à penetração no interior.

A consolidação do processo de urbanização no Brasil vem se dando desde a década de 1980

A coroa portuguesa só interfere na organização das cidades e do território da colônia a partir da descoberta do ouro, e principalmente do diamante, que originou a Demarcação Diamantina, cuja gestão passa a ser dirigida diretamente pela coroa portuguesa independente da capitania das Minas Gerais.

Nesse momento, haverá uma presença maior de funcionários do Estado português na colônia.

Mais tarde, com a administração de Marques de Pombal entre 1750 e 1777, delegada pelo rei, há uma intervenção maior do Estado português na organização do território. E com a vinda da família real, em 1808, há uma preocupação efetiva da coroa portuguesa em estruturar as cidades de acordo com os interesses do Estado.

Esses aspectos da colonização portuguesa, apesar da falta de planejamento inicial, tiveram um papel importante na formação do povo brasileiro, na miscigenação e nas escolhas do povoamento, com uma carga de "realismo" baseada na experiência, na flexibilidade e ousadia do colonizador, que permitiu, por exemplo, a descoberta do ouro e a penetração do interior e o aumento do território brasileiro além do Tratado de Tordesilhas.

Brasil urbano – embaraço ou vantagem para o desenvolvimento?

A realidade urbana brasileira, antes de ser entendida apenas como problema, deve ser encarada como uma condição favorável para atender às necessidades das comunidades no que se refere à qualidade das condições de vida na cidade.

O acesso à cidade é o acesso ao maior bem cultural construído pelo homem, que é a própria cidade como diz Henry Lefebvre.

O Brasil, como a maioria dos países do mundo, apresenta hoje a maior parte de sua população vivendo em cidades. Há 84,2% dos habitantes localizados em 5564 municípios, de um total de 184 milhões de habitantes, de acordo com a última contagem do IBGE realizada em 2007 num total de 36,3 milhões de domicílios particulares.

Em nove regiões metropolitanas, segundo dados do PNAD/2005, vivem cerca de 55,4 milhões de habitantes, representando 30,05% da população brasileira estimada em 2005, com 96,85% dos moradores dessas regiões metropolitanas vivendo nas áreas urbanas, localizadas em sua maioria próximo à costa brasileira, por razões históricas, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belém e as do interior do sudeste, como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba.

A consolidação do processo de urbanização no Brasil vem ocorrendo desde a década de 1980 e hoje a taxa de crescimento da população é de 1,41%.

A distribuição da população urbana em relação à rural segue os padrões dos países ricos, assim como as taxas de crescimento anual, como pode se observar nos índices abaixo:

PAÍSES	TAXA DE POPULAÇÃO URBANA %	ÍNDICE MÉDIO DE CRESCIMENTO ANUAL %
Estados Unidos	80,80	1,03
Canadá	81,10	1,01
França	76,70	0,60
Itália	67,50	0,33
Alemanha	88,50	0,08
Japão	65,70	0,14
Inglaterra	89,20	0,46

Os índices de satisfação da infra-estrutura básica de saneamento e transportes não acompanham a totalidade dos domicílios urbanos, o que mostra desequilíbrio no atendimento dessa necessidade que, em parte, se justifica pela rapidez com que se deu o crescimento do Brasil urbano e a inversão da feição de um país com população predominantemente rural para um país urbano.

Mas, a principal razão desse desequilíbrio é a própria característica do desenvolvimento do sistema capitalista, sendo que não foi diferente o processo ocorrido com as cidades européias a partir da Revolução Industrial que atraiu milhares de trabalhadores livres do campo para a cidade sem que esta oferecesse as condições adequadas de habitabilidade para essa nova leva de habitantes urbanos.

Esse processo vai provocar a saturação das áreas mais antigas de urbanização, posteriormente seu esvaziamento, sua degradação, e a busca por setores com menor renda de áreas mais baratas, sem infra-estrutura para se viver.

Somente alguns países da África, e da Ásia, ainda mantêm a população rural maior do que a urbana, como mostram os dados abaixo:

PAÍSES	TAXA DE POPULAÇÃO RURAL %	ÍNDICE MÉDIO DE CRESCIMENTO ANUAL %
Indonésia	52,10	1,31
Vietnã	73,30	1,45
China	59,50	0,67
Índia	71,30	1,62
Nigéria	51,70	2,50

Mesmo assim, a taxa de crescimento começa a se estabilizar em torno de 1%, com exceção de alguns países da África que ainda apresentam altas taxas de crescimento anual.

Mas, a maior parte da população vivendo em zonas rurais não quer dizer necessariamente fator de estagnação. Exemplo disso são os índices de crescimento da economia chinesa e de algumas áreas da Índia.

A ocupação dos domicílios particulares no Brasil nos dez estados mais populosos – São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Santa Catarina – soma 24,9 milhões domicílios e representa 68,47% do total dos domicílios brasileiros, sendo que nesses estados 4,3 milhões de domicílios encontram-se na condição de não ocupados, o que significa domicílios sem moradores permanentes no momento da pesquisa, segundo os critérios do IBGE na contagem realizada em 2007.

Esses dados nos levam a refletir sobre as estratégias para atender à real demanda habitacional para os brasileiros que ainda não possuem uma habitação digna. O déficit estimado de moradias novas nas áreas urbanas é de 4,6 milhões, segundo critérios assumidos pelo governo no Plano Nacional de Habitação, e de mais 1,7 milhões de moradias na zona rural.

Desafios para a reforma urbana brasileira

Os caminhos da reforma urbana no Brasil apresentam alguns desafios e problemas que deverão ser valorizados nas políticas de recuperação e humanização das cidades:

1) A RELAÇÃO ENTRE CIDADE E O CAMPO NO BRASIL –

De que maneira o desenvolvimento nacional pode condicionar uma relação mais equilibrada entre a economia agrícola e o crescimento das cidades ou superar o crescimento da pobreza nas cidades e no campo?

2) A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DAS CIDADES E DA PROPRIEDADE PRIVADA

A história deve ser um elemento de interpretação do passado e liga com o presente, com respeito à formação de seu povo, das razões que as configuraram de uma outra maneira. A utilização do parque construído ocioso para novos usos e para atender às demandas sociais, principalmente no campo da habitação e do trabalho, deve se lastrear nos significados históricos dos lugares construindo sua identidade e fomentando a identificação de novos moradores com o espaço urbano.

3) A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A HABITAÇÃO

O espaço público deve se constituir num elemento de agregação, de unidade e identidade da sociedade e reverter o processo de esvaziamento dos centros tra-

dicionais. O espaço público é o lugar privilegiado para construir um sentimento de cidadania e de pertencimento. A habitação tem sido resolvida em caráter individual ou coletivo pelas iniciativas das famílias ou movimentos organizados de ocupação de terras.

O que trará nova qualidade de vida às populações de baixa renda é a qualidade do espaço público a elas oferecido tanto pela prestação dos serviços públicos como também dos espaços de uso aberto e coletivo, como ruas, praças, ciclovias e locais de encontro e de atividades culturais a céu aberto.

4) O TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO COMO FATOR DE DEMOCRATIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS URBANOS

O transporte público talvez seja o instrumento mais eficaz em curto prazo para democratizar o acesso a todos os benefícios urbanos instalados numa cidade. Aqueles que vivem nas periferias distantes dos centros de comércio, serviços, lazer e emprego só dispõem de transporte como meio para aproximá-los da cidade estruturada. Portanto, antes que se desenvolvam políticas de longo prazo para viabilizar a redução da distância entre moradia e trabalho, moradia e educação, moradia e lazer e cultura, o transporte de qualidade, regular, confortável, suficiente e próximo pode ser o elemento mais democrático do processo de humanização da cidade.

5) A ESCASSEZ DE ÁGUA POTÁVEL

O acesso à água potável num quadro nacional e internacional de escassez deve ser tratado como política de Estado, assim como os holandeses a tratam, constantemente ameaçados com a submersão de suas terras. A preservação da água está intrinsecamente relacionada com a disposição de resíduos sólidos e com a educação ambiental. Para aumentar a produção de água potável é preciso cuidar das “fábricas de água”, isto é, das nascentes dos rios, como escreveu o agrônomo Xico Graziano em artigo recente.

Nossas cidades são ricas em rede hidrográfica e o “Brasil é detentor de 11,6% da quantidade de água doce superficial do mundo” (citado no mesmo artigo), e o cuidado com as nascentes deve estar inserido num programa de criação de parques urbanos e resgate da história da geografia original dos sítios urbanos brasileiros. Algumas experiências nesse sentido já foram realizadas em Rio Branco, no Acre, em Curitiba, em São Paulo com a criação dos parques lineares.

Graziano aponta, ainda, quatro medidas para a solução do problema da água: a economia responsável, a educação ambiental, o reutilização e o cuidado com as “fábricas de águas”, as nascentes. Acrescentaríamos que o investimento massivo em tecnologias de reciclagem e transformação energética do lixo são caminhos igualmente importantes.

6) A VALORIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DO URBANISMO EM MÉDIO E LONGO PRAZO

A mudança da mentalidade brasileira das gestões administrativas municipais no sentido de que o planejamento deixe de ser uma atividade subordinada apenas aos governantes e, sim, seja uma atividade constante e estratégica para a solução dos problemas urbanos é uma exigência da atualidade.

Urbanismo e planejamento democráticos de longo prazo

Os projetos para mudar a realidade das cidades brasileiras devem se basear em quatro princípios fundamentais: 1) conhecimento de sua história e formação com o seu significado e interesse para a população; 2) sua dimensão social; 3) planejamento de longo prazo; e 4) espírito democrático para a construção de seu programa e de sua implementação.

Um pacto com a sociedade civil se faz necessário para a recuperação das cidades. Inúmeros imóveis encontram-se vazios e gerando despesas de impostos e manutenção para seus proprietários, quando não encorajados por atravessadores que exploram famílias de baixa renda com o aluguel de cômodos com sobretaxas de água e luz e péssima manutenção dos imóveis.

O ônus da permanência desses imóveis vazios recai sobre os proprietários e sobre o conjunto da sociedade na medida em que todos pagam e oneram o Estado quando este tem de custear nova infra-estrutura em áreas longínquas para atender às demandas sociais nas áreas de habitação popular.

Como enfrentar este problema sem criar possibilidades de disponibilizar esse parque urbano construído à disposição de demandas sociais e aproveitar a infra-estrutura urbana já instalada em áreas consolidadas? A propriedade privada ociosa deverá compor o universo de soluções para a recuperação das cidades e de sua democratização e humanização.

Além desse, há o aspecto cultural de identidade com a cidade, como escreve Laura Varni sobre o problema da reabilitação patrimonial e a moradia coletiva na área central da cidade de Rosário.

As áreas centrais e mais antigas apresentam facilidades relacionadas à oferta de serviços e infra-estrutura que:

“(...) se relacionam com a acumulação da história urbana (...), dos serviços e equipamentos que a cidade foi demandando (...), sem dúvida, cada fragmento urbano pode contar a história completa de uma cidade, mas são as áreas centrais, como nenhum outro fragmento urbano, as que melhor representam sua evolução, já que concentram os sedimentos urbanos que reconstroem sua memória, incluindo em geral aqueles relacionados à sua origem”.

O Estatuto da Cidade já criou uma série de instrumentos de legislação urbanística que se relacionam à necessidade de a propriedade urbana cumprir sua função social, mas apenas a existência da lei tem sido insuficiente para a disponibilização do “parque urbano construído”. Será necessário fazer um amplo chamamento da sociedade civil para pactuar formas de incentivo que disponham dos imóveis ociosos com a conivência de seus proprietários, que não sejam especuladores imobiliários, mas queiram participar do processo de renovação urbana com fins sociais.

O debate para a definição das formas de financiamento para realização de projetos, obras e serviços para atendimento das necessidades da população tem colocado a alternativa bastante utilizada pela visão em que a PPP (parceria público-privada) pode ser uma das soluções para o enfrentamento de grande parte dos

problemas urbanos, onde prevaleça sempre o interesse público. As experiências recentes, no entanto, carecem de maior regulamentação para que não se demita o Estado de suas funções essenciais.

Será que o setor privado vai propor e executar as obras de infra-estrutura para as favelas do Rio de Janeiro? Ou de Salvador? Ou de Recife? Ou dos loteamentos irregulares da cidade de São Paulo?

A lógica do cidadão no planejamento

Há que se valorizar a experiência técnica que compõe as funções de planejadores e urbanistas nos órgãos do Estado e desvincular os projetos e obras de maior interesse público para o desenvolvimento urbano, do domínio temporal de uma gestão administrativa.

O conteúdo democrático do processo de planejamento garantirá a escolha acertada a partir de um diagnóstico realista das necessidades da população urbana. Exemplos positivos desse tipo de prática fi-



São Vicente, na Baixada Santista (SP), foi a primeira cidade brasileira a ter uma Câmara Municipal

zaram com que o IPPUC de Curitiba, criado em 1965, conseguisse implementar seu Plano Diretor e planos específicos e experiências concretas que transitaram de uma gestão a outra na administração da cidade sem perder as diretrizes básicas elaboradas naquele período.

O Plano Diretor de uma cidade não pode ser um instrumento de barganha de curto prazo com os setores empresariais ou com aqueles que querem fugir da legislação urbanística. É um instrumento de definição dos destinos de uma cidade com o consenso de seus moradores.

Os planos e projetos devem seguir a lógica do interesse dos cidadãos. O Metrô de São Paulo, que pode ser considerado um dos meios de transporte entre os de melhor qualidade do Brasil, atende ainda poucos grandes equipamentos públicos de interesse da população, como o Hospital das Clínicas, algumas escolas, as estações rodoviárias e alguns outros que podemos contar nos dedos.

Mas, por que uma linha de metrô não pode privilegiar o acesso aos principais parques da cidade, à Universidade pública, ao invés de despejar milhares de jovens em shopping centers, para aumentar ainda mais seu ressentimento de não ter acesso ao consumo? Ou, ainda, por que não privilegiar o acesso ao principal estádio de futebol que recebe jovens de toda a periferia urbana?

Evidentemente, os planejadores de transporte analisam o custo benefício do desvio de uma linha

em uma direção ou outra, mas é necessário uma visão integrada do planejamento de transporte com o planejamento urbano, não correndo atrás da demanda, mas propiciando a geração de demandas que possam

democratizar ainda mais o espaço urbano e o acesso a cultura, educação e lazer. E sempre é possível racionalizar os serviços e fechar estações de metrô quando o uso é restrito em dias de pouca demanda.

Recentemente a prefeitura de São Paulo restringiu o tráfego de caminhões durante o horário comercial, medida que há

anos vem sendo discutida pelos técnicos do setor de planejamento de tráfego da cidade e a resistência das empresas de entrega desestimulou governantes anteriores de tomar tal medida.

No entanto, o interesse maior da cidade hoje esgotada com os congestionamentos assimilou, num curto espaço de tempo, a decisão da atual gestão.

Portanto, o interesse do cidadão é o centro do planejamento e do urbanismo e esse interesse só estará garantido com o aprimoramento do processo democrático e participativo da gestão urbana, e com o conhecimento das particularidades de cada cidade, sua história, sua geografia, seu povo.

Este é o início da construção da reforma urbana nas cidades brasileiras.



Parque do Ibirapuera: o planejamento urbano deve proporcionar acesso a cultura, educação e lazer

Rosana Miranda

Rosana Miranda é arquiteta da prefeitura de São Paulo e doutora em urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Bibliografia:

- GRAZIANO, Xico. "Fábricas de Água". *O Estado de São Paulo*, 29/07/2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil. O Semeador e o Ladrilhador*. Companhia das Letras. 26ª edição. São Paulo, 2006.
- IBGE – Contagem de 2007 e PNAD 2005.
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Site oficial. 2008.
- LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. Centauro. 2001.
- LIMA, Evelyn Furquim W. & MALEQUE, Miria Roseira (org.). *Espaço e Cidade – Conceitos e leituras*. 7 Letras. 2ª edição. Rio de Janeiro. 2007.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades. Vozes*, 3ª edição. 2008.
- Plano Nacional da Habitação – Ministério das Cidades, documento das oficinas de trabalho. Site oficial. 2008.
- MIRANDA, Rosana H. "São Paulo, patrimônio cultural ameaçado", publicado no site www.vermelho.org.br, 27/08/2007.
- _____. "Para que serve mesmo o plano diretor de uma cidade?", publicado no site www.vermelho.org.br, 2/07/2007.
- _____. Tese de Doutorado, Moccá. Lugar de fazer casa. FAUUSP. 2002.
- VARNI, Laura (tradução de Sônia A. Le Cocq de Oliveira). "Reabilitação e moradia coletiva na área central de Rosário", in *A cidade pelo avesso – Desafios do urbanismo contemporâneo*. Rachel Coutinho Marques da Silva (Org.). Viana & Mosley Editora. PROURB. Programa de Pós-Graduação em urbanismo da FAU/UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

História urbana: labirinto e fronteira

O debate científico acerca da formação das cidades apóia-se em várias correntes teóricas. A primeira parte do presente artigo, que será publicado em duas edições, expõe um panorama de alguns campos do pensamento acadêmico, com os quais é importante dialogar

Gilberto Calixto Reis



Mítão de Lima

1887

1932



1970



2007

Av. São João, em São Paulo, e suas transformações ao longo do século XX.

LUIZ SÉRGIO DUARTE DA SILVA E ADRIANA MARA VAZ DE OLIVEIRA

Realizados a partir de 1990, por iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo (SCHU) ganharam força. Em 2008 o SCHU caminha para sua décima edição e concentra os pesquisadores voltados para as discussões em torno da cidade e do urbano.

Segundo levantamento sobre a produção científica brasileira acerca da história urbana, feito pelos historiadores Ana Fernandes e Marco Aurélio de Filgueiras Gomes no ano de 1998¹, naquele momento este era ainda um campo em construção. Dentre os autores estudados, predominavam Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda dos anos 1930, Aroldo Azevedo e Pierre Deffontaines dos anos 1950, e Robert Smith e Nestor Goulart Reis Filho dos anos

1960, que estudaram principalmente as cidades coloniais².

Na virada do século XX a questão da “modernização urbana” foi o tema abordado com maior ênfase. Esta fase foi marcada pelo intuito de elaborar um projeto de modernização nacional – com melhorias de infra-estruturas urbanas e regionais e disseminação de ideologia progressista – e pela criação de novas representações sobre a cidade e a vida urbana, embora, dada a complexificação das funções urbanas, a modernização também já fosse vista como um processo de exclusão e de segregação (Fernandes, Gomes, 1998, p. 17).

Em seu desenvolvimento essa área de pesquisa problematizou temas acerca da “modernização urbana e habitação”, abordando o problema da mora-

dia para as camadas mais pobres, do “pensamento urbanístico” que pautava a dimensão projetual do urbanismo moderno e “territórios e mercados de trabalho” que apontava para questões ligadas a territorialidade, história do lugar, apropriação, bem como para as questões do mercado informal de trabalho nas cidades.

Ao final do artigo, os arquitetos historiadores (1998, p. 23) afirmam: “Uma história urbana tem, portanto, o duplo desafio de defrontar-se com as questões colocadas pelo espaço e, mais ainda, pelo tempo, articulando-as em uma rede de significações em que o espaço problematiza o tempo e o tempo problematiza o espaço”. E constata: “Muito pouco ou nada foi problematizado na literatura específica da área, a sua teorização pouco comparece na preocupação dos fenômenos urbanos”. (1998, p. 23)

Coloca-se aí a necessidade de uma reflexão teórica mais elaborada, assentada em diálogos mais profícuos com as teorias urbanas, acerca da própria construção histórica da cidade e do urbano. Outra crítica dirige-se à obsessão dos historiadores da cidade pela modernidade, concentrando-se nos séculos XIX e XX, o que ocasiona uma delimitação espacial que inibe outras pesquisas. Para finalizar, sentem a potencialidade da história urbana como veículo de crítica e intervenção, mas reconhecem como algo ainda não concretizado.

Em 2006 o IX Seminário da História da Cidade e do Urbanismo realizado na cidade de São Paulo procurou “incentivar a reflexão sobre os distintos aportes disciplinares e metodológicos que definiram o estudo da cidade e do urbanismo como campo de pesquisa”³. As preocupações norteadoras do evento se concentraram na contribuição dos diferentes saberes para o conhecimento da experiência urbana, na constituição da questão urbana moderna, nas variações das representações mentais e construções ideológicas, nos desafios que se apresentam, e na reflexão sobre a história social e intelectual frente ao urbanismo como ciência autônoma.

O XII Encontro Nacional da ANPUR realizado em 2007 demonstrou a amplitude das pesquisas e investigações sobre a cidade. Sobre a história urbana, destaca-se a sessão temática História, cidade e urbanismo, coordenada por Eloísa Petti Pinheiro e Ivone Salgado, que fizeram um balanço dos estudos na área da história da cidade e do urbanismo, mais de dez anos após o apanhado de Fernandes e Gomes (1998). Segundo tal balanço, o crescimento dos estudos nessa área deve-se ao incremento simultâneo dos programas de pós-graduação, tanto na área de Arquitetura e Urbanismo, como de Planejamento Urbano e Territorial. Tema que tem ganhado rele-

vância é o da cidade colonial, “com estudos voltados para a sua formação, preceitos urbanísticos e morfologia assim como os sistemas e redes urbanas que estruturaram o território brasileiro” (Pinheiro, Salgado, 2007). Além desse, o tema da cidade e a cultura – territorialidades urbanas, valorização social do passado, preservação urbana, patrimônio urbano, centros históricos – é apontado como outro que emerge nos anos 1990 e que se fortalece a partir de então.

Comparando-se com a constatação feita em 1998, sobre a preponderância dos estudos da modernização urbana localizados temporalmente na virada do século XIX para o século XX, no apanhado de 2007 feito por Pinheiro e Salgado nota-se a incorporação, nas pesquisas, de questões relacionadas à forma, à estética, à legislação e à gestão. Nesse sentido, observa-se a ampliação do arco temporal abarcando desde o período colonial até a contemporaneidade.

Ao final, Pinheiro e Salgado (2007) apontam a persistência de algumas lacunas “como os estudos com perspectiva comparada, os discursos não exclusivamente técnicos e científicos sobre a cidade, o aprofundamento sobre as relações entre a pesquisa histórica e as teorias urbanas, e entre aquela e a prática projetual (incluindo-se aqui as práticas operacionais no campo da preservação), além da sempre desafiante articulação das variáveis espaço e tempo”.

2 Desde a década de 1980, a historiadora Maria Stella Martins Bresciani tem olhos para a cidade. Seus artigos e livros traduzem sua preocupação com tal objeto partindo do pressuposto da impossibilidade de estudar a cidade senão pelo viés da interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade é constitutiva do campo de saber chamado urbanismo e, dessa forma, está implícito na forma de analisar as cidades ou compor uma narrativa sobre as mesmas, afirma Bresciani (2002)⁴. Nesse sentido, percorre os caminhos que estabelecem a cidade como questão e discute as possibilidades de apreendê-la. Para tal, utiliza leituras que mesclam os discursos oficiais, administrativos e historiográficos com outros, considerados “ordinários,” (Bresciani, 1995: 143) como a literatura, os relatos memorialísticos, os diários, os artigos de jornais e outros, visando a capturar as memórias tecidas em experiências comuns a todos. Já se tornaram clássicos os seus artigos⁵ sobre as cidades européias do século XIX em que a literatura é um importante fio condutor para avaliação da nova sensibilidade que se formava. Bresciani (1992, 1993)⁶ indica a insuficiência das descrições físicas para pensar a cidade e aponta para a importância das memórias afetivas – gestos, comportamentos,

hábitos, práticas –, construtoras dos espaços, as quais constituem a própria matéria urbana. Essa matéria, formada pelo fio condutor da opinião como transmissor de memórias, tanto históricas quanto pessoais, compõe anamorficamente a realidade da cidade. Em outras palavras, são as transformações de uma forma ao longo do tempo. Desse modo, as memórias compõem o tecido de nossas relações com o espaço, diz Bresciani (1992: 164), expressando-se por meio das “dobras” Cauquelin⁷ (1982: 27), que abrangem tudo aquilo que vem do passado, inclusive os esquecimentos ou os silêncios.

3 Na construção de uma história cultural do urbano, Sandra Jatahy Pesavento é um nome referencial. Sua extensa produção acadêmica demonstra sua preocupação com esse viés da história da cidade. Segundo acredita a historiadora, “a cidade oportuniza uma ‘iluminação’ [...], inteligibilidade, cruzamento do dado objetivo (a obra, o traço, o sinal) com o eu-subjetivo (a leitura da representação)”⁸. Nesse caso, as investigações assentam-se nas representações simbólicas frente às práticas sociais, que podem ser encontradas naqueles que concebem, planejam, discutem, executam a cidade, como também naqueles que consomem ou habitam o espaço urbano. Dos estudos das cidades européias até o esquadramento de Porto Alegre por meio da literatura e dos jornais, passando por novas interpretações de Gilberto Freyre, Pesavento formula um pensamento coerente que muito tem contribuído para pensar o urbano no Brasil. Do imaginário ao artefato a cidade se mostra por inteiro.

4 “A relação cultura e cidade contemporânea” tem se feito presente nos estudos urbanos recentes. As abordagens discutem a mercantilização e espetacularização urbanas, passando por memória, patrimônio e lugar da história na cidade contemporânea. Todas essas questões permeiam a gestão urbana. Segundo afirma Fernandes⁹ (2006, p. 52), a partir dos anos 1990 culturaliza-se o mundo e, em termos urbanos e urbanísticos, a questão não é diferente, pois a “cultura passa a reger, justificar e legitimar um conjunto de intervenções que podem ser completamente antagônicas em termos de produção de sentidos ou em termos de perspectivas sociais”. Em outras palavras, a cidade passa a ser um objeto cultural – totalmente ou em partes – e, diante do processo de globalização, transforma-se em valor de troca ou de consumo. Fernandes (2006, p. 56) completa que a cidade como objeto cultural reificado pode ser lida a partir da celebração do privado, da patrimonialização e da cenarização. Nesse âmbito,

destacam-se os estudos de Ana Fernandes, Otilia Arantes, Paola Berenstein Jacques, José Reginaldo Santos Gonçalves, Rogério Proença Leite, Lúcia Lippi de Oliveira, Fernanda Sánchez, Silvana Rubino, entre outros.

5 Estudos que se descortinam com Michel de Certeau, alimentados por Benjamin e o flâneur de Baudelaire, ou ainda pelos escritos da deriva da Internacional Situacionista, despontam como outra vertente da história urbana. A maneira de compreender as cidades por meio das práticas espaciais ou mesmo corporais indica uma discussão teórica, como também envereda pelos caminhos das territorialidades e da identidade do lugar. Ao contrário do establishment provocado pela culturalização da cidade, surgem perspectivas outras com os estudos que discutem o modo como as pessoas praticam o espaço da cidade e as sociabilidades dali geradas. Desse modo, prevalecem as vivências como prioritárias à compreensão da experiência urbana. Esse percurso da história urbana ainda é recente e propõe alinhar a cidade e o urbanismo ao campo das artes, remetendo à idéia de rizoma de Deleuze e Guattari. Ao propor a lógica da multiplicidade ao contrário do pensamento binário moderno, Pasqualino Romano Magnavita (2006)¹⁰ questiona os conteúdos das disciplinas de história da cidade e do urbanismo porque expressam conteúdos esquemáticos estabelecidos, gerando repetições ao invés de buscar a diferença. É um caminho que tem interessado arquitetos, historiadores, antropólogos, geógrafos, estudiosos da arte urbana, e outros. Como percurso novo, destacam-se Paola Berenstein Jacques, Lílian Fessler Vaz, Antônio Augusto Arantes, Pasqualino Romano Magnavita, Vera Pallamin, entre outros.

6 Os estudos acerca da cidade do período colonial estiveram por algum tempo presos à construção da história da modernização brasileira. Desconstruía-se a cidade colonial para compreender a cidade moderna. Nos últimos anos, as pesquisas, em novas abordagens frente à literatura clássica do tema, voltam-se para compreendê-la em si mesma, diante da lógica de sua formação, os seus preceitos urbanísticos, sua morfologia e sua inserção nas redes que estruturam o processo de urbanização brasileiro (PINHEIRO, GOMES, 2004). Historicamente, a cidade colonial foi objeto de interesse de várias disciplinas, o que originou vários estudos sob óticas distintas. Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Aroldo Azevedo, Ro-

bert Smith, Nelson Omegna, Nestor Goulart dos Reis Filho, Paulo F. Santos são alguns dos autores que construíram a história urbana brasileira a partir da década de 1930 até os anos 1970. Esses autores ajudaram a pensar e a explicar o Brasil e alguns, como Holanda, criaram mitos, como o do espanhol ladrihador e o do português sementeiro.

Nos últimos vinte anos surgiram outros nomes e novas perspectivas para pensar a cidade. Na década de 1980, Murilo Marx interpreta a evolução da cidade brasileira a partir do percebimento entre domínio, responsabilidade e criação do espaço e do ambiente construído, relacionando Estado e Igreja, edifícios religiosos em face às edificações militares e públicas, assim como os vazios urbanos (FRIDMAN, 2004) ¹¹. Retomando as interpretações de Nestor Goulart da urbanização englobando assentamentos e ordenação do território, as pesquisas referenciais de Renata Malcher de Araújo e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno discutem o papel dos engenheiros militares e da cartografia, respectivamente, como ideologicamente fundamentais ao urbanismo português. Merece destaque ainda o estudo de Roberta Marx Delson,

também filiada às idéias de Reis Filho, que discute o planejamento para as cidades do Brasil colonial, desmistificando a sua ausência. Além desses, destacam-se os estudos de Maria Helena Occhi Flexor, Maurício de Almeida Abreu, Luiz Ricardo Centurião, entre outros.

Fernanda Arêas Peixoto em seu artigo "As cidades nas narrativas sobre o Brasil" ¹² levanta algumas questões importantes para pensar a maneira como se escreveu sobre as cidades brasileiras. Segundo constata a autora, as cidades entram de maneira confusa nos discursos sobre o país, porque, a princípio, foram pensadas a partir dos grandes espaços vazios, dos sertões, das fronteiras, do mundo rural. No século XIX e início do século XX, a compreensão da cidade como problema foi conduzida primeiramente por literatos, poetas, cronistas, artistas, fotógrafos. Nem a crescente urbanização dos anos 1920 foi capaz de suscitar o desejo da cidade. Prevalencia o desejo do universo rural e tradicional. Somente a partir de meados dos anos 1940, por meio de trabalhos acadêmicos, os estudos sobre as cidades se descolam das grandes questões nacionais, mas sem-

Bibliografia

- BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- BENJAMIN, Walter. BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2004.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *La raison Baroque: de Baudelaire à Benjamin*. Paris: Galilée, 1984.
- CALABRESE, O. *L'eta neobarroca*. Paris: B. Grasset, 1985.
- CAMPOS, Haroldo. "Barrocolúdio deleuzeano" in Alliez, E. *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- CARILLA, E. *El gongorismo en América*. Buenos Aires: FFL/UBA, 1946.
- CARPENTIER, A. *Carpentier: afirmación literaria latinoamericana*. Caracas: Ed. da FHE/UCV, 1978.
- COSTA LIMA, L. *Vida e mimesis*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1996.
- DANTO, A. *Narration and Knowledge*. New York: CUP, 1985.
- DELEUZE, G. *Le Pli: Leibniz et le baroque*. Paris: Minuit, 1988.
- _____. *O que é a Filosofia*. Lisboa: Presença, 1992.
- _____. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- ECHEVARRIA, Roberto. *La prole de Celestina: continuidades del barroco en las literaturas española e hispanoamericana*. Madri: Editorial Colibri, 1999.
- FUENTES, Carlos. *O Espelho Enterrado: reflexões sobre a Espanha e o novo mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- GRACIAN, B. *Agudeza y arte del ingenio*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1942.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- _____. *Verdade e Justificação*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HEMPEL, C. "A função de Leis Gerais em História" in Gardiner, P. *Teorias da História*. Lisboa: FCG, 1984.
- LEZAMA LIMA, J. *A expressão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LEONARD, Irving. "Baroque Times" in *Old México*. Ann Arbor: UMP, 1959.
- MAY, T. E. "Gracian's Agudeza y arte de ingenio", *Hispanic Review* 16, 1948.
- _____. "Gracian's Idea of the concept", *Hispanic Review* 18, 1950.
- MOSER, W. "Versões do Barroco: moderno e pós-moderno" in *Sociedade e Estado*. Brasília: Dep. Sociologia/UnB. Vol. VIII, n. 1 / 2, 1993.
- PAZ, Octavio. *Los hijos del limo. Del Romantismo a la Vanguardia*. Barcelona: Seix Barral, 1974.
- _____. *Sor Juana o las trampas de la fe*. Barcelo: Barral, 1982.
- REYES, Alfonso. *Cuestiones estéticas*. México: Asterisco, 1911.
- SARDUY, S. *Obra completa*. Madrid: Allca XX, 1999.
- SCHONS, D. "The influence of Góngora on Mexican Literature During the Seventeenth Century", *Hispanic Review* 8, 1939.
- SCARPETTA, G. *L'impureté*. Bari: Laterza, 1987.
- SCHMELING, M. *Der labyrinthische Diskurs: Vom Mythos zum Erzählmodell*. Frankfurt/M. Athenäum, 1987.

pre pautados pela dicotomia campo/cidade, que era tributária da dualidade litoral/sertão. Conforme destaca Peixoto (2006), os modernistas, como Mario de Andrade, incorporam a cidade em seus discursos, sempre São Paulo, antes dos intérpretes da nação propriamente ditos. Na década de 1930, inaugura-se uma reflexão mais sistemática sobre a relação entre o rural e o urbano, observando a importância da constituição e crescimento das cidades na formação nacional. São clássicos os textos de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. A autora aponta que, apesar da inegável contribuição do texto de Holanda para pensar a cidade colonial brasileira, a questão maior prendia-se a uma discussão contemporânea ao texto que era pensar a relação entre tradição e modernidade no Brasil. Já a obra de Gilberto Freyre faz uma reflexão sobre o urbano e suas múltiplas di-

mensões – de configuração física e material ao espaço de sociabilidade –, antecipando pesquisas que não vêem a cidade apenas como categoria analítica. Como dito, a partir da década de 1940, as primeiras gerações universitárias elegem a cidade como objeto de suas pesquisas. Temas como folclore, migrantes, urbanização, modernização, relações raciais são os preferidos e produzidos por nomes como Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Roger Bastide, entre vários trabalhos monográficos. Peixoto ressalta que a perspectiva das investigações gira sempre em torno da dualidade tradição e modernidade.

Luiz Sérgio Duarte da Silva é historiador e professor da Universidade Federal de Goiás e Adriana Mara Vaz de Oliveira é arquiteta e professora da Universidade Católica de Goiás

Notas

- (1) FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. "A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões". In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: Mestrado de Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998, p. 13-28.
- (2) PINHEIRO, Eloísa Petti & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. "Retraçando percursos: o papel dos seminários de história da cidade e do urbanismo na constituição de um campo de estudos". In: PINHEIRO, Eloísa Petti & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). *A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- (3) *Anais do [IX] SCHU, Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo, FAUUSP/ EESCUSP/ FAUPUCCamp/ FAUMackenzie, 2006, p. 5.
- (4) BRESCIANI, Maria Stella. "Cidade e história". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- (5) BRESCIANI, Maria Stella. "Século XIX: a elaboração de um mito literário". *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, APAH, a.7, n. 13, p. 209-243, dez. 1986. BRESCIANI, Maria Stella. "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v.5, n.8/9, p. 35-68, 1985.
- (6) BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/SP, Marco Zero, FAPESP, 1993. BRESCIANI, Maria Stella M. "Nas ruas, os caminhos da cidade". *Cadernos de História de São Paulo: a cidade e a rua*. São Paulo: Museu Paulista USP, v. 2, 1993. BRESCIANI, Maria Stella M. "Cidades: espaço e memória". In: SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória*. São Paulo: DPH, 1992.
- (7) CAUQUELIN, Anne. *Essai de philosophie urbaine*. Paris: PUF, 1982.
- (8) PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.
- (9) FERNANDES, Ana. "Cidades e cultura: rompimento e promessa". In: JEUDY, Henri Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). *Corpos e cenários urbanos: territórios e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA, PPG-FAUFBA, 2006.
- (10) MAGNAVITA, Pasqualino Romano. "Nomadologia e a história da cidade e do urbanismo no pensamento pós-estruturalista". In: *Anais do [IX] SCHU Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Paulo, FAUUSP/ EESCUSP/ FAUPUCCamp/ FAUMackenzie, 2006, p. 20.
- (11) FRIDMAN, Fania. "Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira". In: PINHEIRO, Eloísa Petti & GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). *A cidade como história. Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- (12) PEIXOTO, Fernanda Arêas. "As cidades nas narrativas sobre o Brasil". In: FRUGOLI JR, Heitor & ANDRADE, Luciana Teixeira & PEIXOTO, Fernanda Arêas (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PUC/Minas/ Edusp, 2006, p. 117-197.

Pactuar o território — desafio para a gestão de nossas cidades

Além de excludente, o modelo sobre o qual se desenvolveram as cidades brasileiras mostrou-se altamente concentrador e predatório. Reverter esse quadro requer o engajamento dos setores da política e da economia em contato com os cidadãos

A favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, localiza-se entre dois dos bairros com o IPTU mais alto da cidade, Gávea e São Conrado, marcando um profundo contraste na paisagem da região



RAQUEL ROLNIK

Há um consenso entre os estudiosos e gestores de cidades no país de que a capacidade de controle do processo de uso e ocupação do solo municipal é extremamente frágil e, por esta razão, nossas cidades crescem de forma desordenada e caótica.

Se, por um lado, é verdade que a maioria dos municípios brasileiros carece de uma estrutura mínima de gestão – não apenas no campo do controle urbanístico, mas em todas as esferas; este, a nosso ver, é apenas uma – ousou dizer, talvez não a mais importante das dimensões do problema. A princípio, segundo consideram aqueles que atribuem à baixa capacidade institucional local, temos no país um marco regulatório do controle do uso e ocupação do solo desenvolvido e adequado para garantir um desenvolvimento urbano equilibrado e este não é aplicado por incompetência ou fraude dos gestores públicos.

Examinemos, entretanto, mais atentamente a

questão: é fato que a grande maioria dos 5564 municípios no país possui estruturas administrativas próprias acanhadas e pouco preparadas e/ou poucos recursos humanos, financeiros e operacionais para operá-los. A maior parte dos municípios tem também pouco acesso às fontes de recursos – via transferências voluntárias dos governos estaduais ou federal ou financiamentos via bancos públicos para captar financiamentos ou dinheiro a fundo perdido para melhorias urbanísticas ou institucionais, mesmo aquelas destinadas para a melhoria da capacidade de gestão municipal. É fato também a baixíssima captação das fontes de receita própria e, conseqüentemente, a enorme dependência de transferências por parte dos governos estaduais e federal. Dessa forma, os municípios vivem uma espécie de círculo vicioso onde sua precariedade institucional, para cumprir o marco regulatório da gestão administrativa, financeira e urbanística, também funciona como bloqueio para acesso a meios para superar esta precariedade.

São inúmeros os exemplos que podemos dar: é comum a situação de municípios permanentemente no CAUC¹, municípios que não conseguem preencher os requisitos e formulários para acessar programas destinados para seu aperfeiçoamento institucional como o PNAFM e PMAT². Porém, para entender o círculo vicioso da precariedade é fundamental examinar a natureza e características de nosso marco regulatório e seu funcionamento no quadro político-institucional do país, assim como os limites e possibilidades do modelo federativo brasileiro.

Cidades Brasileiras: a lógica da desordem

Em menos de 40 anos, entre as décadas de 1940 e 1980, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana. Impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres, esse movimento sócio-territorial, um dos mais rápidos e intensos de que se tem notícia, ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. Além de excludente, tal modelo mostrou-se também altamente concentrador: 60% da população urbana vivem hoje em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes.

Concentrando incrementos econômico-demográficos em algumas regiões do território e esvaziando as demais, esse movimento é concentrador também no nível intra-urbano: em cada município caracterizado pelo crescimento e pela dinâmica urbana, as qualidades urbanísticas se acumulam em setores restritos, locais de moradia, negócios e consumo de uma minoria da população moradora. Essas áreas ditas

“de mercado” são reguladas por um vasto sistema de normas, leis e contratos, que tem quase sempre como condição de entrada a propriedade escriturada e registrada. É ela a beneficiária do crédito e a destinatária do “habite-se”. Os terrenos que a lei permite urbanizar, assim como os financiamentos que a política de crédito imobiliário tem disponibilizado, estão reservados ao restrito círculo dos que possuem recursos e propriedade “fomalizada” da terra em seu nome.

Para as maiores, sobram as terras que a legislação urbanística ou ambiental vetou para a construção ou não disponibilizou para o mercado formal, ou os espaços precários das periferias e as viagens cotidianas “à cidade”. Embora não exista uma apreciação segura do número total de famílias e domicílios instalados em favelas, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos – e outras formas de assentamentos marcados por alguma forma de precariedade urbanística e irregularidade ad-

ministrativa e patrimonial –, é possível afirmar que o fenômeno está presente na maior parte da rede urbana brasileira. No vasto e diverso universo dos 5.564 municípios que existem hoje no Brasil, são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população assentada precariamente¹.

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos precários foram autoproduzidos por seus próprios moradores com os meios que se encontravam à sua disposição: salários baixos, insuficientes para cobrir o custo da moradia; falta de acesso aos recursos técnicos e profissionais; e terras rejeitadas ou vetadas pela legislação ambiental e urbanística para o mercado imobiliário formal. Assim, em terrenos frágeis ou áreas não passíveis de urbanização, como as encostas íngremes e as várzeas inundáveis, além das vastas franjas de expansão



Mumbai, Índia, onde cerca de um milhão de pessoas vivem em barracos na região central

periférica sobre as zonas rurais, vai sendo produzida a “cidade fora da cidade”, desprovida das infra-estruturas, equipamentos e serviços que caracterizem a urbanidade.

Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade dos cartórios, esses assentamentos têm uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, sua consolidação é progressiva, mas sempre incompleta e dependente da ação discricionária do poder público.

Ao delimitar as fronteiras que separam os regulares/formais dos irregulares/informais, o modelo de exclusão territorial que define a cidade brasileira é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda, funcionando como uma espécie de engrenagem da “máquina de crescimento que, ao produzir cidades, reproduz desigualdades”¹. Em uma cidade dividida entre a porção rica, legal e infra-estruturada e a porção pobre, ilegal e precária, a população em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades econômicas e culturais oferecidas pelo ambiente urbano. O acesso aos territórios que concentram as melhores condições de urbanidade é exclusivo para quem já é parte dele.

Finalmente, a lógica da desordem se completa com o caráter predatório do modelo, que condena a cidade como um todo a um padrão insustentável do ponto de vista ambiental e econômico. Em primeiro lugar, a concentração das oportunidades em um fragmento da cidade e a ocupação extensiva de periferias cada vez mais distantes impõem um padrão de circulação e mobilidade dependente do transporte sobre pneus e, portanto, de alto consumo energético e potencial poluidor². Em segundo lugar, a ocupação das áreas frágeis ou estratégicas do ponto de vista ambiental – como mananciais de água, complexos dunares ou mangues – é decorrente de um padrão extensivo de crescimento por abertura de novas fronteiras e expulsão permanente da população mais pobre das áreas ocupadas pelo mercado.

Esse padrão, regido por um mercado ávido por lucros rápidos e confrontado com um território que sempre pareceu ser uma vastidão sem limites, ditou a lógica de produção do “novo”, expandindo os

limites da cidade de forma fragmentada e a partir de iniciativas de proprietários de terra e loteadores, ou arrasando e removendo o tecido construído para acolher os outros produtos imobiliários destinados às parcelas “solventes” dos moradores urbanos. E a engenharia urbana mecanicista, que procurou transformar a cidade em máquina de produção e circulação, tratou sua geografia natural – rios, vales inundáveis, encostas – como obstáculo a ser superado, terraplanando, aterrando e caucionando as águas,

num desenho que procura minimizar as perdas territoriais para o insaciável mercado de solos.

O modelo urbanístico concentrador, excludente e predatório, que estruturou a lógica da desordem de nossas cidades na passagem para uma economia e sociedade modernas, tem origens profundas na formação histórico-política brasileira. Trata-se, nas palavras de Ronaldo Vainfas,

da “obsessão diabólica pela riqueza fácil”³, que perpassou o sistema colonial e regeu, entre outros, os “ciclos” do açúcar, do tabaco, do ouro e dos diamantes. Evidentemente, tal modelo, inscrito na ordem administrativa que regula a cidade, não foi fruto de pactuação. Sua lógica é marcada por dois elementos constitutivos de nossa cultura política: a indistinção e a ambigüidade entre o público e o privado e entre o real e o legal.

Município: ente autônomo da federação?

No modelo de federação brasileira, chamamos de “município” e, por conseguinte, atribuímos as mesmas competências e responsabilidades para entidades político-institucionais radicalmente distintas – como uma cidade de 10 milhões de habitantes que faz parte de uma região metropolitana de 17 milhões e um município de 1000 habitantes, situado em região eminentemente rural. Assim também consideramos as fontes de receita própria e a grande maioria dos critérios de transferência que, no máximo, diferenciam tamanho de população e nenhuma outra característica econômica ou sócio-territorial. Considerando, por exemplo, as fontes de receita própria dos municípios – IPTU, ISS, ITBI, IVV – são todas eminentemente “urbanas” e diretamente proporcionais ao dinamismo de atividades imobiliárias e comerciais dos cen-

60% da população urbana vivem hoje em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes

Sérgio Duti



Nas cidades-satélites de Brasília (DF), como Recanto das Emas, o lote saiu de graça, mas carece saneamento e segurança

tros urbanos, características presentes em menos de 10% do total de municípios. Ora, é evidente que esta isonomia de tratamento dos governos locais nada tem de isonômica, na medida em que pouco dialoga com a diversidade e as realidades locais.

Porém, não apenas a divisão de competências desconhece a heterogeneidade de nossos “municípios”: todo o marco regulatório básico do uso e ocupação do solo, assim como os programas de financiamento ou apoio ao desenvolvimento urbano local são únicos para o conjunto do país, levando a enormes distorções nas possibilidades de acesso e, sobretudo, de aplicação desses marcos. Além de únicos, são, em sua grande parte, formulados a partir de uma cultura técnico-burocrática formada nos grandes centros e referenciada em produção internacional, com pouquíssima ou nula interlocução com os modos de produção do território locais.

Também é fundamental apontar para a fragmentação da regulação do território em dimensões que não dialogam – como é o caso da gestão ambiental versus gestão urbanística; destas com a gestão do patrimônio histórico; destas com o patrimônio público; destas com a gestão da logística como portos e aeroportos; entre tantas outras que incidem sobre os mesmos territórios numa superposição de lógicas muitas vezes contraditórias. Além de regras que não

dialogam, isto é agravado pela existência de esferas de controle e fiscalização verticalizadas e dependentes de estruturas centralizadas ligadas a diferentes entes da federação que, através de suas gerências e superintendências regionais, exercem poderes sobre o espaço muitas vezes conflitantes.

Finalmente, não podemos deixar de apontar os efeitos (ou causas?) políticos dessa equação: diante de uma situação de fragilidade institucional, marco regulatório excludente e sobreposição de competências e esferas de gestão, é a intermediação política que entra em campo, definindo quem tem acesso aos recursos ou à palavra final na definição do que pode ou não ser feito no território municipal. Dessa forma, se perpetua um sistema político, onde uma das mais importantes moedas de construção de esferas de controle político sobre territórios (e conseqüentemente seus votos) está na capacidade de “liberação” de recursos e/ou obras. Este sistema de estrutura “organiza” eleições desde a esfera local – prefeitos e vereadores – até o nível federal – deputados, senadores e ministros.

Da pobreza à violência

Se essa foi a lógica predominante de estruturação de nossas cidades ao longo do processo de urbaniza-

ção, as transformações que definiram a nova fase do capitalismo impactaram fortemente a ordem urbanística. Como aponta Loïc Wacquant: “Junto com a modernização econômica acelerada, provocada pela reestruturação global do capitalismo, a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (fomentada pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e dos trabalhadores através de fronteiras nacionais porosas) e o desenvolvimento de novas indústrias de uso intensivo do conhecimento baseadas em revolucionárias tecnologias da informação e geradoras de uma estrutura ocupacional dual, produziu-se a modernização da miséria: a emergência de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbanas”⁴.

No caso brasileiro, os efeitos dessas transformações se fizeram sentir principalmente nas metrópoles, em especial naquelas que se constituíram na fase do capitalismo fordista, quando as esperanças de modernização e integração por meio do emprego formal, da “casa própria” e do acesso à educação e ao bem-estar alimentaram identidades coletivas e fertilizaram as lutas pela inclusão territorial e a reforma urbana.

Nos anos 1990, o desemprego (decorrente do processo de automação ou da destruição de um parque industrial outrora protegido por barreiras alfandegárias) e a agenda do ajuste estrutural (que limitou o gasto público, reduzindo as possibilidades de distribuição de benefícios) transformaram a geografia da pobreza urbana e da vulnerabilidade social, com impactos profundos na dinâmica de agregação societária do território popular e nas relações reais ou simbólicas por este estabelecidas com o restante da cidade⁵.

Essas mudanças introduziram novas variáveis para a estruturação da cidade. As grandes áreas da produção fordista foram sendo substituídas por uma economia de fluxos, desterritorializando-se e deixando grandes áreas urbanizadas vazias, muitas vezes contaminadas, pelo caminho. O território popular se densificou, sobre uma base urbanística frágil e tosca, fruto de intervenções fragmentadas, desconectadas e descontínuas, definidas e executadas na temporalidade “da política”. O espaço metropolitano da era industrial também se transformou, expandindo-se sobre a zona rural, redefinindo as fronteiras urbanas e espalhando enclaves como condomínios, hipermercados e shopping-centers.

A antiga dualidade centro/periferia se desfez para

A antiga dualidade centro-periferia se desfez, para dar lugar a uma nova: lugares seguros versus lugares violentos

dar lugar a uma nova: lugares seguros versus lugares violentos. A captura de assentamentos precários pelo comércio varejista de drogas impôs, nesses territórios, uma nova sociabilidade, violenta e implementada de forma paralela aos aparatos de segurança do Estado. Embora presente em apenas alguns dos assentamentos precários do país, a territorialização das favelas pelo tráfico de drogas contribuiu para construir no imaginário urbanístico a identificação de todas as favelas e periferias precárias do país com “lugares violentos”. Para citarmos novamente Wacquant, “a nova marginalidade mostra uma tendência a aglomerar-se em áreas ‘irredutíveis’ e aonde ‘não

se pode ir’, que são claramente identificadas – tanto por seus próprios residentes como por pessoas externas – como poças urbanas infernais, repletas de privação, imoralidade e violência, onde somente os parias da sociedade tolerariam viver”.

O impacto dessa configuração vai, no entanto, além do aprofundamento

da segregação sócio-espacial, limitando a permeabilidade entre os territórios populares e o restante da cidade. A essa formação de enclaves “fora do controle estatal” corresponde, na outra ponta do espectro, a auto-segregação das elites e classes médias, gerando – esta também – territórios de exceção. Os chamados “lugares seguros” são espaços fechados e exclusivos, nos quais a multiplicidade da cidade não penetra. São cercados, murados, vigiados por câmaras e protegidos por dispositivos eletrônicos e um exército de seguranças privados. Entre esses dois pólos, a “cidade das ruas”, estruturada a partir de espaços e equipamentos públicos, fenece, exposta e desprotegida por não contar com comandos e milícias nem com aparatos sofisticados e guardas particulares⁶. Imediatamente, o mercado traduz esse definhamento em produtos imobiliários, estimulando, com a ajuda de estratégias de marketing, o desejo por um paraíso asséptico, homogêneo, imune às tensões e conflitos: vale dizer, fora da cidade.

A instalação das classes médias e altas nas periferias em assentamentos de baixa densidade conectados a rodovias reatualiza a força do modelo centrípeto que como vimos é um dos responsáveis para insustentabilidade de nosso modelo urbanístico⁷.

Entretanto, a fragmentação sócio-política territorial resultante desta reconfiguração representa não apenas uma nova forma de estruturação urba-

na, mas um desafio para a noção mesma de cidade, na medida em que, nas palavras de Marcelo Lopes Souza, induz a uma "erosão bastante real das condições de exercício da cidadania e busca de autonomia", requisitos indispensáveis para a construção de um desenvolvimento urbano incluyente e sustentável.

Considerando o exposto acima, as dificuldades de gestão do território municipal enfrentadas pelos municípios vão muito além de uma questão meramente "técnica" ou "ética". De fato, o que explica a insustentabilidade de nossa gestão territorial é o fato de nosso território jamais ter sido objeto de pactuação, ou seja, de estabelecimento de regras claras que incluem e dialogam com o conjunto de atores governamentais e não governamentais ali presentes e atuantes, e que consideram a especificidade sócio-econômica ambiental e cultural do espaço sobre o qual pretendem incidir.

Assim, não é apenas mais ética, controle e fiscalização estatal de que necessitamos e, sim, da construção de um pacto sócio-territorial que envolva os cidadãos, os segmentos econômicos e políticos presentes que considerem como ponto de princípio um projeto de inclusão de todos os moradores.

A construção de um verdadeiro sistema nacional de gestão territorial para o país, desenvolvendo nosso tosco pacto federativo na sua relação com nosso sistema político e incorporando setores, segmentos e olhares é, portanto, nosso maior desafio.

Raquel Rolnik é urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Relatora Especial do Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Foi Diretora de Planejamento da cidade de SP (1989-1992) e Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007).

Notas

- ¹ A pesquisa Perfil Municipal (MUNIC-IBGE 2000) revela a presença de assentamentos irregulares em quase 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes e 80% das cidades com populações entre 100 mil e 500 mil. Até nos municípios com menos de 20 mil habitantes, os assentamentos informais aparecem em mais de 30% dos casos. De acordo com estimativas do IPEA, baseadas em metodologia do UN-Habitat e em dados do Censo Demográfico, estão nessa condição aproximadamente 40,5% do total de domicílios urbanos brasileiros, ou 16 milhões de famílias, das quais 12 milhões com renda familiar mensal abaixo de cinco salários mínimos.
- ² Sistemas de transporte de alta capacidade, baixo consumo energético e baixo potencial poluidor, como trens e metrô, requerem concentração de viagens e, portanto, alta densidade de ocupação ao longo das linhas, o que, do ponto de vista do modelo de cidade, é bastante distinto da necessidade de levar cotidianamente multidões dispersas a seus locais de trabalho e devolvê-las a suas casas no final do dia. A crise atual do modelo de mobilidade urbana, que atinge principalmente as metrópoles, com conseqüências nos congestionamentos veiculares e nos processos de aquecimento global decorrentes da emissão de gases de efeito estufa, é um dos sintomas das "deseconomias" e impactos ambientais provocadas por esse modelo.
- ³ VAINFAS, Ronaldo. "A arte de furar". *Folha de S. Paulo*, Caderno MAIS, 03/06/2007, p. 6
- ⁴ WACQUANT, Loïc. *Parias Urbanos: marginalidad en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires, Manantial, 2007.
- ⁵ Trata-se de um sistema de controle de regularidade fiscal instituído pelas autoridades fazendárias federais que controla on-line as obrigações tributárias por parte dos municípios e que impossibilita os repasses de recursos federais em caso de inadimplência.
- ⁶ Os dois são programas formulados no âmbito do governo federal destinados a melhorar a capacidade institucional dos municípios. O PNAFM, voltado para a melhoria da capacidade de gestão orçamentária e fiscal por parte dos municípios é gerido pelo Ministério da Fazenda e operado pela CAIXA, o PMAT, programa formulado e operado pelo BNDES tem objetivos de capacitação institucional para a gestão mais amplos.
- ⁷ Expressão empregada por João Sette Whitaker Ferreira no livro *O Mito da Cidade Global – O papel da Ideologia na produção do espaço urbano*. SP: Vozes/Editora UNESP/ANPUR 2007.
- ⁸ SANTOS Jr., Orlando & RIBEIRO, Luis César de Queiroz. "Democracia e Segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira". Santiago do Chile. *Revista EURE* vol. XXIX n. 88, p. 79-95, dez 2004.
- ⁹ SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- ¹⁰ A perversidade neste caso é que um dos principais argumentos de venda desses produtos é justamente suas característica "ecológicas"!

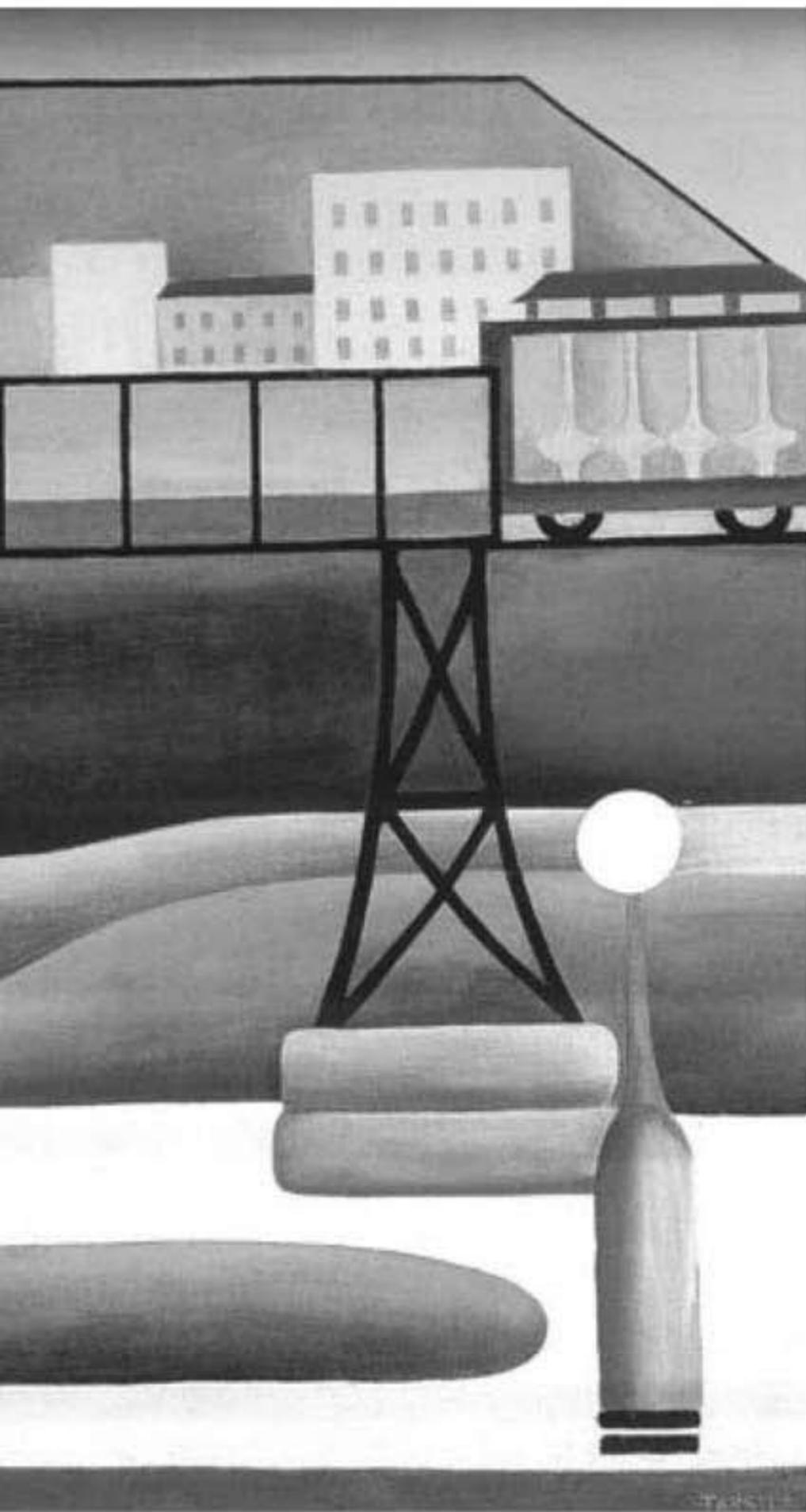
Reforma urbana

BARTIRIA P. LIMA DA COSTA

Para a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam), só unindo forças com os movimentos sociais preocupados com o avanço democrático pode-se buscar mudanças estruturais e avançar não só na luta pela reforma urbana, mas no conjunto das lutas do povo brasileiro



A trajetória da luta pela reforma urbana inicia-se na década de 1960 – época em que os segmentos progressistas da sociedade brasileira demandavam reformas estruturais na questão fundiária. A expressão “reforma urbana” surgiu no Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963 em Petrópolis (RJ). O documento produzido nesse encontro, com o objetivo comum de diagnosticar e elaborar soluções de enfrentamento dos problemas



urbanos daqueles tempos, aborda temas como a precariedade da habitação, a urbanização predatória e a especulação imobiliária. O texto também sinaliza a necessidade de possibilitar processos participativos e a desapropriação para fins da reforma urbana etc.

Àquela altura, o panorama urbano brasileiro já era outro. Marcadas por um êxodo rural altíssimo entre 1940 e 1991 – quando a população urbana passou de 31,2% para 75% do total nacional –, as cidades brasileiras cresceram desprovidas de infra-estrutura mínima. Ao longo de décadas, o poder público no Brasil não tratou a questão do desenvolvimento urbano de forma correta ou prioritária, pois privilegiou os interesses da especulação imobiliária em detrimento dos interesses do povo brasileiro.

O sentido da reforma urbana visa a um conjunto de ações, medidas e integração das políticas públicas em que a população tenha acesso universal aos serviços e equipamentos sociais para construir uma “cidade para todos”, de forma democrática e com efetiva participação popular. A Constituição Federal de 1988, apesar de não atender a todos os anseios, foi um avanço significativo ao estabelecer, pela primeira vez, uma política pública que trate a questão urbana voltada a atender os objetivos da reforma urbana, em atendimento às reivindicações do Movimento Nacional da Reforma Urbana. Após a Constituinte, organizou-se o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) com o objetivo de articular, em todo o país, as entidades e os movimentos sociais. Até os dias de hoje, esse fórum continua a jogar um papel importante.

Outra conquista, após mais de dez anos de lutas dos movimentos sociais, foi a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), que regulamenta na Constituição o Capítulo da política urbana. Os artigos 182 e 183 da Carta Magna de 1988 definem suas diretrizes gerais para a promoção da política urbana, voltada para garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade, de modo a garantir o bem coletivo. O Estatuto das Cidades lançou grandes desafios para a sua efetiva implementação.

A Lei 11.124/05 também teve longa tramitação (13 anos) no Congresso Nacional. A medida dispôs sobre o Sistema Nacional de Interesse Social (SNHIS), além de ter criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e seu Conselho Gestor. Essa lei foi uma das grandes conquistas dos movimentos sociais, pois partiu de um projeto de lei de iniciativa popular, que contou com mais de um milhão de assinaturas.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, em 2002, significou também um grande

avanço para a política urbana. O governo Lula, ouvindo os anseios e a reivindicação do movimento pela reforma urbana, criou o Ministério das Cidades – que, por sua vez, convocou e realizou, ainda em 2003, a I Conferência Nacional das Cidades. Esse encontro mobilizou mais de 300 mil pessoas no Brasil inteiro e elegeu o Conselho Nacional das Cidades.

Os movimentos sociais lutam para que a reforma urbana seja uma política de Estado. Além da melhora na qualidade de vida das pessoas, a reforma das cidades é fator fundamental de geração de emprego e crescimento econômico. Solucionar o déficit habitacional qualitativo e quantitativo, a falta de saneamento básico e ambiental, combater a violência que ceifa milhares de vidas, principalmente da nossa juventude, solucionar o caos e a violência no trânsito e a falta de transporte público são desafios que devem ser enfrentados com planejamento e investimentos públicos. Cabe ressaltar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um instrumento valioso nesse sentido.

A imagem negativa das cidades

Todos os dias, a grande mídia mostra a situação de várias cidades e regiões que vivem sob o domínio da violência, do crime organizado e de milícias. Ganham destaque as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo pelo fato de nessas regiões existirem as maiores concentrações populacionais. As maiores organizações criminosas também se organizaram ali há mais tempo. Porém, ganha destaque atualmente a escalada de violência nas demais regiões metropolitanas, como Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre, entre outras. É um sintoma da situação em que vive os trabalhadores de forma geral nessas áreas. A falta de emprego e de melhores condições econômicas faz com que as pessoas se tornem reféns dessas situações, especialmente a juventude, que é levada para a marginalização por falta de melhores perspectivas.

A falta de urbanização e de equipamentos sociais aumenta o risco sob o qual essa população vive. São grandes ocupações sem unidades de saúde, de educação, de espaços de convívio cultural e esportivo, entre outros. Com isso, as pessoas vivem sem o mínimo de estrutura que as possibilite ter acesso ao conhecimento, a uma melhor

ocupação do tempo e, acima de tudo, aos direitos básicos à sobrevivência humana. Em geral, todas as áreas dominadas pelo tráfico ou pelas milícias, onde existe a prostituição infantil e outras organizações, são regiões em que o poder público não está presente. Com isso, essas organizações assumem o papel de Estado paralelo, para criar e fazer cumprir suas “leis”.

Uma presença maior do Estado, um maior investimento em programas sociais e de infra-estrutura associada às necessárias políticas de crescimento econômico, com geração de emprego e melhoria no poder aquisitivo

dos trabalhadores, são medidas necessárias para tratar de forma concreta a violência urbana. Medidas como o grande aumento de serviços privados de segurança, a crescente criação de condomínios fechados, o engaiolamento das escolas e organizações públicas e o aumento dos efetivos militares são paliativos – não resolvem o problema de forma estrutural e na origem. É necessária uma política de segurança pública democrática, baseada nos direitos humanos.

Todos esses temas devem ser alvo de investimentos maciços das três esferas do Poder Público, do descontingenciamento orçamentário e da redução do superávit primário. Por isso, a luta pelas mudanças na política econômica também faz parte da pauta da luta pela reforma urbana.

Nos últimos anos, muitas organizações têm participado dos espaços de debate e construção de uma plataforma pela reforma urbana. As três conferências realizadas pelo Ministério das Cidades – e também as conferências do gênero realizadas pela Câmara dos Deputados – foram espaços de elaboração ampla e coletiva de vários movimentos populares e setores da sociedade que debatem o tema, com destaque para o FNUR. O resumo das principais propostas consensuais está relacionado abaixo.

Habitação

É o tema de maior visibilidade política na luta pela reforma urbana, porque mobiliza mais e expressa de forma direta a ausência de política urbana. As estatísticas atuais mostram como moram – ou se moram – os trabalhadores de uma cidade. Dados do IBGE apontam para um número de mais de 8 milhões de famílias sem moradia (déficit quantitativo)

a luta pelas mudanças na política econômica também faz parte da pauta da luta pela reforma urbana

e mais de 12 milhões morando em condições subumanas (déficit qualitativo). Não é só construindo moradia popular que o problema habitacional será resolvido – é necessário também um amplo programa de urbanização e de regularização fundiária. O poder público deve aplicar os dispositivos do Estatuto das Cidades para combater a especulação imobiliária e abrir um banco de terras para a construção de novas unidades habitacionais e do conjunto de equipamentos públicos de saúde e educação, culturais e esportivos, indispensáveis para a melhoria na qualidade de vida.

Para isso, é muito importante ampliar os recursos não-onerosos a serem aplicados no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O FNHIS está voltado para investimentos em construção e urbanização habitacional para famílias que ganham até três salários mínimos – o que representa 82% do déficit habitacional, segundo o IBGE. Outra medida importante é a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que vincule 2% do orçamento público federal e 1% do orçamento dos estados e municípios para a Habitação de Interesse Social (baixa renda) – o que permitirá que o déficit habitacional seja realmente enfrentado em médio prazo. Nesse sentido, foi lançada em junho a Campanha Nacional pela Moradia Digna, que prevê recolher mais de um milhão de assinaturas para encaminhar ao congresso nacional pela aprovação dessa PEC.

Saneamento

O Brasil ainda apresenta dados alarmantes de déficit no acesso aos serviços básicos de saneamento, revelados pelo fato de 33% da população brasileira não terem acesso ao abastecimento de água e somente 30,9% serem atendidos pela rede de esgotamento sanitário. Nos últimos anos, através sobretudo do PAC, constata-se um aumento no volume de recursos para financiar obras de saneamento básico. Porém, muitas cidades brasileiras não podem acessar esses recursos devido ao alto nível de endividamento. Ressalte-se que o conceito de saneamento envolve o abastecimento de água potável, de coleta e tratamento de esgoto, coleta e tratamento de resíduos sólidos e de manuseio das águas pluviais.

Todas as políticas ligadas à reforma urbana devem ser planejadas e executadas de forma articulada e integrada, com a elaboração dos Planos Diretores, que devem ser com caráter participativo e popular.

Uma vitória em favor dessa luta foi a aprovação da Lei.11.4445/07 – o novo marco regulatório do saneamento básico. A lei visa à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais, além de regulação dos serviços, planejamento, participação e controle social. Foi uma conquista que contou com a mobilização e o papel ativo de vários movimentos populares. No entanto, ainda é preciso – e urgente – regulamentar essa lei, para que seus instrumentos sejam efetivados, garantindo assim mais investimento nesse setor e também o combate ao déficit. A elaboração do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de saneamento é outra prioridade inadiável.

Trânsito e transporte

Nas décadas anteriores à atual, seguindo a concepção elitista do consumismo e do individualismo, os governantes abandonaram ou deixaram em segundo plano os investimentos em ferrovias, metrô, corredores exclusivos de ônibus, ciclovias e demais meios de transportes coletivos ou não-poluentes. Em vez disso, aplicaram investimentos públicos na construção de novas avenidas, viadutos e túneis, para que as pessoas pudessem transitar com seus veículos cada vez mais modernos, inovadores e caros. Nas rodovias ou nas ruas das cidades as novas máquinas – quando não ficam literalmente paradas no trânsito – estão envolvidas em acidentes.

Já as ferrovias – fundamentais em país de dimensão continental como o Brasil – foram sucateadas e privatizadas, a exemplo de empresas de trens urbanos e de transporte público municipais nas regiões metropolitanas. Os investimentos no sistema metro-ferroviários não são suficientes para dar conta da demanda de milhões de habitantes. Em Paris, o sistema de metrô tem cerca de 215 quilômetros de extensão para atender aproximadamente a 2,5 milhões de pessoas da região metropolitana. O metrô da Cidade do México tem mais de 250 quilômetros e pode atender a aproximadamente 19 milhões de pessoas de sua região metropolitana. Enquanto isso, o metrô de São Paulo

– o maior do Brasil – tem somente 61,3 quilômetros para atender a mais de 18 milhões de pessoas da região metropolitana. No Distrito Federal, há 42 quilômetros de metrô para uma população de aproximadamente 2,5 milhões de pessoas.

Entre várias outras medidas, além de investimentos em transporte público metroviário, é necessário aumentar faixas exclusivas para os ônibus, diminuindo assim o tempo da viagem; aumentar os terminais de integração entre ônibus, metrô e trem; aumentar o número de ciclovias para milhões de pessoas que utilizam bicicleta como meio de transporte; e baratear as tarifas, como forma de incluir milhões de pessoas que não têm recursos e ofertar vantagens para que as pessoas passem a utilizar o sistema, em vez de lançar mais automóveis particulares às ruas.

Com a criação do Ministério e do Conselho das Cidades, iniciou-se a elaboração do marco regulatório do setor, que busca construir uma nova política, para inverter a atual lógica. A não-aprovação ainda desse marco é um prejuízo grande – a proposta está tramitando no Congresso Nacional sob o número do PL 1687/2007.

Integração das políticas

Todas as políticas ligadas à reforma urbana devem ser planejadas e executadas de forma articulada e integrada, com a elaboração dos Planos Diretores, que devem ser com caráter participativo e popular. Só assim as cidades serão planejadas de forma mais humana e de acordo com os interesses do conjunto da sociedade e, acima de tudo, dos trabalhadores. Hoje em dia, esse planejamento segue a lógica e os interesses do mercado especulativo e econômico, alijando a população da construção das cidades. Em ano de eleições municipais, essa deve ser uma importante plataforma de debate dos setores mais progressistas e organizados, no sentido de garantir que a propriedade cumpra seu papel social, como preconiza o Estatuto das Cidades.

Participação popular

Em uma sociedade onde existem os conflitos de

interesses das classes sociais, a participação popular nos espaços de elaboração e controle social das políticas públicas é necessária. Essa participação fortalece a democracia participativa e torna-se um importante instrumento de fortalecimento das organizações sociais e populares. As conferências de políticas públicas tornaram-se importantes conquistas desde a promulgação da Constituição de 1988 e foram ampliadas no governo Lula; foram mais de 44 conferências, que reuniram milhões de

pessoas, debatendo temas variados e colaborando na elaboração das políticas públicas. Cabe ressaltar que os movimentos sociais não devem ter participação nessas conferências como o único instrumento de mobilização e articulação. A melhor e maior forma de mobilização e luta política continua sendo nas ruas.

Na área da reforma urbana, a realização das três edições da Conferência

das Cidades contribuiu na formulação das políticas, na definição de programas e prioridades, e foram espaço de pressão política dos movimentos sociais. Todo o processo de realização das conferências e da constituição do Conselho das Cidades é amparado em um decreto presidencial. Portanto, a necessidade de um projeto de lei que regulamente o processo dessas conferências e dos Conselhos, com caráter deliberativo, e a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano são fundamentais e têm sido uma bandeira de luta de todas as organizações que lutam pela reforma urbana.

A Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) vem contribuindo, orientando e mobilizando o movimento comunitário para esse conjunto de questões que compõem a plataforma de luta pela reforma urbana. A unidade das entidades é fundamental para continuarmos ampliando essas conquistas. Para a Conam, essa luta tem de ser articulada com as mobilizações e bandeiras da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), que buscam mudanças estruturais e podem permitir avanços na luta pela reforma urbana e no conjunto das lutas dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Bartiria P. Lima da Costa é presidenta da Conam e conselheira do Conselho Nacional das Cidades.

O desafio de governar

as cidades

Administrar o poder municipal nos marcos de um Estado nacional

capitalista dependente é um desafio que se coloca para o PCdoB. O engajamento do partido na construção de um Brasil soberano se faz imperativo para o avanço democrático, o desenvolvimento e a justiça social



RONALD FREITAS

As eleições municipais que ocorrerão em outubro próximo terão como objetivo maior a disputa dos executivos municipais e a renovação das respectivas Câmaras de Vereadores, em todas as cidades de nosso país. Entre elas, há desde megalópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, a pacatas cidades interioranas.

Alguns aspectos do nosso processo de urbanização

O Brasil é atualmente um país altamente urbanizado. O seu processo de urbanização é intimamente associado ao processo de desenvolvimento econômico que transcorreu durante nossa história.

Porém, durante os primeiros quatro séculos de existência foi um país de baixa densidade demográfica e de baixa taxa de urbanização. Esse panorama começou a mudar a partir do fim do século XIX, com a abolição da escravatura e com o ingresso de expressivos contingentes de imigrantes. Mas, principalmente a partir do fim da primeira Repú-

blica, em 1930, é que se intensifica o processo de industrialização do país, se acelera o ritmo de nossa urbanização, desenvolvendo-se, desde então, de forma intensa.

Em 1940, 26,3% dos habitantes do país já viviam nas cidades; em 1980 passou a 68,86%; e, em 2000, atingiu 81,2%. As causas desse processo são, além do incremento populacional, a forte participação de correntes migratórias internas e externas.

Esse processo de urbanização foi dos mais rápidos já ocorridos no mundo, basta ter presente que na década de 50 do século passado cerca de 70% de nossa população viviam no campo. Ou seja, em menos de 60 anos a geografia populacional do país mudou radicalmente. Isso impacta de forma significativa em todos os aspectos da vida nacional. Seja no econômico, no social, no cultural, derivando daí uma importância destacada para a dimensão política, que tem no exercício do poder municipal seu epicentro.

Outra característica da formação de nossas cidades é o fato de elas terem surgido no local em que o poder se instalou, e a economia é mais dinâmica.

Diferente de outras experiências e culturas, onde a vida política e econômica tem inicialmente seu epicentro nas aldeias, daí evoluindo para os conglomerados urbanos. Disso decorreu que as cidades sempre foram pólos de atração das camadas mais pobres da população em busca de melhorar suas condições de vida. Como exemplo temos no primeiro caso Salvador, Rio de Janeiro e Brasília. No segundo, as cidades advindas do ciclo do ouro e diamante em Minas Gerais – Ouro Preto, Mariana, etc –, e São Paulo que deslança com o advento do ciclo cafeeiro.

O Brasil é um país de desenvolvimento médio com ilhas de excelência em todos os setores da vida econômico-social, tendo uma classe dirigente muito rica e cosmopolita. Simultaneamente, possui gravíssimos problemas sociais, com grande população pobre, vítima do desemprego, da fome, da violência, da exclusão social, enfim. Em nossas cidades, convivem essas duas realidades e o entrechoque entre elas é o motor do seu desenvolvimento. As cidades brasileiras são símbolos maiores do desenvolvimento truncado que se realizou em nosso país.

Com a promulgação da Constituição em 1988, os municípios brasileiros passaram a ter status de ente federado, assumindo, dessa maneira, uma série de poderes e prerrogativas que antes não existiam e que destacam em muito a sua importância. Isso se reflete no peso dado pelas várias forças políticas à disputa pela direção das cidades brasileiras, principalmente as maiores.

O PCdoB busca administrar mais e mais cidades

Para um partido político como o PCdoB, disputar o poder executivo municipal, nestas eleições, é um desafio de múltiplos aspectos e um imperativo da sua posição de partido político engajado em um processo de construção de um Brasil soberano, democrático, desenvolvido e socialmente justo.

Para os comunistas brasileiros, administrar nossas cidades é o desafio de administrar o poder municipal nos marcos de um Estado nacional capitalista dependente, com todas as conseqüências disso advindas. Isso decorre da compreensão de que, nas condições de desenvolvimento da luta política em nosso país, a participação em governos, seja em

cargos eletivos, seja em cargos de confiança, é uma importante frente de atuação no processo de acumulação de forças, que se orienta no sentido de transformações mais profundas em nossa sociedade.

O PCdoB vem há algum tempo disputando prefeituras e outros cargos majoritários, tendo já eleito prefeitos e vices. Nas eleições municipais de 2004 elegeu nove prefeitos e onze vices e, dessa maneira, administrou algumas cidades. Trata-se de uma experiência que vive seus primeiros passos e que tem sido importante para os comunistas. A partir dela, o Partido, situa-se melhor no cenário político do país, atuando como uma força engajada no processo político transformador por que passamos, ampliando seu diálogo com a sociedade e aproximando-se mais das massas. Demonstrando ser capaz de enfrentar

exitosamente os problemas e desafios colocados ao se administrar prefeituras, nas condições atuais do Brasil.

As administrações municipais sob direção do PCdoB têm se caracterizado como gestões socialmente avançadas, que se empenham em diminuir o fosso social existente em nossas cidades; politicamente democráticas, estimulando a participação

popular na administração, e a formação de uma consciência cidadã entre os munícipes; economicamente desenvolvimentistas, colocando-se como parte ativa de um projeto de desenvolvimento nacional, soberano e socialmente inclusivo.

Com essa atitude, o PCdoB credencia-se diante do país como um partido político sério, com um rumo político definido, competente na busca de atingir seus objetivos, angariando, dessa maneira, respeito da sociedade e das demais forças políticas, desfazendo preconceitos e ampliando apoios.

Nas eleições municipais que ocorrerão em outubro próximo, o PCdoB inicia uma nova fase nesse tipo de disputa. Buscará conquistar o poder político em importantes cidades do país, mormente em várias grandes capitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre.

Essa nova postura dos comunistas coloca para todos eles, mas principalmente para os diretamente envolvidos nessa disputa, enormes desafios. Seja no terreno político, no administrativo, ou no do relacionamento político com as demais esferas de poder da federação etc.

Com o país em crescimento econômico, com o povo tendo participação mais ativa na vida política, abre-se a possibilidade da realização de gestões democráticas e desenvolvimentistas nos municípios



BIODIESEL.

VOCÊ USA, O BRASIL ACELERA.

O biodiesel está revolucionando o país. É um combustível de fontes renováveis que fortalece a nossa economia, gera novos empregos e ainda ajuda a preservar o meio ambiente. Agora, todo o diesel vendido no país tem 3% de biodiesel. A qualidade dessa mistura é monitorada e fiscalizada pela ANP. Pode confiar. ANP. Há 10 anos trabalhando para garantir a qualidade dos combustíveis.



www.anp.gov.br

Ministério de
Minas e Energia





Felipe Pereira

Criança jogando futebol em bairro pobre e carente de infraestrutura na zona sudeste de Teresina, capital do Piauí.

O que a vida está a nos ensinar

O partido vem aos poucos se preparando para administrar importantes cidades de nosso país. Em Olinda e Aracaju estamos acumulando experiências em vários terrenos, que deverão ser criteriosamente analisadas e avaliadas, e poderão fornecer importantes elementos para superarmos os desafios que virão nesse terreno.

No terreno da política, temos presente que as alianças formadas para a disputa eleitoral deverão continuar a existir no exercício do governo municipal. Administrar uma cidade, nas condições do Brasil de hoje, exige uma visão ampla das várias forças que atuam no município, da heterogeneidade e dos múltiplos interesses que representam. Daí ser necessário aglutiná-las em torno de um projeto comum, consubstanciado no programa de governo defendido na campanha. Nas várias cidades em que estamos disputando, deveremos formar governos de coalizão onde ganharmos – o que em alguns casos poderá extrapolar a própria frente que venceu as eleições.

No terreno administrativo, devemos procurar realizar uma administração moderna, ousada, com muitas realizações, mormente aquelas direcionadas para a solução dos problemas que mais afetam a população pobre e carente. Para isso é necessário conhecer bem a realidade do município, construir consensos com os vários setores sociais existentes, e materializar isso em um plano de governo que, além de contemplar as reivindicações dos vários setores, seja exequível e realizável. Nessa matéria, a elabo-

ração do Plano Diretor do Município, exigência legal nem sempre cumprida, é uma importante ferramenta, capaz de dar corpo orgânico às várias demandas existentes.

Outra dimensão importante que deve existir por parte dos gestores municipais comunistas: eles devem administrar o presente com os olhos postos no futuro. Claro, as demandas existentes nas cidades brasileiras hoje, mormente nas metrópoles, dizem respeito a problemas que há muito já deveriam ter sido resolvidos. O gestor se vê pressionado a atender um sem número de pleitos que podem torná-lo escravo do imediatismo. Mas deve procurar conciliar o atendimento de demandas urgentes, com realizações estruturantes para a cidade, que, além de melhorar a vida dos munícipes na atualidade, lance as bases de um crescimento

harmônico e sustentável.

As condições atuais para a administração das cidades

O Brasil vive um momento político e econômico positivo. A partir do ciclo político aberto com a eleição, e a reeleição, de Lula, criaram-se condições favoráveis para a participação popular na vida política e foi retomado o processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país, com significativos e positivos reflexos nas condições de vida do povo.

Essa situação condiciona de forma positiva o exercício das gestões municipais. Com o país em crescimento econômico, com o povo tendo participação mais ativa na vida política abre-se a possibilidade da realização de gestões democráticas e desenvolvimentistas nos municípios. Naqueles que vierem a ser dirigidos por frentes políticas construídas em torno de candidaturas comunistas, existirão as condições básicas para a realização de um governo que procure diminuir ou eliminar as desigualdades sociais existentes; enfrente os graves problemas colocados pelo crescimento desordenado de nossas cidades em várias áreas, como transporte, segurança, saneamento etc.; busque, enfim, o crescimento econômico com melhoras significativas nas condições de vida dos munícipes, como parte da construção de um país desenvolvido, socialmente justo, democrático e soberano.

Ronald Freitas é advogado e Secretário Nacional de Relações Institucionais do PCdoB



Rua de São Bento e os lampiões – após o embutimento de fiação elétrica

Passarinho

Oito anos na história de *Olinda*

*“É do sonho
dos homens
que a cidade se
inventa”*

Carlos Pena Filho, poeta pernambucano

LUCIANA SANTOS

Berço de movimentos libertários e culturais, Olinda convive hoje com problemas típicos das metrópoles. A gestão da prefeita Luciana Santos, por dois mandatos consecutivos reverteu indicadores negativos, melhorou a qualidade de vida do povo e cuidou da beleza da cidade. Olinda, patrimônio da humanidade, tornou-se mais justa e humana

Olinda é uma cidade cheia de desafios e contradições. Ao mesmo tempo em que abriga um Sítio Histórico com quase 500 anos, e é berço de movimentos libertários e culturais importantes para a construção e afirmação da nacionalidade e da identidade cultural brasileira, convive com os problemas das grandes cidades metropolitanas do país. Tem a mais alta densidade demográfica de Pernambuco, com quase 10 mil habitantes por km², e a quinta densidade do Brasil. Hoje são quase 400 mil habitantes em 40,83 quilômetros quadrados. Sua receita per capita do ICMS é 27 vezes menor do que a de Ipojuca, município da RMR (Região Metropolitana de Recife) com apenas 60 mil habitantes. A receita total é 12 vezes menor do que a de Recife.

A explosão demográfica em Olinda começou por volta do final da década de 1960 e agravou-se diante da ausência de um plano nacional de desenvolvimento que pudesse promover um crescimento econômico, social e até mesmo populacional mais equânime, mais justo. Hoje 70% dos brasileiros vivem em áreas urbanas do país e isso afetou Olinda de maneira ainda mais perversa do que a outras cidades da RMR.

Na época da ditadura, Olinda foi tratada como uma alternativa de expansão populacional de Recife. Dentro desse conceito, o governo do estado passou a construir na cidade grandes conjuntos habitacionais, como os de Rio Doce, Vila Popular, Jardim Brasil e Ouro Preto sem levar em conta a necessidade de estabelecer políticas públicas de sustentabilidade econômica.

Ao mesmo tempo a cidade passava por um processo acelerado de ocupação desordenada, com a população buscando morros, córregos e rios e aí se instalando em condições subumanas de habitabilidade, uma situação que perdura até hoje e nos leva a conviver com indicadores urbanísticos chocantes. Tratava-se de uma política de estímulo à construção de moradias, mas sem o conceito de urbanização integrada que hoje é praticada pelo governo Lula. A cidade então explodiu.

Aliado a isso, quando assumimos o governo de Olinda em 2001, a cidade se encontrava abandonada e com a economia estagnada. Toneladas de lixo nas ruas, vias esburacadas, rede de saneamento básico em apenas 30% do município, iluminação pública precária, servidores com salários atrasados havia dois meses, contas bancárias bloqueadas e a merenda escolar estragada. A cidade corria o risco de perder o título de Patrimônio da Humanidade.

Diante desse quadro, procuramos diagnosticar os

desafios e identificar as demandas da cidade, especialmente no que se refere a seus indicadores urbanísticos, muito importantes para um governo municipal. Nossa ação de governo foi então estruturada em quatro eixos estratégicos: Cuidar da Cidade; Gestão Democrática e Participativa; Inclusão Social e Atenção Especial à Criança e ao Idoso; e Desenvolvimento Econômico e Valorização do Patrimônio Cultural.

Cuidar da cidade

Quando assumimos o governo, Olinda tinha pouco mais de 30% de cobertura de saneamento básico e hoje já temos recursos captados para cobrir 67% da cidade. Em oito anos de governo, isso significa o enfrentamento de um aspecto básico, essencial, para a qualidade de vida, mas que ao longo de quase 500 anos de história de Olinda ainda não tinha sido enfrentado. É uma vitória muito grande. Por isso



Urbanização de 2,2 quilômetros da orla do Bairro Novo

considero que a principal marca do nosso governo é, sem dúvida nenhuma, a dimensão e o caráter das intervenções na infra-estrutura urbana que conseguimos implantar em Olinda.

Dessa forma, quando nos propusemos a enfrentar o desafio de governar Olinda tínhamos como preocupação central relacionar as soluções das demandas da cidade ao processo de mudanças do País. Nunca fizemos discursos demagógicos em relação a isso. Nunca achamos que resolveríamos os problemas de Olinda sem que isso estivesse necessariamente ligado ao projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural do povo brasileiro. O nosso debate sempre



Urbanização do V8/V9 – construção de moradias

se deu no sentido de Olinda não ser uma ilha e, por isso, sempre esteve e estará inserida no contexto nacional de mudanças.

Na verdade, fizemos uma aposta baseada no sentimento que tínhamos do significado da provável eleição do presidente Lula. Isso porque quando assumimos o governo de Olinda, em 2001, não tínhamos o apoio político dos governos Lula e Eduardo Campos que temos hoje.

Em 2002, quando Lula ganhou a eleição, novos horizontes se abriram para Olinda, pois sempre acreditamos que, por ter uma posição política semelhante a nossa, o governo federal teria como foco projetos estruturadores voltados para o desenvolvimento com crescimento econômico – o que o presidente Lula vem perseguindo –, associado a um forte processo de inclusão social. E foi o que aconteceu, seja logo no início do governo com o Bolsa Família, seja agora com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o grande carro-chefe do governo Lula.

Um dos principais eixos do PAC é o investimento em infra-estrutura. Os recursos são direcionados para o enfrentamento dos gargalos que atrasam o desenvolvimento econômico do País. O estado de Pernambuco, por exemplo, receberá empreendimen-

tos como a refinaria de petróleo e a Transnordestina, intervenções que potencializarão as vocações econômicas regionais, reduzindo com isso as desigualdades que penalizam particularmente as regiões Norte e Nordeste.

De outro lado, esse mesmo eixo prevê investimentos na urbanização e saneamento integrado de áreas de baixa renda, aí incluídos a construção de moradias, pavimentação de vias e implantação de redes de saneamento básico e abastecimento d'água. E é nesse contexto que Olinda se insere e no qual apostamos todas as nossas fichas. E nos preparamos para tal.

Por isso, as áreas mais pobres da cidade, como a Bacia do Rio Beberibe, os morros, córregos e alagados passam hoje por um profundo processo de mudança estrutural. São intervenções que beneficiarão 100 mil pessoas, o que corresponde a mais de um quarto da população do município, com saneamento básico, abastecimento d'água, construção de moradias, pavimentação e construção de ruas e avenidas, macro e micro-drenagem, revitalização do rio Beberibe. Esse é o grande carro-chefe das mudanças que estamos fazendo.

Somando os recursos oriundos do PAC, de emendas ao OGU, do Prodetur, Monumenta e outros programas são R\$ 400 milhões de investimentos que

mudarão a face da cidade. Um sonho de décadas do povo de Olinda e de Pernambuco e hoje temos dinheiro para realizá-lo. Somos o 15º município que mais captou recursos do governo federal.

Nos morros da cidade também conseguimos enfrentar os problemas de deslizamento de barreiras que, em passado recente, provocava a morte de cinco a seis pessoas por ano. Hoje erradicamos um terço dos pontos de risco, de um total de três mil. Também já dispomos de recursos para intervenções na Bacia do rio Paratibe, na área norte da cidade, onde está inserido o Canal Bultrins/Fragoso.

São investimentos de R\$ 145 milhões oriundos do PAC e financiados pelo governo do estado, mas viabilizados porque a Prefeitura de Olinda já tinha o projeto. Todas essas ações terão grande impacto na melhoria das condições de habitabilidade da população do município e na atração de novos empreendimentos econômicos, algo que Olinda nunca viu em sua história.

Gestão democrática e participativa

Outro passo importante do nosso governo foi criar mecanismos efetivos de participação popular. Logo em 2001 instituímos o Orçamento Participativo, uma iniciativa pioneira na cidade. Em seguida foram criados conselhos representativos dos diversos segmentos sociais, como o da mulher, da criança e do adolescente, dos idosos e da juventude, e realizadas conferências municipais, como as da Cidade, da Educação, da Saúde e da Mulher.

Inclusão social e atenção especial à criança

Também buscamos desenvolver políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e idosos, com a implantação de diversos programas sociais em parceria com empresas privadas e organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef. Isso nos garantiu a instalação em Olinda do primeiro Espaço Criança Esperança do Nordeste e o título de Prefeita Amiga da Criança, concedido pela Fundação Abrinq.

Investimos em programas sociais do governo Lula, como o Bolsa Família, que hoje atende 30 mil famílias do município com repercussão importante na economia local. São mais de R\$ 2,5 milhões mensais que entram no bolso das famílias e são injetados no médio e pequeno comércio municipal.

Hoje Olinda tem 100% dos professores contratados por concurso público contra 35% do início do nosso governo. Eles são regularmente capacitados e es-

timulados a avançar em sua qualificação acadêmica, através de parcerias entre a prefeitura e as instituições de ensino superior. O número de vagas nas escolas foi ampliado e os alunos recebem fardamento e merenda escolar de qualidade. Implantamos o Núcleo de Extensão do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o primeiro a ser instalado na RMR.

Desde 2001, o enfrentamento ao analfabetismo é uma das prioridades do nosso governo. Um desafio intensificado com a criação pelo governo federal, em 2003, do Programa Brasil Alfabetizado. Hoje o número de analfabetos caiu de quase 30 mil para quatro mil, uma redução de 80%. Atualmente, mais de 1,5 mil pessoas são inseridas no mundo da leitura e da escrita. A meta é atingir 100% de pessoas alfabetizadas no município. Para reforçar essa ação criamos em 2006 a Brigada Paulo Freire – Por uma Olinda Alfabetizada.

Na área da Saúde elegemos como prioridade as ações de Atenção Básica à Saúde, que incluem a ampliação do número de equipes do PSF de 37 para 56, inclusive de Saúde Bucal, criação de cinco equipes do Núcleo de Atendimento à Saúde da Família (NASF), manutenção de 39 Unidades de Saúde da Família (USF), implantação da Central de Regulação, para agendamento de consultas especializadas, e realização de bloqueios vacinais contra sarampo, tétano e hepatite B em grupos mais vulneráveis.

Conseguimos reverter indicadores importantes como a redução da mortalidade materna e infantil e das doenças infecto-contagiosas, e a ampliação das ações de redução de danos e prevenção às DSTs/AIDS. Implantamos o serviço do SAMU 192 e inauguramos o Centro de Especialidades Odontológicas, onde a população tem acesso gratuito a serviços como tratamento de canal, periodontia, diagnóstico precoce do câncer bucal e cirurgia oral de baixa complexidade.

Em 2007 o Laboratório Municipal de Análises Clínicas realizou gratuitamente mais de 158 mil exames laboratoriais. Isso corresponde a mais de 60% do total de exames feitos no município. No início de 2001, a unidade realizava apenas seis mil exames/mês. Ela realiza desde simples hemogramas até exames imunológicos. Criamos ainda 28 equipes de Saúde Bucal.

A Maternidade Brites de Albuquerque é a primeira da rede pública municipal de saúde. Em 2006 foi considerada modelo pelo Ministério da Saúde, por causa de seu programa de humanização do atendimento às gestantes. Estamos inaugurando a segunda Farmácia Popular da cidade e implantando o Programa Remédio em Casa, que levará os medicamentos nas residências e pelo Correio a 21 mil pessoas.

Olinda agora tem seu primeiro hospital público



Passarinho

Museu do Mamulengo (área interna), o 1º da América Latina

100% vinculado ao SUS, o Hospital Tricentenário. Em junho, a Secretaria de Saúde de Olinda inaugurou no Tricentenário a Unidade de Pró-Atendimento (UPA), que oferece serviços ambulatoriais nas áreas de clínica médica, cardiologia, neurologia, urologia e patologia clínica, ortopedia e traumatologia, atendimento de urgência e emergência, internamento hospitalar e procedimentos cirúrgicos para adultos e crianças.

Desenvolvimento econômico

Ao mesmo tempo realizamos uma ação agressiva de atração de investimentos para a cidade. Primeiramente, atualizamos o Plano Diretor de Olinda exatamente para poder entender para onde queríamos conduzir a cidade. Vale ressaltar que Olinda é uma das poucas cidades de Pernambuco que tem o Plano Diretor atualizado, porque conseguimos implantar, mesmo que minimamente, uma cultura de planejamento. Tudo isso feito de uma maneira muito democrática, com a participação de todos os atores sociais da cidade.

Então definimos as áreas de oportunidades de negócios da cidade e, com essas ferramentas urbanísticas, fomos buscar convencer os empreendedores. Um dos nossos grandes êxitos foi a instalação do Hiperbompreço, do Grupo Wal-Mart, em uma área que há décadas estava em litígio com a União, e conseguimos reintegrar por meio de ação judicial ao patrimônio do município e, com isso, conseguimos estabelecer o processo de negociação que nos interessava: fazer daquela uma área de oportunidade de negócios. O Grupo Wal-Mart instalou, então, o hipermercado dentro das condições propostas pela prefeitura, entre elas a construção de vias públicas que permitiram a implantação de um trinário dentro do sistema viário do município. A instalação do empreendimento também gerou emprego e receitas para a cidade.

Em oito anos, Olinda também atraiu cinco novas agências bancárias, novas concessionárias de automóveis, laboratórios de análises clínicas e de imagem, consultórios médicos e planos de saúde, além de empreendimentos imobiliários e grandes redes

do comércio varejista. A cidade está atraindo ainda empresas da área de Tecnologia da Informação, especialmente a partir de 2007, com a implantação do projeto Olinda Digital, de estímulo à formação de pólo tecnológico no município.

Como resultado concreto disso, Olinda, por esforço próprio, foi apontada pela revista *Exame* como a quarta cidade do país no ranking dos municípios com população acima de 250 mil habitantes que mais aumentou a arrecadação de tributos entre 2002 e 2006. Segundo a revista, dados do Tesouro Nacional mostram que a receita orçamentária do município cresceu 120%, no período. Entre 2006 e 2007 o crescimento foi de 14% no ISS e de 22% no ICMS.

Isso demonstra nossa determinação de garantir o crescimento econômico de Olinda visando à geração de empregos e auto-sustentabilidade da cidade, o que é um de seus grandes desafios. Olinda tem essa contradição. Ela tem problemas de cidade grande e receitas de cidade pequena, justamente por ser vítima de um processo de desenvolvimento urbanístico que não levou em conta a necessidade de o crescimento

populacional ser acompanhado do devido crescimento econômico. Hoje estamos exatamente no processo de recuperação do tempo perdido, de recuperar aquilo que deveria ter sido feito concomitantemente ao crescimento populacional da cidade e não foi. Valorização do patrimônio material e cultural

Com relação ao patrimônio histórico, estávamos em situação muito crítica em 2000. Olinda estava para perder o título de Patrimônio da Humanidade. Não só evitamos essa perda, como assumimos um papel político relevante na defesa do patrimônio cultural brasileiro. Olinda se tornou a primeira Capital Brasileira da Cultura, recebeu o título de Centro da Memória do Mundo, o segundo concedido à cidade pela Unesco. Olinda hoje ocupa um cargo importante na Organização das Cidades, Patrimônio da Humanidade, a Secretaria Regional para a América Latina e o Caribe e o primeiro município do Brasil que conseguiu licitar todas as obras do Monumenta, um programa nacional de revitalização do patrimônio histórico material.

Realizamos o embutimento da fiação elétrica e telefônica em diversas ruas do Sítio Histórico, implantamos o Parque do Carmo, com 4,5 hectares de área verde, construímos estacionamentos em locais

estratégicos, como o Largo da Conceição, e estamos urbanizando o Alto da Sé e o Largo do Fortim. Estamos recuperando o Cine Olinda, em ruínas há 40 anos, que pretendemos entregar à população até o final do ano.

Somos ainda a cidade que mais implantou Pontos de Cultura, o que aprofundou a preservação do patrimônio imaterial da cidade e deu novo estímulo aos grupos culturais locais a partir de um maior suporte estrutural por parte do governo para que eles possam se desenvolver. Também procuramos investir na melhoria dos equipamentos públicos culturais, como cinema, mercados e teatro, como o Bonsucesso que está sendo recuperado. Isso reflete nossa preocupação em criar espaços para o desenvolvimento da

cultura. Também registramos a tapioca no Livro de Tombos, como Patrimônio Imaterial.

Outras três grandes iniciativas de caráter cultural também marcam a nossa gestão: o resgate do carnaval como uma festa essencialmente popular e democrática, o Olinda, Arte em Toda Parte, que abre ao público mais de cem ateliês localizados no Sítio

Olinda (...) busca integrar a cidade ao Brasil e ao mundo, sem perder suas referências e sua identidade que são exatamente a história de seu povo, a sua cultura, o seu jeito de ser

Histórico – que este ano realiza sua oitava edição, com sucesso, democratizando o acesso às artes plásticas –, e a Mostra Internacional de Música de Olinda (MIMO) que está em sua quinta edição e reúne os mais expressivos musicistas nacionais e internacionais populares e eruditos.

Neste mundo globalizado, onde uma das facetas negativas é a tentativa de homogeneizar a cultura, Olinda segue exatamente no sentido contrário: busca integrar a cidade ao Brasil e ao mundo, mas sem perder suas referências e sua identidade que são exatamente a história de seu povo, a sua cultura, o seu jeito de ser.

O que propomos, e estamos realizando, é a combinação da responsabilidade administrativa, gerencial e social com o comprometimento com a democracia, subordinados aos interesses maiores do nosso povo, fortalecendo a luta por uma sociedade livre de qualquer tipo exclusão e discriminação.

Os resultados administrativos e políticos até aqui alcançados mostram que estamos vencendo esses desafios.

Luciana Santos é prefeita de Olinda, cumprindo seu segundo mandato



Nem toda a mídia é marrom. Visite

www.vermelho.org.br

Carnaval de Olinda

A alegria

FOTOS: PASSARINHO

As mesmas ladeiras e ruas, os mesmos morros e largos que foram palco de batalhas que ajudaram a gestar o Brasil e os brasileiros são tomadas pela criatividade, pela fantasia e alegrias do povo. Em Olinda, o carnaval mesmo acolhendo carinhosamente turistas daqui e do exterior, não se “privatizou” nem se descaracterizou. O povo é a estrela da festa e suas históricas criações culturais

valorizadas. Realiza-se com tanta gente e irradia tanta energia que emite a mensagem de que as cidades podem, sim, vencer seus dilemas e problemas. Olinda que entrelaça o épico e o lírico, que harmoniza o sagrado e o profano, que é história e contemporaneidade, diz ao mundo com seu carnaval que as cidades podem, sim, se tornar espaços cada vez mais humanizados com base na força, na união e alegria de sua gente.



Sob o pátio, a corte africana desfila pelas ruas estreitas da Cidade Alta a multiculturalidade do carnaval da cidade



Sozinhos ou em bandos, os "clowns" alegrem as manhãs da folia de Olinda

Homem da meia-noite, o calunga mais antigo do carnaval de Olinda dá o ar de sua graça tendo ao fundo a também histórica Basílica de São Bento



Os "grandões" têm um dia só para eles, quando fazem fila nas ruas da Cidade Alta



Os caboclinhos são mais um aspecto da diversidade cultural da folia olindense

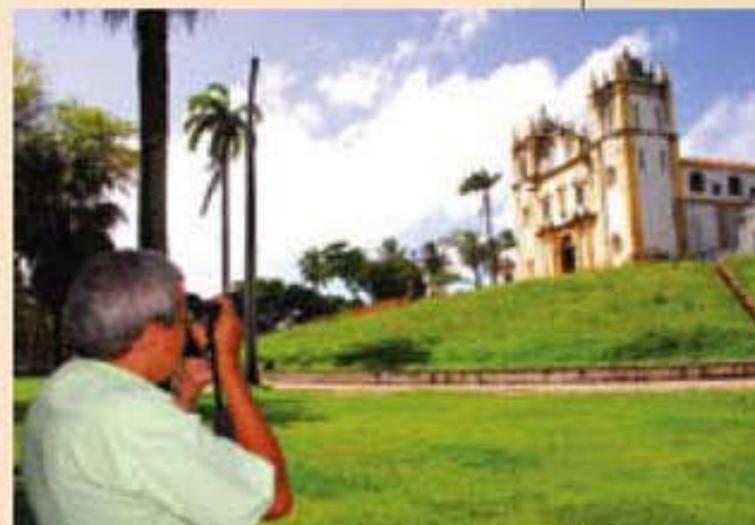


O Bloco da Saudade é um das dezenas de blocos líricos que desfilam no carnaval de Olinda e resgatam a folia de antigamente



O carnaval de Olinda pelos olhos de Passarinho

Das alturas o condor enxerga abrangentes panoramas. Já os passarinhos das torres das Igrejas, dos telhados dos casarios, ou saltitando pelo chão vêem cada detalhe da paisagem. Francisco Ferreira Lima Filho, ou simplesmente Passarinho – como é conhecido e gosta de assim ser chamado – ofereceu à *Princípios* um ensaio sobre o carnaval de Olinda. Publicamos uma seleção desse trabalho e como se vê as lentes de Passarinho se assemelham aos olhos dos passarinhos. Apaixonado pela cidade, há anos e anos fotografa sua musa bem de perto, sob todos



os ângulos. É sem dúvida um privilegiado. Suas fotos desvendam a estonteante beleza de Olinda, e nos proporcionam as cores, a irreverência, a criatividade, a fidelidade às raízes, a fantasia e alegria do carnaval dessa cidade que é Patrimônio

Em Olinda o gosto pela ferveção da folia começa cedo e é passado de pai para filho



A centralidade da cultura

A cultura está no cerne da cidadania e não é possível pensar em melhorar as cidades se o Estado deprecia este setor. Ações de convivência, lazer e cultura são fundamentais para consolidarmos, uma Cultura de Paz

CÉLIO TURINO

Por início, – Em artigo publicado na revista *Princípios* (nº 71, dezembro de 2003), já apontava sobre a falsa contradição entre mais verbas para a cultura e o desenvolvimento de ações sociais ou investimentos em políticas públicas. Um povo com cultura tem melhor saúde, compreende a importância da educação, conquista investimentos físicos e sociais para sua comunidade, é mais cidadão; daí a importância de colocar a Cultura no centro, como filosofia de governo:

“A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. É ela o fio condutor que une o direito à saúde, ao transporte, à moradia, à escola, ao trabalho (...) à cidadania. É com a cultura e só com ela, que conduziremos nossa sociedade à igualitária democracia, recolocando os cidadãos no caminho da emancipação humana”¹.

Às vésperas de eleições municipais, vale a pena colocar esse debate com clareza e apontar aspectos essenciais para a construção de uma política pública

de cultura, em especial na esfera municipal. Por exigüidade de espaço, sugiro a leitura dos artigos “Uma Ação Cultura Transformadora” e “Uma Cultura Viva desescondendo o Brasil profundo”, escritos por mim que podem ser encontrados no site www.vermelho.org.br. Aqui apresento alguns pontos que considero essenciais para a formulação de uma política pública de cultura:

1 CULTURA COMO FILOSOFIA DE GOVERNO – apontar a centralidade da Cultura nos programas de governo, tanto de prefeitos quanto de vereadores, é um reconhecimento que não significa deixar de lado compromissos específicos, sejam eles de atendimento às comunidades (moradores de determinadas regiões, recorte étnico, de gênero, de classe ou etário) ou temáticos, como habitação, saneamento, transportes... Eles continuam no foco, mas com uma abordagem cultural. Alguém imagina a formulação de uma Cultura de Paz (prefiro este conceito a formulações como “Combater a Violência”) sem a

construção e desenvolvimento de ações de convivência, lazer e cultura? Ou um trânsito civilizado sem uma cultura de respeito ao pedestre, respeito à vida? Uma das principais realizações do governador Cristóvão Buarque em Brasília foi Educação no Trânsito. Quem visita a cidade e circula a pé por suas quadras entenderá o que estou dizendo; basta pessoas pisarem na faixa de pedestre ou levantarem o braço pedindo passagem que os carros param. Um sopro de civilidade e cultura na capital do país. Isto acontece em Brasília, uma obra de trânsito que não precisou de viadutos ou túneis, e que reverteu uma situação em que o Distrito Federal figurava como a campeã de mortes violentas no trânsito. E mesmo com a mudança de governos essa obra permanece até hoje. Permanece porque entrou no espírito do povo, uma obra cultural, portanto.

O mesmo pode se observar em inúmeras outras situações, mas para tornar o exercício mais estimu-

lante, sugiro que o próprio leitor/eleitor/candidato encontre seus exemplos.

2 CULTURA COMO PROCESSO – o nome já diz, Cultura tem origem no latim, “Colere”, cultivar. Cultivar a mente é a mesma coisa que cultivar a vida, produzir alimentos, manejar o ambiente. Como se faz para cultivar alimentos (ao menos enquanto os transgênicos ou pílulas cibernéticas – todas devidamente patenteadas e com donos ganhando muito dinheiro – não tomam conta do planeta)? Prepara-se a terra, depois a sementeira, o acompanhamento do crescimento das plantinhas, o cuidado com elas evitando que ervas daninhas e pragas impeçam-nas de crescer, regar com água... Depois a colheita. E após a colheita, a seleção das sementes, o preparo da terra, o cuidado com as plantas, a irrigação... Depois a colheita. E, depois, tudo novamente.

Em política cultural também deveríamos agir assim. O zelo com o patrimônio sem o qual não temos base para nos projetar para o futuro; a formação continuada de crianças e adoles-

centes em programas de educação integral ou cursos livres, oficinas e interações estéticas (e éticas) voltados para todas as idades, gênero ou classe social; o fomento à produção e criação artística e simbólica, venha de onde vir, com liberdade e transgressão.

Preserva-se o patrimônio cultural ou ambiental, formam-se as pessoas e se fomenta a criação simbólica e artística não para o deleite de poucos, mas para a fruição de todos. Por isso a necessidade da difusão e circulação dos bens culturais que devem ir muito além de Eventos que se perderam com o vento. Em uma política cultural consistente o evento é resultado de um processo, nunca um fim em si mesmo. Um processo de irrigação constante que preserva, forma, fomenta, difunde..., e se recria constantemente. Cultivo, Colere, Cultura.

3 CULTURA COMO EDUCAÇÃO – “O grande desafio do país está na qualidade de sua educação”, difícil-



Mercado de Aracaju. Amparado por entidades públicas ou particulares, o rico artesanato sergipano ganhou visibilidade. Sergipe é o estado do nordeste que apresenta maior produção artesanal. Algumas de suas cidades vivem quase exclusivamente do artesanato.

mente alguém se elegeria sem reconhecer este axioma. Mas as premissas consideradas necessariamente evidentes e verdadeiras nem sempre o são. Educação é um direito do cidadão, dever do Estado, todos a defendem, todos se unem por ela. Mesmo assim, continuamos derrapando. E continuaremos derrapando enquanto não percebermos a Educação como um método de transmissão de Cultura. Educação é ferramenta, assim como a Pedagogia. No entanto, o conjunto dos métodos aplicados na educação mais adaptam que transformam, tornando-se cada vez mais instrumentais. Daqui a pouco a Educação que vale será a que ensina as primeiras letras para uma leitura e escrita cada vez mais pobres. Há também a matemática, as primeiras contas, sem as quais não se maneja uma máquina, seja um robô ou computador. E tudo mais se torna dispensável.

E a educação não ganha qualidade

Basta observar. Educação sem história, filosofia ou ciências não localiza as pessoas no mundo. Educação sem arte não aproxima o sensível da razão. E os modernos pedagogos da Educação Instrumental retornam seu ofício à origem etimológica de sua profissão, do grego Paedagôgos, "escravo que acompanha as crianças". Nossas crianças, jovens, adultos e velhos não precisam de escravos que as escravizem.

Os melhores resultados em Educação apontam para outro caminho. O ensino de xadrez nas escolas eleva em 20% o aproveitamento do estudante, comprovam pesquisas realizadas no Leste europeu. Por isso lá o ensino de xadrez é obrigatório. Ver cinema, fazer arte, visitar museus, brincar, tudo é Educação. E Educação não pode se restringir a um período da vida, precisa ser entendida enquanto um processo permanente; em que todos participam e invertem papéis, ora educando, ora educador. Como fazer isto para além das intenções? A Cidade Educadora é um bom caminho. Uma educação que vai além da sala de aula, dos muros da escola. Uma educação que se faz na rua, nas praças, ocupando todos os equipamentos disponíveis. E todas as pessoas.



Espaço Cuca, um dos Pontos de Cultura vinculados ao Ministério da Cultura

Educação em tempo integral, sempre. Mas não necessariamente em tempo integral na escola. Tornando mais prática a proposta: uma Cidade Educadora pode ser realidade em pouco tempo, o Brasil já conta com experiências nesse sentido, como Nova Iguaçu e Belo Horizonte. Aplica-se menos em prédios e mais em gente, aproveitando todos que se disponham e tudo que se disponha para educar. E só a Cultura está presente em tudo e todos.

4 O FINANCIAMENTO DA CULTURA – para não dizer que não falei do financiamento, afinal, este tem sido o tema mais exaustivamente debatido entre os produtores e fazedores de Cultura. E a Cultura continua sendo mal financiada, e com recursos mal distribuídos, e encalacrada nela mesma (claro, no lugar de criar os artistas se transformam em captadores).

Desde os anos 1990, este tem sido um samba de uma nota só. Fala-se de financiamento da Cultura como se houvesse uma única fonte: a Renúncia Fiscal. O principal exemplo é a lei conhecida como Rouanet e várias outras que prevêem renúncia de ICMS nos estados e IPTU e ISS nos municípios. Por enquanto talvez não tenhamos condições de pres-

cindir dessas leis, mas, definitivamente, este não é o melhor caminho para a democratização e desenvolvimento da Cultura. Ao promover a renúncia fiscal, o que se faz é transferir para o mercado (leia-se, diretores e gerentes de marketing das empresas privadas) a decisão sobre os recursos públicos. A renúncia fiscal não agrega novos recursos à cultura, apenas transfere recursos arrecadados por toda a sociedade para decisão de alguns. E sob uma lógica que não é pública, mas de mercado.

Entre 2002 e 2007 a arrecadação da lei Roaunet saltou de R\$ 200 milhões para R\$ 950 milhões. Um salto quase exponencial, que poderia fazer a felicidade de todos os produtores, artistas e público. No entanto, a insatisfação é geral. Isto ocorre porque a concentração no acesso a esses recursos é ainda maior. E a concentração é uma característica do capitalismo de nossos tempos, que também se reproduz no mercado cultural. Os dados são inquestionáveis e estão à disposição para quem quiser se aprofundar no assunto.

Aqui apresento apenas um caminho que começa a se ampliar: os Fundos Públicos. Se o recurso é de todos, melhor aplicá-los em Fundos de Cultura que distribuam os recursos com regras claras, via editais e seleção pública. Quando estive como secretário de cultura em Campinas (1990/92), solitariamente (em relação a políticas de financiamento à cultura que vingaram em outras cidades, estado e país) adotei um outro caminho, evitando que na cidade fosse aprovada uma lei de renúncia fiscal e transformando este montante (0,5% da receita líquida corrente – IPTU, ISS) em um Fundo de Fomento à Cultura. Logo no primeiro edital foram US\$ 500 mil distribuídos em 70 projetos para diversas áreas e linguagens artísticas. Passados alguns anos outras experiências se consolidaram, como os editais de financiamento de grupos teatrais na cidade de São Paulo e os Pontos de Cultura, programa totalmente selecionado por edital público e que distribui recursos diretos às comunidades culturais (estejam em grandes centros ou em um quilombo), garantindo sua autonomia e protagonismo. Afinal, quem cria, quem faz Cultura, é a Sociedade e não o Estado.

Podem ocorrer distorções também com o Fundo



Através da maquete, seu autor, o metalúrgico José Airton Ramalho Amora, que vive há mais de trinta anos perto dos trilhos, mostra sua visão do que é uma cidade

Público de Cultura? Claro. Mas a capacidade que a sociedade tem de combater esses desvirtuamentos também é muito maior. Daí a importância de colocar o tema nas eleições municipais. E enfrentar o desafio.

Por fim – A Cultura não tem fim.

Célio Turino é historiador e escritor. Foi secretário de Cultura e Turismo em Campinas/SP (1990/92), produtor cultural, diretor de promoções esportivas e lazer em São Paulo/SP (2001/2004) e atualmente exerce a função de secretário de programas e projetos culturais no Ministério da Cultura (2004), sendo responsável pelo conceito e implantação dos Pontos de Cultura e do programa Cultura Viva. É autor de Na Trilha de Macunaíma (Ed. SENAC, 2005).

Notas

- (1) TURINO, Célio. "Uma ação cultural transformadora". Revista *Princípios*, n. 71, 2003.



Projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte

O esporte e o lazer: contribuindo com a humanização da cidade

Com a conquista de um Ministério próprio o esporte ganhou status de política de Estado. Contudo, para a maioria das gestões municipais este setor ainda é secundário. Investir no esporte é dar um passo para que se promova a transformação das cidades em espaços mais humanos

WADSON RIBEIRO E CÁSSIA DAMIANI

O Brasil vive, pela primeira vez em sua história, o desenvolvimento social que se realiza com crescimento econômico e com ampliação de liberdades democráticas. Poderíamos dizer que esse é um dos melhores momentos do país. Com o esporte não é diferente: desde a conquista de um Ministério próprio, em 2003, ele vem ganhando status de política de Estado. Isso significa

fortalecimento institucional com mais orçamento para o esporte, e aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos e de instâncias que contribuem com a elaboração e o controle das políticas públicas, como o Conselho Nacional de Esporte – em processo de reformulação – e a Conferência Nacional do Esporte que, em duas edições, envolveu 50% dos municípios brasileiros e mais de 150 mil pessoas dos diversos segmentos esportivos. Entretanto, o que mais valoriza essa política é seu compromisso com a democratização do acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais, na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento humano, sem descuidar da qualificação do esporte de alto rendimento. E na cidade, onde tudo se materializa, como se refletem esses avanços?

Há gestões municipais que apostam no desenvolvimento local confirmando a tendência para o progresso social que torna a cidade um espaço democrático, e humanizado onde são enfrentados problemas sociais, atendidas as demandas de sua gente, devolvendo às pessoas a esperança de que ali poderão usufruir seus direitos e serem felizes. Mas há práticas antidemocráticas de gestões conservadoras em importantes municípios. Nesse espaço o Estado, no sentido mais amplo, deve garantir a elevação da qualidade de vida da população promovendo e integrando políticas públicas de saúde, educação, trabalho e renda, moradia, transporte, cultura, esporte e lazer e outras. Assumir uma nova atitude de gestão, criativa e propositiva, significa ter o esporte como política pública prioritária a serviço dos interesses lúdicos, estéticos, competitivos, artísticos da população que agreguem os valores positivos do esporte e do lazer ao projeto de cultura local, como práticas relevantes para ocupação do tempo livre, de disputas lúdico-esportivas, de aprendizagem, de integração e fortalecimento de laços comunitários, pois investir no esporte é apostar na qualidade de vida.

O esporte na cidade

Embora a situação do esporte e lazer nos municípios brasileiros seja heterogênea pelas diferenças demográficas, econômicas etc., salvo exceções de administrações destacadas, observa-se uma regularidade: a maioria das gestões municipais trata o esporte como questão secundária, sem órgãos próprios, quando muito, submetidos a outras áreas, orçamentos limitados – a média nacional é de 0,5% –, baixo investimento em infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos escassos e pouco qualificados. As ações, descontínuas e desconectadas, indicam a necessidade de políticas municipais que definam

prioridades. Esse quadro demanda um sistema municipal – com estrutura e conselhos próprios – que articule os agentes, defina atribuições com gestão participativa e controle social, mantenha uma rede de equipamentos, qualifique os recursos humanos e amplie o financiamento colocando o esporte entre as grandes questões das cidades.

Esporte como política de Estado

Em sintonia com essa realidade, o Ministério do Esporte procura resolver tais problemas com uma Política Nacional e com a construção de um novo Sistema de Esporte e Lazer. A implementação de programas como o Segundo Tempo busca oferecer atividades esportivas para crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. A meta deste ano é ampliar as parcerias com os municípios para que o programa se fortaleça institucionalmente, adquirindo uma auto-sustentabilidade. Ao contribuir com a ampliação da jornada escolar eleva a qualidade da educação fundamental, protege a infância e a adolescência ao tratar, em especial, aqueles que estão em risco social. Deve-se entender que se refuta a falsa idéia de que a prática do esporte afasta o jovem da criminalidade e da violência, cujas causas são de natureza social e econômica.

Dialogando diretamente com os municípios, o Programa Esporte e Lazer da Cidade busca democratizar o acesso ao conhecimento e a práticas esportivas e recreativas numa perspectiva inter-setorial para crianças, idosos, jovens, adultos e pessoas com deficiência. É uma importante ferramenta em experimentação para formação de gestores de esporte e lazer, pois afirma a possibilidade de autonomia e auto-organização da comunidade nesse setor.

Outra questão importante no que tange às cidades é a necessidade de criar espaços próprios para a juventude realizar suas práticas esportivas, lúdicas e culturais. O Ministério do Esporte se propõe a construir Praças da Juventude como espaços de interação com a cultura e educação. Até o final deste ano será uma em cada Capital. Isso é reconhecer na prática que o jovem é sujeito de direitos, como aprovado na Conferência Nacional da Juventude recentemente realizada.

Novas perspectivas para o esporte e o lazer

Um país com as dimensões do Brasil – que comporta tantos municípios, com economia pujante, fazendo-o ocupar lugar destacado no mundo – deve demonstrar esse potencial também no esporte com um Sistema que garanta, para milhões de brasileiros, o

acesso às práticas esportivas, oferecidas em escolas, parques, bairros, clubes, praias e outros lugares possíveis. Abordar a atividade esportiva no movimento do lúdico ao lúdico competitivo aumenta a oportunidade de aprendizagem e de prática do esporte e, portanto, de formação de futuros atletas em muitas instituições hoje não participantes da estrutura do alto rendimento, o que pode projetar o país a outro patamar de desenvolvimento esportivo com maior número de atletas e melhores resultados. Nesse caso, pode-se indagar: como o município participa desse amplo projeto de formação e participação esportiva? Uma possibilidade é a estruturação do sistema esportivo municipal, articulado com o Sistema Nacional de Esporte e Lazer em construção, que propicie o desenvolvimento sustentável do esporte e do lazer.

O investimento em políticas públicas é condição para que o novo Sistema permita à população se reconhecer nos valores positivos do esporte, e promova a transformação das cidades em espaços mais humanos.

Wadson Ribeiro é Secretário Executivo do Ministério do Esporte e membro do Comitê Central do PCdoB e Cássia Damiani é Diretora da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte e Professora da Faculdade de Educação da UFC

Bibliografia:

- Brasil. Política Nacional de Esporte – Ministério do Esporte. Brasília, 2005.
- Brasil. Resoluções da II Conferência Nacional do Esporte. Brasília, 2006.
- Brasil. Ações e Programas do Ministério do Esporte, 2008.
- Brasil. 3ª Conferência da Nacional das Cidades. Cidade para Todos. Conselho das Cidades e Ministério das Cidades. Brasília, 2007.
- DAMIANI, Cássia & RIBEIRO, Wadson. *Políticas Públicas de Esporte para Juventude*. Separata do mandato Deputada Federal Manoela D'Ávila. Brasília, 2008.
- Diretório Nacional do PT. Diretrizes do Programa de Governo – 2006. São Paulo, 2006.
- SCUTTI, Sueli. "Esporte e Lazer: áreas buscam se consolidar como Política Pública". Em *Revista Espaço Urbano*. Frente Nacional de Prefeitos. Brasília, 2005.
- Instituto da Cidade. Caminhos para uma Fortaleza de Todos. Programa de Governo Municipal, Ban Gráfica. Fortaleza, Ceará.
- Partido Comunista do Brasil. Orientações para Programa de Governo Municipal. SP, 2008.
- SMEL de São Paulo. Balanço de Gestão 2001 – 2004. Prioridade social também para o esporte e o lazer. São Paulo, SP, 2004.



*Projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte
Crédito Agência Brasil*

Onde morar nas cidades

Espaços urbanos segregados são reflexo da nossa histórica desigualdade social e a falta de políticas públicas agrava a carência de habitações



Moradias entregues a famílias de desabrigados em Minas Gerais

DANIEL NOLASCO

Não dá para falar de gestão pública na área habitacional para municípios de pequeno, médio ou grande porte sem abordarmos os problemas e as carências que assolam o Brasil desde a chegada dos portugueses.

As desigualdades sociais e a concentração de renda, características da sociedade brasileira, se manifestam fisicamente nos espaços segregados das nossas cidades. Nelas, as carências habitacionais constituem, talvez, o seu maior problema.

O déficit habitacional brasileiro atinge hoje números catastróficos. São 7,9 milhões de famílias que necessitam de moradia, e mais de 16 milhões de famílias que moram em domicílios inadequados. Sendo as famílias de baixa renda as que mais necessitam de habitação, pois 84% das que necessitam de moradia têm renda de até três salários mínimos. A maior parte da necessidade de novas moradias e de domicílios inadequados concentra-se nas regiões Sudeste e Nordeste, que agregam a maioria da população urbana do país, conforme demonstrado abaixo:

O Brasil terminou o século XX com 3.905 favelas espalhadas pelo país, segundo o Censo de 2000. As taxas de crescimento dos domicílios favelados superaram, e muito, as taxas totais de crescimento dos domicílios totais no País. Entre 1991 e 2000, enquanto a taxa de crescimento domiciliar era de 2,8%, a de domicílios em favelas era de 4,18% ao ano. Entre 1991 e 1996 houve um aumento de 16,6% do número de domicílios em favelas; entre 1991 e 2000, de 22,5%. Estima-se haver, hoje, cerca de 1,96 milhões de domicílios em favelas.

Essa imensa dívida social acumulada no Brasil em relação à carência habitacional também é fruto da falta de políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentáveis; desarticulação institucional entre os três níveis de governo; redução do volume de crédito imobiliário e dos investimentos públicos; e aplicação dos recursos em desacordo com o perfil do déficit habitacional.

Um dos grandes desafios de hoje é criar uma política habitacional de âmbito nacional que transponha governos, com participação social, e que esteja articulada com políticas habitacionais estaduais e municipais, tendo uma política de Estado.

Qualquer política habitacional, em qual esfera for, passa necessariamente pela esfera municipal e deve estar articulada com a política habitacional local. A importância da política habitacional no desenvolvimento urbano, econômico e social das cidades se relaciona com o processo de reprodução social do espaço urbano, onde as autoridades municipais devem estar muito bem atentas a alguns aspectos nas dimensões social e territorial:

a) DIMENSÃO SOCIAL – não pode ser compreendida, simplesmente, como uma política de construção de conjuntos habitacionais, reurbanização e requalificação de edificações. Ela tem a ver mais com a satisfação de uma das necessidades básicas da população. Um povo com carências habitacionais sérias é um povo amputado em sua capacidade de desenvolvimento e de progresso social e cultural.

A dimensão social da política da habitação pode

Lawrence Bodnar



Em São Paulo é comum encontrar pessoas morando nas ruas

ser desdobrada em três aspectos distintos:

- Uma política de subsídio em que se mobilizem recursos para viabilizar a produção subsidiada de habitação para população de menor renda, atendendo à parcela da população sem condições de adquirir, locar ou arrendar uma moradia no preço de mercado;
- uma política de redistribuição do rendimento, que se resume em facilitar o acesso à habitação (através de bonificações financeiras, incentivos fiscais, subsídios de renda etc.) de uma parte importante da população trabalhadora, que tem dificuldade cada vez mais para fazer face à carestia dos preços no imobiliário;
- por fim, uma política de integração social, destinada a combater a formação de guetos na periferia das grandes cidades, os fenômenos de segregação urbana; os desequilíbrios sociais e urbanísticos, com as respectivas conseqüências ao nível da criminalidade e da degradação social.



b) DIMENSÃO TERRITORIAL – é inegável o efeito exercido pelas políticas habitacionais sobre o território da cidade. A falta ou a insuficiência de uma política habitacional contribui para a consolidação da irregularidade. Uma política habitacional “eficiente”, mas desarticulada do planejamento urbano do território, pode gerar conjuntos habitacionais problemáticos. Nesse sentido, a articulação da política habitacional com os instrumentos de ordenação do território contidos no plano diretor pode contribuir para combater a segregação social e espacial, desenvolvimento anárquico das periferias e assentamentos irregulares, reabilitar centros urbanos e históricos, e com isso criar condições para que as cidades se reproduzam de forma mais igualitária.

A política de habitação não se resume à mera construção e gestão dos conjuntos habitacionais e reurbanização de assentamentos precários; ela envolve aspectos da política redistributiva do Estado

e da política de integração social, de orientações de coesão social e territorial.

O plano diretor deve incidir diretamente nas diretrizes locais da política habitacional, induzindo o repovoamento das áreas centrais, destinando áreas infra-estruturadas na cidade para provisão de habitação de interesse social, democratizando o acesso ao solo urbano e à própria cidade à população de baixa renda; reconhecendo a necessidade de inserção social e espacial dos assentamentos informais à malha urbana e à própria vida da cidade, entre outros.

O município deve estabelecer em seu planejamento urbano as estratégias para enfrentar os problemas da demanda por moradia social através principalmente de instrumentos de gestão urbana estabelecidos nos seus respectivos planos diretores. Instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, como o IPTU progressivo e as ZEIS, devem estar previstos nos planos diretores e realmente serem implementados, pois terrenos livres e desimpedidos para construção são cada vez mais raros e caros nos centros urbanos. Estes terrenos não devem servir de mera especulação financeira, sendo valorizados por investimentos públicos feitos ao seu redor. Eles devem ter, sim, uma destinação prevista em lei, cumprindo sua função social.

Deve-se ter bem diagnosticados os problemas habitacionais do município, indicando a demanda reprimida por faixa de renda e as necessidades de urbanizações, produções habitacionais, melhorias e ampliações habitacionais e, ainda, a necessidade de regularização fundiária. Essas necessidades devem estar previstas em um plano municipal de habitação que contenha ações de combate e prevenção a esses problemas, integradas com a União e o estado, elencando as áreas e regiões prioritárias de atuação, articulando-as a outras áreas do desenvolvimento urbano.

O plano de habitação tem que prever a participação de todos aqueles que atuam na área do desenvolvimento urbano, como entidades acadêmicas, movimentos sociais, empresários, representantes dos trabalhadores e gestores municipais, em um fórum de discussão permanente acerca dos problemas de desenvolvimento urbano da cidade. Assim poderá garantir, além da participação e controle social, a continuidade de uma política pública debatida por todos. Tendo uma política habitacional como uma verdadeira política pública e não um mero plano de governo.

Daniel Nolasco é da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Transporte público é um direito

É necessário democratizar os espaços públicos urbanos

Estratégico para o país e necessário em quase todas as atividades sociais, o transporte

de qualidade ainda está restrito a uma minoria. O atual modelo pode ser superado por um sistema de transporte bem articulado e sob controle rigoroso do poder público



Estação Sumaré do metrô paulistano, entre as estações Vila Madalena e Alto do Ipiranga. É parte da Linha Verde, inaugurada em 1991, que percorre grande parte da Avenida Paulista

WAGNER FAJARDO PEREIRA E OSVALDO BERTOLINO

Na atualidade, quando se fala muito em democratização dos espaços públicos, da infra-estrutura das cidades, dos direitos do cidadão e da igualdade de oportunidades, não se pode deixar de falar da importância do direito de ir e vir. Infelizmente, em nosso país este direito ainda está mui-

to restrito a determinados segmentos da população – principalmente os segmentos mais privilegiados.

Dotar as cidades de uma infra-estrutura de mobilidade e transporte para toda a população, principalmente para as camadas mais carentes, é uma necessidade imperiosa para garantir de fato o direito de ir e vir e possibilitar a diminuição da exclusão causada pela ausência de um transporte público de qualidade e acessível. Nestas próximas eleições municipais, principalmente nos grandes centros urbanos, o transporte público, o trânsito e a mobilidade tendem a ser pontos de destaque no debate sobre os compromissos a serem assumidos pelos futuros gestores municipais.

Poucas são as atividades humanas que não exigem algum tipo de transporte para a sua realização. Por isso, esse gênero de primeira necessidade da economia brasileira é muito disputado pelos grupos

privados e, até 1988, andou dois ou três pontos na frente do crescimento econômico médio nacional. Desde então, o desempenho dos transportes públicos está na linha do crescimento vegetativo, abaixo do desenvolvimento médio nos serviços.

O fenômeno é resultado da opção econômica adotada pelos setores dominantes da sociedade brasileira desde o final dos anos 1980. As cidades brasileiras sempre enfrentaram problemas com o transporte urbano – o planejamento e o uso racional dos espaços públicos nunca foram tratados com a atenção devida. A explosão demográfica nos grandes centros, em decorrência da mecanização intensificada das lavouras desde os anos 1970, e a opção de deslocamento por automóvel a partir da década de 1950 criaram as condições para a crise que explodiu nos anos 1990.

Segundo o IBGE, em 1970 cerca de 53% dos bra-

O trânsito de São Paulo é congestionado por uma gigantesca frota de veículos particulares



sileiros viviam no campo. O censo de 1993 já indicava que essa população havia caído para 22%. Os arredores das grandes e médias cidades, onde até os anos 1970 existiam lavouras e mato, hoje abrigam cinturões de habitações populares semi-acabadas e pessimamente servidas de infra-estrutura. Aliada a este fenômeno, há a destruição do modelo de Estado esculpido a partir dos anos 1930, que garantiu um mínimo de controle e distribuição de recursos para o transporte urbano.

Nos anos 1990 chegaram os demolidores da “Era Vargas”, com picaretas nas mãos e discurso demagógico neoliberal na ponta da língua. Sob a falsa bandeira de que a União, os estados e os municípios haviam perdido capacidade de investir, o setor de transporte foi abandonado à própria sorte. O transporte público urbano mergulhou no caos. O Estado cortou a subvenção para o transporte público, resultando em tarifas escorchantes e em queda acentuada da qualidade dos serviços. As fontes de financiamento do setor privado se mostraram um engodo.

Os ônibus se arrastam num trânsito congestionado por uma frota gigantesca de carros particulares – só na cidade de São Paulo, seis milhões de veículos –, que transportam cada vez mais problemas. O preço elevado das tarifas, a multiplicação da violência e a invasão dos espaços públicos por automóveis levaram as empresas a reduzirem a frota e a cortarem funcionários.

A total falta de planejamento e de prioridade ao transporte coletivo gerou, além do caos provocado pelo excesso de automóveis, um descompasso entre os meios de locomoção e os fluxos de pessoas e imobiliários. O crescimento desordenado das cidades cria um fenômeno chamado pelos urbanistas de “desenvolvimento excêntrico” – ou seja, as empresas, os bancos, os shoppings e os bairros residenciais criam vários centros dentro de uma mesma cidade, sem a infra-estrutura necessária.

Com a precariedade do transporte coletivo, essa falta de planejamento urbano contribui para a proliferação do transporte informal – um fenômeno que cresceu rapidamente e ainda aguarda uma solução eficiente. A mobilidade por este meio, que permite atender a regiões não supridas pelos sistemas regulares, e a praticidade “roubam” passageiros dos sis-

temas oficiais, transformando-o num negócio atraente e fora de controle.

No transporte ferroviário de passageiros – municipal, intermunicipal e interestadual – a crise também é profunda. Nas duas últimas décadas, o setor praticamente desapareceu para dar lugar a ônibus e carros. Segundo o economista Ian Thompson, ex-chefe da unidade de transporte da Cepal e sócio-fundador da Sociedade Chilena de Engenharia, São Paulo e Rio de Janeiro são casos perdidos.

Pode ser hipérbole, mas algumas informações dão razão a essa conclusão alarmante. A forma como os governos vêm tratando a questão automobilística no Brasil é uma delas. No auge do programa do

carro “popular”, em 1993, a Anfavea, associação que reúne as montadoras de veículos, chegou a falar em produzir 3 milhões de automóveis por ano em 2000. Naquele ano os impostos sobre o preço de fábrica eram de 17%, contra 89% no governo Sarney.

A crise econômica da segunda metade da década de 1990 fez a Anfavea rever essa meta. Mas em 2008, com o aquecimento da economia, ela deve ser ultrapassada. Segundo considera a entidade, o

mercado surpreendeu nos primeiros cinco meses do ano ao manter altas taxas de crescimento, embora 2007 já tenha sido um ano de recordes. A produção de veículos no ano, que antes era estimada em 3,235 milhões (alta de 8,9% sobre 2007), agora deve chegar a 3,425 milhões, o que representará um aumento de 15% sobre o ano passado.

Hoje a indústria automobilística já responde por 5,4% do PIB. O seu vigor cresce seguidamente desde 2004 – há dois anos, o setor era responsável por 4,9% do PIB total, participação que cresceu para 5,4% em 2007. No PIB industrial, a participação passou de 19,9% para 22,1% do PIB. É a atividade industrial mais importante do Brasil.

O crescimento do número de carros, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), responde pelo nível de monóxido de carbono superior ao limite considerado saudável em mais da metade das grandes cidades do mundo. Durante a vida útil de um automóvel, ele despeja uma média de 35 toneladas de carbono na atmosfera.

Democratizar a utilização do espaço urbano em favor da maioria, sem dúvida nenhuma é uma necessidade e deve ser buscada pelos gestores públicos que tenham, de fato, compromisso com o combate às desigualdades

O ex-prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, que inaugurou o metrô da cidade em 1972, certa vez comparou o carro a uma droga. “É um consumidor terrível de espaço, um devorador de energia, um agente poluidor, predador e perigoso”, disse. “O automóvel assemelha-se a uma máquina da idade média que mobiliza, quando se locomove, em média, um peso morto dez vezes maior do que a carga útil transportada”, afirmou. Ferraz fez uma comparação que merece reflexão: “O carro, no confronto com o ônibus e o Metrô, para uma mesma faixa de tráfego, transporta, respectivamente, dez e vinte vezes menos”.

A raiz desse caos urbano está na forma vigente de pensar a forma de prestação dos serviços de caráter público – forma esta que permeia e condiciona toda a ação política e técnica dos responsáveis pela organização e evolução do setor de transporte. Dotar as cidades de um transporte público barato e de qualidade é, portanto, uma necessidade para combater a exclusão a que está exposta uma parte significativa da população das cidades.

Garantir a mobilidade para todos os segmentos sociais e democratizar a utilização do espaço urbano em favor da maioria, sem dúvida nenhuma é uma necessidade e deve ser buscada pelos gestores públicos que tenham, de fato, compromisso com o combate às desigualdades. Para que isso seja possível, no entanto, é necessário repensar nossas cidades. A cidade tem de ser um espaço a ser ocupado fundamentalmente pelas pessoas.

Não se pode privilegiar as máquinas, no caso os automóveis que transportam normalmente apenas uma pessoa, em detrimento do transporte público que transporta dezenas de milhares de pessoas. Os recursos públicos não podem ser canalizados para resolver os problemas do trânsito gerado pelo excesso de automóveis, enquanto os investimentos em corredores de ônibus, veículos leves sobre trilhos, trens e metrô são proporcionalmente muito irrisórios frente à necessidade da maioria do povo.

Assegurar que os recursos já previstos em lei para o transporte público – como os das multas de trânsito, os recursos da CIDE, entre outros – sejam utilizados corretamente para esse fim pode possibilitar melhorias significativas visando à solução desses problemas.

Outro aspecto fundamental é garantir que o transporte público seja acessível a toda a população. A qualidade do serviço prestado à população deve ser um estímulo para a substituição do transporte individual pelo transporte coletivo, permitindo assim uma democratização do espaço público.

O valor da tarifa também precisa ser pensado como um instrumento para incluir mais usuários aos sistemas de transportes. A experiência do bilhete único, criado na gestão da ex-prefeita e atual candidata Marta Suplicy na capital de São Paulo, é um dos mais bem sucedidos exemplos de como se pode e se deve democratizar o acesso ao transporte.

Mesmo com a limitação imposta pela ainda pequena capacidade do metrô e dos trens metropolitanos, a extensão desse bilhete para esse meio de transporte possibilitou a inclusão de milhões de pessoas que não podiam pagar mais de uma ou duas passagens por dia.

Quando falamos da prioridade ao transporte público é necessário raciocinarmos pensando nos interesses da maioria. Portanto, a utilização de mecanismos que limitem o uso do transporte individual em determinadas situações ou locais deve ser pensada quando trabalhamos o planejamento da cidade no que diz respeito à mobilidade.

Nas grandes metrópoles é necessário estruturar o sistema de transporte de uma rede que integre sistemas de alta capacidade como trens e metrô com outros modais com menor capacidade – como ônibus e veículos leves sobre trilhos (VLT's) –, podendo, inclusive, ser capilarizados nas periferias com modais de menor capacidade – como micro-ônibus e vans.

No entanto, não podemos abrir-mão do controle estatal em todos os sistemas de transportes. Além de ser uma exigência constitucional, esse controle é necessário para evitar que os interesses de grupos privados prevaleçam sobre os interesses da população e do poder público. Um sistema de transporte bem articulado e sob controle rigoroso do poder público, pode iniciar um processo de reversão do atual e esgotado modelo de ausência de mobilidade nas cidades.

Reverter essa lógica e municiar os municípios para realmente fiscalizarem e terem empresas ou órgãos municipais que tenham instrumentos para garantir o controle do poder público pode ser mais um importante recurso. Por ser estratégico para o país, o setor de transporte deve merecer atenção especial das forças comprometidas com um projeto para o futuro da nação.

Wagner Fajardo Pereira é presidente da Federação Nacional dos Metroviários, Secretário-Geral da União Internacional de Sindicatos em Transporte e membro da direção estadual do PCdoB de São Paulo

Oswaldo Bertolino é jornalista e editor do portal da CTB

Saneamento Ambiental no Brasil

Um breve histórico até os dias de hoje

Com a urbanização, o Estado passou a integrar saúde, saneamento, proteção e seguro social. Hoje, no

governo Lula o saneamento ambiental é visto como fator de saúde pública, qualidade de vida, desenvolvimento e cidadania



JOÃO PEDRO APOLINÁRIO

Os serviços de saneamento básico começaram a surgir no Brasil somente em 1877, e em 25 de julho daquele ano nasce em São Paulo a Companhia Cantareira de Água e Esgoto, idealizada pelos barões do café e engenheiros ingleses.

Entre 1880 e 1930, em atendimento às necessidades do sistema capitalista, o Estado brasileiro passa a adequar seus serviços de saúde em observância aos padrões de produção para exportação.

Os órgãos instituídos para atender ao setor receberam o nome de saneamento e beneficência e, imediatamente após, de saúde pública e de assistência social.

O escoamento da produção cafeeira exigia do

Estado a obrigatoriedade do saneamento terrestre e marítimo.

Por imposição dos Estados Unidos, em meados do século XX, constituiu-se a Fundação Rockefeller para o saneamento dos Portos. A primeira visão do saneamento era unicamente focada na produção de soros e vacinas, sem considerar ações de ataque aos vetores (insetos e roedores), nem a interface da saúde com o ambiente e as doenças.

Com o processo de industrialização no Brasil e o surgimento dos trabalhadores urbanos, as corporações impõem uma nova função ao Estado, integrando saúde, saneamento, higiene pública, previdência, proteção e seguro social.

A forte intervenção do Estado brasileiro se dá com

a publicação do Decreto 26463 de 10 de julho de 1934, conhecido como Código das Águas, em que o governo nacionaliza e torna estaduais as concessionárias estrangeiras responsáveis pela operação dos serviços ferroviários, de energia, bondes, telefonia, abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos centros urbanos de porte.

Em 1942 é criada a Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP) e a Funasa, Fundação Nacional de Saúde, com atribuições de implantar sistemas de saneamento básico e programas de educação sanitária nos municípios mais pobres das regiões menos desenvolvidas.

Inicia-se o financiamento do setor

As estratégias, desde então, passaram a privilegiar o interesse econômico de curto prazo, modernizando aceleradamente os meios de produção, demandando maior oferta de infra-estrutura em detrimento das questões sócio-ambientais.

A junta militar constituída pelos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que governou o Brasil entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969, editou o Decreto-Lei 949 autorizando o BNH a aplicar recursos nas operações de financiamento para o saneamento, em especial os advindos do FGTS, modalidade que surge para pôr fim à estabilidade no emprego a quem permanecesse na mesma empresa por 10 anos seguidos.

Com esses recursos, o BNH cria o Sistema Financeiro do Saneamento e com ele o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), com o objetivo de:

- Eliminar o déficit de saneamento básico (água e esgoto) nos núcleos urbanos;
- perseguir a auto-sustentação financeira do setor;
- criar e consolidar o desenvolvimento institucional das companhias estaduais de saneamento básico (Cesb's); e
- desenvolver tecnologias de baixo custo.

Ao BNH foi confiado duplo papel: o de agente financeiro e de órgão normativo do setor, enquanto centralizador dos recursos e definidor das prioridades na alocação dos mesmos, estendidas por isso às Companhias Estaduais de Saneamento.

No âmbito estadual, foram criados os Fundos de Financiamento de Água e Esgoto (FAE's), constituí-



Canalização de córregos e ocupação de áreas baixa - Alagoínhas, BA

dos por recursos das dotações orçamentárias dos governos estaduais.

O modelo das companhias estaduais de saneamento foi concebido e imposto pelos agentes multilaterais BID e BIRD.

Com a centralização do poder decisório, sem nenhum controle social, não tardou a ação de lobistas ligados ou constituídos por fabricantes de equipamentos, empreiteiras das áreas de projetos, construção que, sem titubear, fizeram aprovar obras de eficácia duvidosa e com forte grau de superfaturamento.

Como o Sistema Financeiro de Saneamento foi concebido para atender às companhias estaduais, os serviços municipais e autônomos que não aderissem a ele estavam impedidos do acesso aos recursos financeiros para manutenção ou ampliação dos serviços, recebendo apenas apoio técnico da Funasa, mediante a celebração de convênios.

Diante das recorrentes crises econômico-financeiras mundiais e nacional, o Planasa é desestruturado em 1985, com a extinção do BNH pela Resolução 076/92 do então presidente Fernando Collor de Melo.

Privatização

Em 1989, aos desviar recursos do FGTS do saneamento para outros setores da economia, percebe-se a intenção do governo federal em privatizar o setor. Em 1991 realiza-se o I Encontro Nacional dos trabalhadores do setor, em Brasília, onde é desenvolvido o Plano de lutas contra a privatização.

Em 1992, o II Encontro dos trabalhadores em saneamento denunciou na Eco-92 a política privatista dos governos nas diferentes esferas.

Em 1993, num esforço concentrado com diversos segmentos sociais, foi elaborado o projeto de Lei Complementar 199 que instituía a Política Nacional de Saneamento, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e vetada por Fernando Henrique

Cardoso no quinto dia de seu primeiro mandato.

Em 1997 a ofensiva privatista se manifesta no PLS 266, de autoria do então senador José Serra, que tira o poder concedente dos serviços de saneamento dos municípios que constituem as regiões metropolitanas, passando para os Estados a titularidade – projeto derrotado com a pronta ação dos setores comprometidos com o saneamento público e universalizado.

Todos os projetos do governo federal visando à privatização do setor estiveram combinados com o contingenciamento de recursos financeiros para os operadores públicos, enquanto para os operadores privados houve o estímulo da constituição de Sociedades de Propósitos Específicos (SPE's), com recursos altamente subsidiados pelo BNDES e demais agentes financeiros nacionais e internacionais.

A luta pelo saneamento de qualidade sob a gestão pública

É importante ressaltar o papel cumprido pelo PCdoB, a partir do então deputado federal Inácio Arruda, do Ceará, que promoveu inúmeras atividades dentro e fora do Congresso Nacional em defesa da revitalização das companhias estaduais e da participação dos municípios na definição das políticas públicas.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva há uma polarização entre os defensores do serviço público de qualidade com gestão democrática e controle social e os privatistas de sempre.

O grande mérito do governo Lula foi ter garantido e estimulado o debate que culminou na Lei Federal 11.445/07 que, somada à Lei Federal 11.107/05 (consórcios públicos) e ao Decreto 6017/07 (regulamenta o setor e dá prioridade de recursos de dotação orçamentária do governo federal, dos estaduais e municipais), pode vir a ser um novo marco para o saneamento ambiental enquanto fator de saúde pública, qualidade de vida, desenvolvimento e cidadania.

Cabe destaque ao empenho do então presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, que priorizou na agenda do Congresso a aprovação da legislação acima citada após ter ouvido os diversos atores envolvidos, inclusive a Frente Nacional em Defesa do Saneamento Ambiental, da qual fazemos parte.

Diretrizes

Consideramos que a universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental passa pela consolidação de políticas públicas enquanto fator de saúde e de qualidade de vida.

A prestação dos serviços deve ser processada:

- Sob gestão pública com valorização e atualização do corpo funcional, controle social e participação efetiva na gestão e na definição dos investimentos e metas com foco na inclusão social e no interesse público; na instalação de agências reguladoras e fiscalizadoras sobre a prestação dos serviços; revitalização e fortalecimento dos serviços municipais e das companhias estaduais públicas;
- blindagem política e econômica das companhias estaduais e dos serviços públicos municipais, objetivando com isso coibir eventuais desvios de recursos e finalidade para o qual foram constituídos; reformulação dos contratos de programas, onde a prática do subsídio cruzado tenha total transparência a partir da reestruturação tarifária, garantia do caráter público dos serviços, impedindo qualquer modalidade privada, conforme vem sendo perseguido por grupos econômicos que enxergam no saneamento uma oportunidade de negócio e de mercado, objetivando o lucro em detrimento do social.

Saneamento hoje

Segundo apontam dados do Ministério das Cidades, somente no âmbito do PAC foram disponibilizados R\$ 6 bilhões entre 2002 e junho de 2007 para obras em saneamento. Porém, foram desembolsados apenas R\$ 2 bilhões por insuficiência ou inviabilidade técnica dos projetos apresentados pelos estados, municípios e operadores dos serviços públicos estatais, municipais e autônomos, caindo por terra a máxima de o Estado não possuir recursos financeiros e, por isso, deve privatizar os serviços.

Estamos, sim, carentes de governantes e gestores públicos compromissados com a qualidade de vida, saúde e respeito à coletividade, até porque, segundo a ONU, 2008 foi promulgado como o ano do saneamento.

O Brasil ainda apresenta um déficit de 20% no abastecimento de água e 52% nos serviços de esgoto por redes coletoras de esgoto, e, do total de esgotos coletados, em torno de 10% recebem tratamento e disposição final adequados.

João Pedro Apolinário é Técnico Sanitarista da Sabesp e diretor tesoureiro do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo)

Entrevista com Benedito Mariano

Justiça, segurança e paz nas cidades

Com experiência no setor de segurança pública, Benedito Mariano, atual secretário de administração da prefeitura de Osasco (SP), fala sobre as raízes da estrutura da polícia brasileira e aponta algumas soluções para reverter o quadro da violência. Para ele a eficiência da polícia se mede pela capacidade de enfrentar o crime organizado, e de prevenir os crimes comuns



Polícia ocupa morro do Pavão em abril de 2008 para evitar guerra na zona sul do Rio de Janeiro



André Luiz de Almeida

Na bicicletada do aniversário de 315 anos de Curitiba, completos em 2008, jovem entrega ao Inspetor da Guarda Municipal um Kit Bicicletada

CAROLINA RUY

Princípios: *Dadas as situações dramáticas vividas pelo país nos últimos tempos, envolvidas pelo chamado crime organizado, até que ponto este problema cabe a essa esfera do poder municipal?*

Benedito Mariano: As dimensões do crime organizado são mais visíveis numa metrópole do que numa cidade pequena. Em São Paulo, por exemplo, estima-se um comércio de mais de trinta milhões de cd's pirateados por ano. Não é competência da prefeitura fazer esse combate, é um problema de combate à pirataria, ao crime organizado. Agora, de for-

ma direta ou indireta os chefes do poder executivo, os prefeitos, são cobrados por tal situação. Quando Marta Suplicy foi prefeita de São Paulo, fui seu Secretário de Segurança Urbana, e uma das iniciativas do nosso governo foi montar uma força-tarefa para atuar no centro da cidade contra algumas modalidades do crime organizado, em especial de vendas de produtos pirateados. Sob o comando da prefeita juntamos nessa força-tarefa a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Secretaria da fazenda do Estado, a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana, que era órgão da Se-

cretaria. Fizemos várias ações importantes. Em uma delas – das nove da manhã às sete, oito horas da noite –, paramos a região central e recolhemos uma quantidade tão grande de material pirateado que foi necessário cinquenta caminhões para recolher. Foi a maior apreensão da história de São Paulo. Isso foi possível porque envolvemos mais de mil e quinhentos servidores das três esferas do governo: municipal, estadual e federal. A partir do recolhimento, houve várias outras ações específicas. Isso quer dizer que é possível ter ações, mas não sozinho. O poder local sozinho não enfrenta essas situações que dizem respeito a crime, em especial, ao crime organizado.

P: E qual diretriz a Secretaria de Segurança Urbana seguiu naquele governo?

BM: Naquela prefeitura criamos, pela primeira vez, uma Secretaria de Segurança Urbana – infelizmente, extinta pelas administrações seguintes de José Serra e Gilberto Kassab. E é estranho hoje o candidato Geraldo Alckmin dizer que retomará a Secretaria extinta pelo PSDB.

Nossa intenção era fazer com que o município assumisse seu papel de fazer uma ação preventiva no combate ao crime. Nossas polícias têm pouca cultura de ação preventiva, daí a importância das guardas municipais. As políticas públicas do município têm um papel importante para enfrentar a violência e para inibir alguns tipos de crime. Se realizássemos uma pesquisa nacional sobre as principais preocupações da população, a segurança pública estaria entre as três mais apontadas. É possível e necessário incluir os municípios ao elaborarmos ações sobre esse tema. E isso está sendo trabalhado. O Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania, lançado no ano passado pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, dá um enfoque muito especial à atuação do município e às ações preventivas.

P: Falando em cultura preventiva, qual o papel da polícia hoje?

BM: Na minha avaliação, o modelo de polícia que temos no Brasil está esgotado e precisa ser reconstruído. A polícia tem uma cultura de atuar na repressão daquilo que é visível. E sem orientação da inteligência policial, sobretudo para mapear a grande estrutura do crime e, a partir daí, estabelecer atuações repressivas e preventivas. Esse modelo falido não cultivou a prevenção.

Veja, na polícia, do ponto de vista dos efetivos, hoje temos quase setecentos mil policiais nos estados, mais cerca de vinte mil da União – aqui incluín-

do a polícia federal e a polícia rodoviária federal –, e cerca de setenta mil guardas municipais espalhados pelo país, que não estão no sistema.

É fundamental incluir esses setenta mil guardas municipais na agência pública de segurança dos municípios. Mas incluí-los para ocupar esse espaço vago, que é o espaço da prevenção. Por atuar no poder local tendo mais condições de ser uma polícia de aproximação, as guardas podem ser essa polícia de excelência, de prevenção. A partir daí é possível um salto de qualidade porque passaremos a ter a questão da prevenção na lógica do sistema. Evidentemente, para alguns setores, a função da guarda é também ser polícia ostensiva e repressiva, uma mini-PM. Mas não queremos reforçar a repressão, e sim criar uma cultura de prevenção.

As polícias não têm órgãos corregedores autônomos e independentes para acompanhar as atividades das polícias; não têm códigos de conduta, em especial o sistema das polícias militares, de caráter civil. Os códigos de conduta dos PM's estão muito mais voltados para o PM dentro do quartel do que na rua. É a lógica dessa visão de polícia aquartelada. Durante muito tempo se cultivou a idéia de que a eficiência da polícia se media pelo número de pessoas que ela matava. A polícia matou muito, continua matando, e a violência e a criminalidade aumentam. Esta é a prova inequívoca de que essa visão está falida e esgotada.

A eficiência da polícia se mede pela sua capacidade de enfrentar com inteligência o crime organizado e de prevenir os crimes comuns. Precisamos de uma polícia não só reativa, mas pró-ativa, que faça a prevenção qualificada. Desta forma várias modalidades de crimes (furtos e roubos de pessoas, furtos e roubos de veículos) podem ser prevenidas com a intensificação do policiamento ostensivo, preventivo, presente, permanente.

A cultura que temos hoje é de caçar criminosos e reprimir. Isso ocorre porque o setor de policiamento ostensivo e repressivo no Brasil, historicamente, foi feito por instituições de natureza militar.

P: Qual a raiz dessa estrutura? Teve influência do regime militar?

BM: A estrutura da polícia vem de muito antes do Regime. Vem do Império. A ditadura militar reforçou esse caráter eminentemente repressivo do sistema. A polícia dialoga muito pouco com a comunidade. Mas essa lógica do policiamento ostensivo-repressivo executado por instituições fechadas, aquarteladas, com essa visão militar, vem do Império. A ditadura de 1964 a reforçou, extinguido, por exemplo, em dezes-

seis estados, as guardas civis estaduais. Elas faziam policiamento ostensivo, mas não eminentemente repressivo ou militar. A ditadura também centralizou na União a política, a disciplina, a coordenação das ações das polícias ostensivo-repressivas, que viraram todasmilitares.

Somando o período da ditadura Vargas e o militar, criou-se no sistema de segurança pública um fortalecimento da “polícia-política”. Durante muito tempo a polícia servia muito mais aos interesses do Estado autoritário do que à população. O setor de “polícia-política” bisbilhotou muito o movimento social, popular, sindical, partidários políticos. Dessa forma, a inteligência policial não servia à segurança pública, mas sim à perseguição dos adversários políticos.

Precisamos agora construir um sistema de inteligência para a democracia. A transição democrática extinguiu essa lógica de inteligência voltada para a “polícia-política”, mas ainda não chegou ao patamar que se deseja, de criar um sistema de inteligência policial para subsidiar a polícia no combate do crime, de cima para baixo.

P: Nas duas maiores metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, a política de segurança pública visa à repressão ostensiva contra o crime, com aumento de mortes provocadas pela polícia, e também da violência policial. Por favor, fale mais sobre essa forma de combater o crime “de cima para baixo”.

BM: A polícia, no Brasil, sempre atuou de baixo para cima, olhando para a periferia. E a lógica do grande crime não está na periferia. O modelo de polícia que se espera é de uma polícia bem paga, qualificada, bem informada e preparada para combater o crime de cima para baixo – do grande para o médio, do médio para o pequeno – e não só olhar para os efeitos visíveis do crime. Atuando apenas na base visível do crime, a polícia sempre vai cometer muita violência. É a situação atual da polícia, que mata muito mas não pega o comando do crime. Além disso, a polícia ainda trabalha com o estereótipo de que o bandido mora na periferia, tem o rosto do pobre. E, como sabemos, quem comanda as estruturas do crime está nos bairros de classe média alta. Quem comanda a lavagem de dinheiro, enfim, toda a estrutura do crime organizado, não é visível. Mas só se pode atuar nesse nível da criminalidade com inteligência.

Não queremos uma polícia que faça repressão sem qualificação e com preconceito, sem ter essa dimensão de combater o crime, voltando sua ação contra os pobres.

O estabelecimento de uma cultura de prevenção no sistema de segurança pública, de modo que a polícia chegue antes do crime, é um dos caminhos para resolver esse impasse. Se olharmos a Constituição – mesmo a Constituição Democrática de 1988 –, veremos que não é função da polícia federal, rodoviária, civil, ou militar, fazer prevenção. A palavra prevenção não existe no sistema de segurança pública. Não porque a polícia ou determinados policiais não querem fazer a prevenção, mas eles não são treinados para isso.

Os militares – e esse é um legado do período militar – têm uma política de caçar inimigos, com um olhar de que o inimigo estaria na periferia. Aí não tem outro jeito, o resultado é a violência letal, e letal contra os pobres. Temos de dar uma condição melhor para a polícia atuar na prevenção, reorganizar o sistema de informação e inteligência, voltados para a segurança pública.

P: No projeto de segurança, elaborado em 2002, pelo Instituto da Cidadania, do qual o senhor participou, são apontados vários argumentos, segundo os quais neste processo ninguém está seguro. Essa reflexão continua atual?

BM: Sim. Primeiro, fui um dos coordenadores do programa do Instituto Cidadania, que virou o projeto de segurança pública para a primeira campanha para presidente da República do presidente Lula. Evidentemente, ninguém está seguro se o sistema é falido. Na verdade, os setores médios e os mais ricos da sociedade só sentirão a ineficiência do sistema quando determinadas situações de crime, que só acontecem na periferia, chegam às classes médias. E cada vez mais isso está acontecendo. Os seqüestros aumentaram, homicídios dolosos, muito próximos de setores médios e ricos. Precisamos de uma polícia que leve em conta, por exemplo, a determinação da ONU (Organização das Nações Unidas) para o uso de arma de fogo. Não tem de estar, em qualquer ocorrência, com arma em punho, e atirando. Em alguns países, se o policial tira a arma do coldre já tem que fazer um relatório, mesmo sem ter dado um único tiro. Aqui, em qualquer ocorrência banal os policiais já estão com a arma em punho, principalmente nas regiões periféricas. Temos de ter maior controle sobre o uso da força letal, temos de ampliar a inteligência policial, ampliar a prevenção e reestruturar e democratizar as relações internas na polícia e incluir os municípios numa ótica preventiva através da sua agência, as guardas municipais – que não são poucas. São setenta mil homens e mulheres hoje usando

uniforme e arma e considerados polícias de fato. É fundamental termos uma polícia qualificada, legalista, democrática, eficiente, capaz de se antecipar ao crime, preparada para mapear o grande crime e, aí sim, reprimir com força a estrutura do crime organizado e não a parte visível de determinados crimes. Não se combate o tráfico de drogas reprimindo os “aviões”; combate-se com eficiência o tráfico de drogas prendendo os grandes traficantes, atuando nas redes do tráfico. E aí precisa ter inteligência policial porque se não não vai chegar lá.

Voltando aqui para o município, há vários projetos relacionados à juventude, à infra-estrutura, principalmente da periferia, envolvendo iluminação pública, moradia digna, ampliação de projetos como o “renda mínima”. Foi uma das coisas importantes que aconteceu no governo Lula. Nunca foi tão grande o número de pessoas beneficiadas pelo “Bolsa Família”. Há vários projetos sociais que podem, direta ou indiretamente, contribuir para diminuir a violência, voltados para a juventude para que ela possa ter alternativa e inibir, cada vez mais, a possibilidade de os jovens serem cooptados pelo crime e se tornarem reservas do crime organizado.

Então, este é um setor para o qual é necessária uma atenção muito especial, principalmente sobre a juventude pobre que não tem alternativa de cultura, lazer, e uma parte significativa acaba sendo cooptada pelo crime.

Também é preciso valorizar o policial. Temos quase oitocentos mil policiais espalhados no país e é necessário ter uma ação de eficiência. Nossos policiais são muito mal treinados, por exemplo, para o uso da arma de fogo e a cada dia vemos o resultado disso. Há poucos dias, no Rio de Janeiro, houve casos gravíssimos, grotescos, de uso inadequado, irregular, da arma de fogo. Para pôr um policial na rua, ele tem de ser muito treinado para usar a arma de fogo, e em determinadas situações. Isso, infelizmente, ainda não acontece.

P: No senso comum há duas visões predominantes: uma absolutiza a repressão policial, e outra absolutiza as políticas sociais apoiando-se na questão dos direitos humanos. Tenho a impressão de que as duas teriam de trabalhar juntas porque as políticas sociais têm efeitos em longo prazo. Como você vê esta dicotomia?

BM: Essa pseudo-contradição entre segurança pública e direitos humanos foi pontuada pelos setores conservadores da sociedade. Durante muito tempo se vendeu a imagem de que quem milita nos di-

reitos humanos defende bandido; teve gente até que se elegeu com esse discurso. Não vejo contradição ou antagonismo entre direitos humanos e segurança pública. Até porque garantir segurança pública é um dos direitos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma polícia legalista, democrática que atue com eficiência contra o crime está promovendo os direitos humanos. E a atuação de direitos humanos que propõe uma polícia mais qualificada, combate a violência policial, combate a violência letal, que combate essa visão policial preconceituosa de olhar só para a periferia dá uma contribuição significativa para melhorar o modelo da polícia. Não teremos uma democracia sólida sem uma política de Estado voltada para os direitos humanos e sem um sistema de segurança pública, democrático coadunado com as conquistas democráticas que tivemos. Apesar dessas conquistas, não temos um sistema de segurança pública democrático. A lógica do sistema ainda é a do Brasil Império, do período do arbítrio. Como a polícia pode agir com eficiência se o modelo propõe outra coisa? Tem que mudar o modelo. A cada dia me convenço mais de que ele só será mudado debatendo segurança pública em todos os setores da sociedade, criando uma consciência crítica de que isso diz respeito a toda a sociedade e não apenas à academia, aos policiais, aos intelectuais.

Não dá para depender unicamente do Congresso Nacional. Muitas vezes ele intervém na questão de segurança propondo uma resposta reativa. E resposta reativa normalmente reforça esse modelo que queremos mudar. Porque resposta reativa sempre tem um cunho conservador e reacionário. Espera-se que o Congresso abrace o debate sobre construir um sistema diferente de segurança pública. A partir daí a sociedade levará isso para dentro do Congresso Nacional. Plagiando o sociólogo Paulo Sérgio Pinheiro, digo que a Constituição de 1988 é uma continuidade do mesmo sistema de segurança do arbítrio e, em alguns aspectos, até mais conservadora. Por exemplo, ela ampliou a possibilidade de ter auditorias e tribunais militares estaduais, mais do que a Constituição dos militares. Embora tenha sido uma Constituição com grandes avanços, nesse capítulo da segurança pública não houve avanço significativo. Aí sim temos uma contradição. Não entre direitos humanos e segurança, mas entre avanços democráticos significativos e um sistema de segurança pública que ainda tem o rosto do arbítrio, a cara de períodos autoritários no país. Isso porque a estrutura não foi mexida. É fundamental criar estruturas novas no sistema de segurança pública.

Carolina Ruy é secretária de redação de Princípios

A reforma urbana e a questão da terra

Milhões de brasileiros expulsos do campo passaram a viver na periferia das grandes cidades, em espaços que restaram da monopolização dos especuladores imobiliários.

Esta situação mostra que o cerne da Reforma Urbana continua sendo a Terra



Crianças pisam na terra no distrito de Parelheiros, periferia de São Paulo



Condomínio de Luxo na Barra da Tijuca, um dos bairros que possui o metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro

RAUL K. M. CARRION E ELENA GRAEFF

Ao longo de todo o século XX, milhões de brasileiros foram expulsos do campo pelo latifúndio improdutivo e jogados na periferia das grandes cidades. Aí passaram a viver sem as mínimas condições de habitação, saneamento, saúde e educação e sem perspectivas de um trabalho digno. A população urbana do Brasil – que nos anos 1940 representava

apenas 26% da população total – passou em 2000 a 82,5%.

Atualmente, 155 milhões de brasileiros moram nas cidades, convivendo com uma carência habitacional de em torno de 21 milhões de moradias, sendo 8 milhões de déficit quantitativo (falta absoluta de moradias) e 13 milhões de déficit qualitativo (habitações subnormais, irregularidade fundiária e

urbana). Esse processo de “favelização” tem crescido muito mais rapidamente do que o aumento da população urbana. Assim, nos anos 1980, o crescimento da população favelada foi o triplo do crescimento da população urbana e na década de 1990 o dobro. Nas 9 maiores regiões metropolitanas, a periferia cresceu 30% nos anos 1990, contra apenas 5% em suas áreas centrais. Hoje, nas grandes cidades brasileiras, a população das favelas representa de 20% a 30% da população total.

Se relacionarmos a carência absoluta de 8 milhões de moradias com a renda das famílias, constatamos que 90,3% ganham até 3 salários mínimos e 96,3% até 5 salários mínimos. Dessas famílias, 95,2% estão nas regiões metropolitanas. Ao mesmo tempo, temos 6 milhões de imóveis vazios, o que nos indica que esse enorme déficit habitacional decorre da falta de poder aquisitivo da maioria da população, fruto da perversa concentração de renda existente em nosso país.

De 1940 a 1980, apesar de o PIB ter crescido ao ritmo de mais de 7% ao ano, manteve-se a concentração de riqueza herdada de nossa formação escravista, baseada na grande propriedade da terra. As “décadas perdidas” de 1980 e 1990 aumentaram ainda mais a exclusão social e essa absurda concentração de renda. Hoje, os 10% mais ricos são donos de mais de 75% de toda a riqueza nacional, enquanto os 90% mais pobres dispõem apenas de 25%¹. Da mesma forma, caiu a participação dos trabalhadores na renda nacional de 55,5% (em 1959) para 39,1% (em 2005). Em um Brasil que possui 60 milhões de famílias 45% da renda e da riqueza nacionais são usufruídos por apenas 5 mil famílias. Dessas, 80% estão em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Assim como o latifúndio impera no campo – onde menos de 2% dos proprietários são donos de mais de 50% das terras cultiváveis – nas cidades um punhado de especuladores monopoliza as terras urbanas edificáveis. São “vazios urbanos” (1/3 das áreas edificáveis das cidades brasileiras), mantidos sem uso, à espera de valorização pelos investimentos públicos (água, luz, esgotos, pavimentação, áreas de lazer, equipamentos públicos em geral) pagos pelo conjunto da população. Investimentos que – junto com as inversões privadas em habitação, comércio e serviços – fazem com que um hectare de solo urbano chegue

a valer até dez milhões de reais nas áreas nobres de nossas grandes cidades, contra cerca de quatro mil reais por hectare em áreas rurais agriculturáveis.

A supervalorização do solo urbano

Essa situação criou em nosso país um mercado imobiliário altamente monopolizado, onde as “mais-valias” decorrentes dos investimentos públicos e de inversões do conjunto da sociedade têm sido apropriadas por um punhado de especuladores urbanos. O resultado é o enorme encarecimento da terra urbana, onerando a indústria da construção civil (para quem a terra é um insumo), dificultando ao poder público a aquisição de áreas para a produção de habitações de interesse social e tornando inacessível aos trabalhadores a aquisição de lotes para a construção de suas moradias.

Em decorrência dessa enorme monopolização, o valor médio do solo urbano triplicou em apenas duas décadas. Na capital paulista, por exemplo, o preço dos terrenos – que nos anos 1970 representava 10% a 15% do custo da habitação – no final dos anos 1990 passou a representar de 30% a 40% desse custo. No Brasil, entre

1959 e 1990 o preço dos lotes urbanos aumentou 8 vezes mais do que o salário mínimo. Por isso, a disputa pela terra tornou-se o centro dos conflitos sociais urbanos, paradoxalmente em um país continental que dispõe de mais de 4,5 hectares por habitante.

O mercado imobiliário privado só consegue produzir habitação para famílias com renda superior a dez salários mínimos (18% da população total), onde o déficit é de apenas 0,8%, não tendo condições sequer de atender à maioria da “classe média”. Não tem, pois, a menor possibilidade de suprir a demanda de moradias das famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Essa terrível e injusta realidade urbana reproduz a lógica da sociedade capitalista e do chamado “livre mercado”. Uma lógica excludente e concentradora de renda, que desmente o hipócrita discurso liberal ou neoliberal de que as forças do mercado são capazes de levar a uma sociedade equilibrada e justa. Ao contrário, o mercado capitalista nasce, ele mesmo, da desigualdade entre os que produzem e os que se apropriam, e reproduz de forma ampliada essa desigualdade.

A única alternativa que tem sobrado para as camadas empobrecidas da população é a ocupação de áreas ociosas – terras privadas que não interessam ao mercado (de preservação ou de risco), ou terras públicas

A única alternativa que tem sobrado para as camadas empobrecidas da população é a ocupação de áreas ociosas – terras privadas que não interessam ao mercado (de preservação ou de risco), ou terras públicas. Por tudo isso, é necessária a intervenção do Poder Público para regular o mercado fundiário e imobiliário, destinar recursos subsidiados para os segmentos mais empobrecidos da população e exigir o cumprimento da função social da propriedade do solo urbano.

Deve-se salientar, ainda, que os vultosos investimentos do PAC em infra-estrutura social (moradia e saneamento básico), gerando uma virtuosa “ex-

Interesse Social (HIS).

O reconhecimento pela Constituição de 1988 da função social do solo urbano deu uma base sólida para a conquista do “direito à cidade para todos”, meta central da Reforma Urbana. O Estatuto da Cidade (LF 10.257/01), ao regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição, forneceu instrumentos para políticas públicas urbanas que democratizem as cidades brasileiras.

Para a recuperação das “mais-valias” fundiárias – alguns autores preferem definir como “gestão social da valorização da terra”² – o Estatuto da Cidade (EC)

Mutirão solidário mobiliza moradores do Jardim Mariana, em Cuiabá, 2005



Comunicação, Prefeitura de Cuiabá



Capão Redondo, distrito pertencente à subprefeitura do Campo Limpo, na região sudoeste de São Paulo, a uma distância de 16 km do marco zero da cidade



Shopping Cidade Jardim, em São Paulo, um alto empreendimento imobiliário

plosão” imobiliária, agravaram ainda mais o problema, ao encarecer enormemente o solo urbano, que passou a ser avidamente disputado pelas empresas construtoras, deixando cada vez menos áreas disponíveis para habitação popular.

A captação das “mais-valias” fundiárias e o enfrentamento dos “vazios urbanos”

Para enfrentar essa situação, impõe-se a utilização de mecanismos que recuperem as “mais-valias” fundiárias em benefício do conjunto da população e garantam espaços nas cidades para a Habitação de

dispõe em suas Diretrizes Gerais a “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização” (art. 2º, inciso IX) e a “recuperação dos

investimentos do poder público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos” (art. 2º, inciso XI). E, ao tratar dos “instrumentos gerais”, cita a “contribuição de melhoria” (art. 4º, inciso IV, alínea b). Ressalte-se, porém, que tanto essas Diretrizes Gerais quanto a “contribuição de melhoria” não são auto-aplicáveis, necessitando de legislação específica.

Para garantir espaços para os “pobres” morarem e combater os “vazios urbanos” especulativos, o EC, ao regulamentar o § 4º do art. 182 da Constituição, dispõe sobre a punição da “retenção especulativa de

imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização" (art. 2º, inciso VI, alínea e), através do "parcelamento, edificação ou utilização compulsórios" (art. 5º e 6º), "IPTU progressivo no tempo" (art. 7º) e "desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública" (art. 8º). Mas, a utilização desses instrumentos está condicionada à existência de Planos Diretores e à indicação em "lei municipal específica" (art. 5º) das áreas sujeitas à sua aplicação. Assim como os Planos Diretores definem áreas para habitação, uso industrial, serviços ou mistas, precisam definir áreas para Habitação de Interesse Social, através da "instituição de zonas especiais de interesse social" (art. 4º, inciso V, alínea f), ou similares.

Igualmente, encontra-se no Congresso Nacional, pronto para ser votado, o PL 3057/00 – Lei de Responsabilidade Territorial Urbana – que altera a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (LF 6766/79), sem que até agora tenha sido incluída a proposta de que em todo novo parcelamento do solo urbano seja destinado um percentual mínimo de 10% a 15% para a produção de HIS, como já ocorre em vários países. É imprescindível uma grande mobilização para que conquistemos esse importante avanço no PL 3057/00. Também é preciso garantir preferência no acesso aos recursos do Fundo Na-

cional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) aos municípios que tenham em seus planos diretores previsão de áreas de habitação de interesse social (Zoneamento de Interesse Social), que exijam um percentual de terras para HIS nos novos parcelamentos e utilizem os instrumentos de combate aos "vazios urbanos" previstos no § 4º do art. 182 da Constituição.

Infelizmente, apesar de todos os instrumentos previstos na nossa Constituição e no Estatuto da Cidade, pouco temos avançado. Os enormes e poderosos interesses dos donos de terras até agora têm prevalecido sobre as conquistas legais. Fica cada vez mais claro que essa é uma questão eminentemente política, cuja solução depende da mais ampla mobilização daqueles que são os maiores interessados – os milhões de excluídos do acesso às cidades, lançados em suas periferias em condições sub-humanas. Sem dúvida, a questão central da Reforma Urbana continua sendo a TERRA!

Raul Carrion é deputado estadual do PCdoB no Rio Grande do Sul e representante da UNALE no Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do CONCIDADES e Elena Graeff é arquiteta e assessora da bancada do PCdoB na Câmara Municipal de Porto Alegre

Bibliografia

- ARAUJO, Luiz Emani de. *A Questão Fundiária na Ordem Social*. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- FERNANDES, Edésio & VALENÇA, Márcio Moraes (org.). *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas*. Brasília. V Conferência das Cidades, dezembro de 2003 (texto de apoio às discussões da Mesa 1).
- FURTADO, Fernanda. "Instrumentos para a gestão social da valorização da terra: fundamentação, caracterização desafios". In CUNHA, Egláisa; DE CESARE, Cláudia (org.) *Financiamentos das Cidades: Instrumentos Fiscais e de Política Urbana – Seminários Nacionais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Habitação. *Déficit Habitacional no Brasil 2005*. Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações: Belo Horizonte, 2006. Projeto PNUD-BRA-00/019 – Habitar Brasil – BID.
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Estatuto da Cidade: para compreender...*. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- SANTORO, Paula (org.). *Gestão Social da Valorização da Terra*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004 (Cadernos Pólis, 9).
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. "O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista". In MARICATO, Ermínia (org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

Notas

- ¹ POCHMANN, MÁRCIO. "O País dos Desiguais". In *Le Monde Diplomatique Brasil*. Outubro de 2007.
- ² Entre outros argumentos, a expressão "gestão social" traria um reforço à idéia de envolver amplamente a sociedade nesse processo, de forma a permitir o controle social da aplicação desses instrumentos (SANTORO, Paula & CYMBALISTA, Renato. "Gestão Social da Valorização da Terra", *Cadernos Pólis*, 9. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

Um Che pouco conhecido: a paixão de Guevara pela leitura

Guevara apoiou-se nos livros para aprimorar seu senso ético e sua conduta. Sua vida foi marcada pela tensão entre o ato de ler e a ação política; entre a leitura e a vida prática; entre a figura sedentária do leitor e a imagem do guerrilheiro que avança



TIAGO NERY

No poema *Lisboa revisitada*, Fernando Pessoa escreveu: "(...) só és lembrado em duas datas, aniversariamente: quando faz anos que nasceste, quando faz anos que morreste". Ernesto Che Guevara parece ser uma dessas pessoas que só são lembradas no aniversário de sua morte. Com frequência, exalta-se a figura do herói-mártir do voluntarismo revolucionário, do guerrilheiro heróico. No último dia 14 de junho, ele completaria 80 anos. Mais uma vez, as poucas referências a seu natalício não mencionaram as outras dimensões da vida deste ser profundamente complexo e humano.

Guevara passou por várias metamorfoses ao longo da vida, e essas mutações bruscas foram a marca de sua personalidade. Ele teve muitas vidas simultâneas – a do viajante, a do médico, a do aventureiro, a do crítico social – que se condensaram e se cristalizaram, por fim, em sua experiência de condottieri, como gostava de denominar-se. No entanto, pouco se escreveu sobre sua paixão pela leitura, que remonta à sua infância, e que o acompanharia até seu assassinato na Bolívia.

De acordo com o próprio Guevara, seu interesse

pela leitura começou ao tentar ocupar-se durante os ataques de asma, quando seus pais o obrigavam a ficar em casa, fazendo as inalações prescritas por eles. Devido às crises de asma, a mãe foi a pessoa que lhe ensinou a ler, pois ele muitas vezes não podia ir à escola. A partir de então, ele se transformou num leitor voraz. Alberto Granado, o amigo que o acompanhou na viagem pela América do Sul, ficou intrigado quando descobriu que o jovem Ernesto "já estava lendo Freud, gostava da poesia de Baudelaire e lera Dumas, Verlaine e Mallarmé em seu idioma original, bem como a maioria dos livros de Émile Zola, os clássicos argentinos, como o épico *Facundo* de Sarmiento, e as mais recentes obras de William Faulkner e Jonh Steinbeck" (Anderson, 1997, p. 46).

Ao longo de sua trajetória, Guevara procurou um modo de unir a leitura à vida. Como leitor, procurou completar o sentido de sua vida por meio de imagens extraídas das leituras que fazia. Guevara viveu sua vida a partir de certo modelo de experiência, que leu e que procurou repetir e realizar. Foi uma pessoa que encontrou em algumas cenas lidas, um modelo ético, de conduta, a forma pura da experiência. Há uma passagem em sua vida sobre a qual Cortázar es-

creveu um conto, em que Guevara, ferido, pensando que estivesse à morte, lembra-se de um relato que leu. Assim escreveu em *Passagens da guerra revolucionária*: “Na mesma hora comecei a pensar na melhor maneira de morrer, naquele minuto em que tudo parecia perdido. Lembrei-me de um velho conto de Jack London, em que o protagonista, apoiado no tronco de uma árvore, toma a decisão de acabar a vida com dignidade, ao saber-se condenado à morte, por congelamento, nas regiões geladas do Alasca. É a única imagem de que me lembro”.

A vida de Guevara foi marcada pela constante tensão entre o ato de ler e a ação política; entre a leitura e a vida prática; entre a figura sedentária do leitor e a imagem do guerrilheiro que avança. Mais do que uma paixão, a leitura era para ele uma dependência. “Minhas duas fraquezas fundamentais: o fumo e a leitura”. Pode-se falar de uma leitura feita em situações de perigo. São sempre situações de leitura extrema, fora de lugar, em circunstâncias de desorientação, de ameaça, de morte. A leitura opondo-se a um mundo hostil, como os restos ou lembranças de outra vida. No excelente ensaio Ernesto Guevara, rastros de leitura, o escritor Ricardo Piglia define com precisão esses momentos de leitura nos intervalos da marcha contínua da guerrilha: “essas cenas de leitura seriam o vestígio de uma prática social. Trata-se de uma pegada – um tanto borrada –, de um uso do sentido que remete às relações entre os livros e a vida, entre as armas e as letras, entre a leitura e a realidade” (2006, p. 101).

Em Guevara, a leitura foi uma espécie de filtro que lhe permitiu dar sentimento à experiência; a leitura foi um espelho da experiência, definindo-a, dando-lhe forma. Além disso, serviu como metáfora da diferença entre sua vida política e sua vida pessoal, permanecendo como um resto do passado, em meio à experiência da ação pura, do desprovimento e da violência, na guerrilha, na montanha. Isso já era percebido no período da luta em Cuba. Em um testemunho sobre a experiência da guerra de libertação cubana, alguém afirma, referindo-se a Che: “leitor incansável, abria um livro quando fazíamos uma parada, ao passo que nós, mortos de cansaço, fechávamos os olhos e tratávamos de dormir”. Há uma foto dessa época, na qual é possível observá-lo lendo uma biografia sobre Goethe num acampamento guerrilheiro.

Existe uma outra, extraordinária, que capta o momento em que Guevara está lendo, em cima de uma árvore, em meio à desolação e à experiência terrível da guerrilha perseguida, na Bolívia. Trata-se de Guevara como o último leitor. Ademais, como costumava fazer, ele também registrava em seu di-

ário a experiência pessoal e coletiva na qual estava inserido. Escrevendo sobre si mesmo, sobre o que lê, e sobre o que vivencia, Guevara fixa a experiência em si, que permitirá em seguida ler sua própria vida como se fosse a de outro, e reescrevê-la. No entanto, o *Diário da Bolívia* é excepcional, por não ter sido reescrito.

O conflito permanente entre a ação e a leitura continuará perseguindo-o até o fim da vida. Em meio à marcha da história, a figura do leitor estará sempre presente em Guevara. Desse modo, é possível observar uma tensão constante entre o ser isolado, sedentário, reflexivo, e o ser político, o homem de ação. Há um relato sobre o primeiro combate da guerrilha boliviana no qual ele estaria lendo, estendido em sua rede, esperando o momento exato de dar início à emboscada. Ainda no sofrido país andino, quando por fim é capturado, no dia 8 de outubro de 1967, Guevara, já sem forças, carregava livros. Enquanto todos se desfizeram daquilo que dificultava a marcha e a fuga, Ernesto Che Guevara continuou mantendo seus livros, que pesavam e eram o oposto da leveza exigida pela marcha.

Nos momentos finais de sua vida, as figuras do leitor e do político voltariam a unir-se, pois estavam juntas desde o início. Enquanto estava preso na escolinha de La Higuera, pouco antes de ser assassinado, a única pessoa que assumiu uma atitude solidária com Guevara foi a professora do lugar, Julia Cortés, que lhe levou um prato de comida que sua mãe havia preparado. Quando entrou na sala, encontrou Che jogado no chão, ferido. Então – e estas seriam suas últimas palavras – Guevara mostrou-lhe uma frase escrita na lousa e lhe disse que a mesma não estava correta. Com sua ênfase na perfeição, ele falou: “falta o acento”. A frase era “yo sé leer” (‘eu sei ler’). Por uma dessas ironias do destino, como um oráculo, uma cristalização quase perfeita, a frase corrigida por Guevara tinha a ver com a leitura.

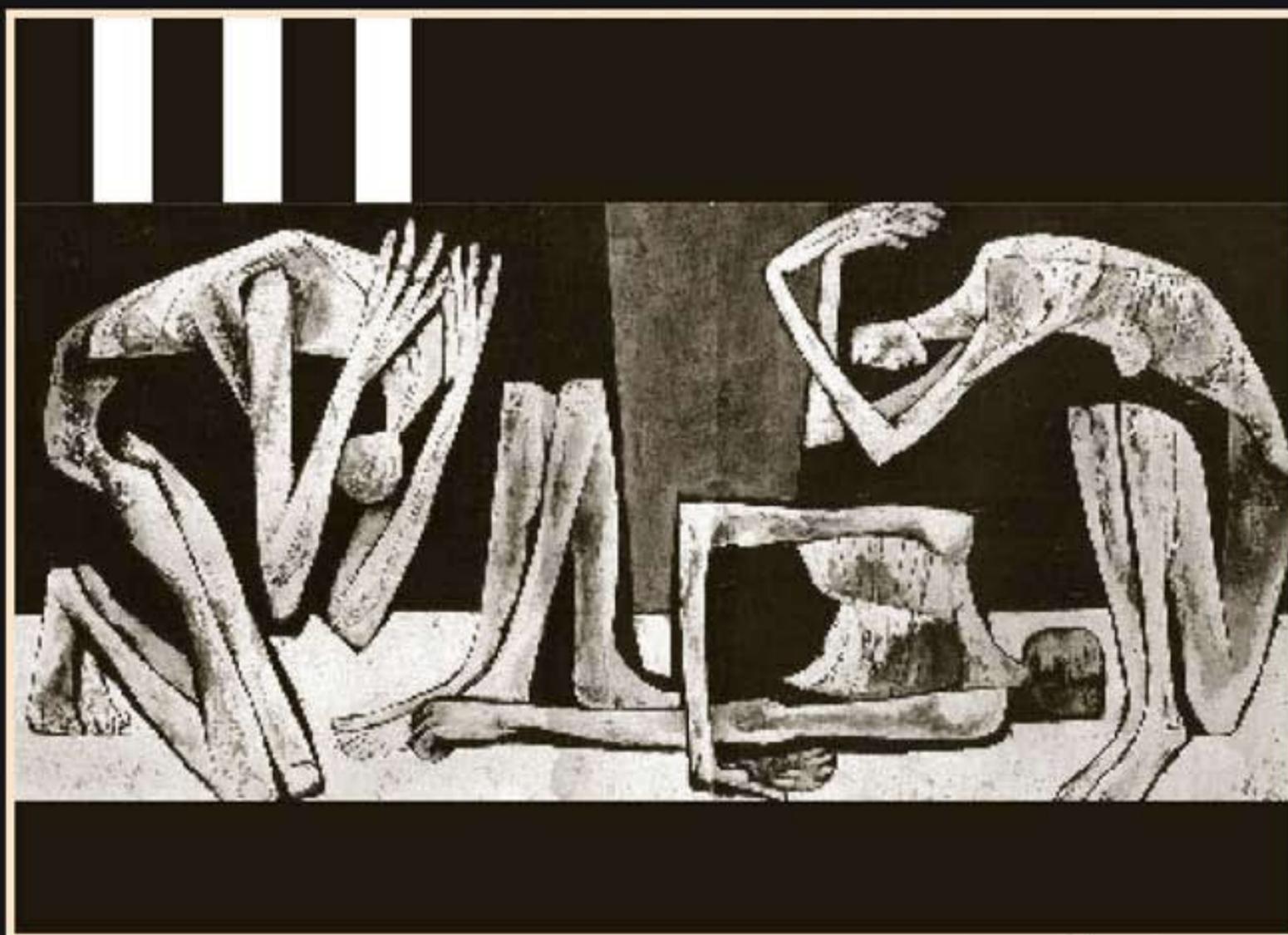
Como afirma Ricardo Piglia, Guevara “morreu com dignidade, como o personagem de Jack London” (2006, p.131). Morre o homem. Ficam suas idéias, seu exemplo, sua determinação.

Tiago Nery é mestre pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio

Referências:

- ANDERSON, J.L. *Che Guevara: uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
 PIGLIA, R. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Pelo fim absoluto da tortura



Ilustrações Guayasmin

em qualquer circunstância

MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA CUNHA ARANTES

Desde o fim do século XIX, face aos horrores das guerras imperialistas, foram criados tratados e convenções em defesa dos direitos humanos. No início do século XXI, porém, constatamos que a tortura e outras agressões à dignidade humana continuam a ser praticadas numa aberta afronta àqueles pactos civilizatórios

A exceção como paradigma

A hipótese de Freud de que os homens não teriam dificuldades para exterminar uns aos outros foi apresentada no texto *Mal-estar na Civilização*¹, escrito em 1929 e publicado no ano seguinte. O tema principal desse livro é o conflito entre as pulsões e as barreiras impostas pela civilização, referência essencial à compreensão da vida em sociedade. As instituições criadas para proteger a humanidade trazem dentro de si os ingredientes que geram o seu mal-estar, deixando à civilização uma vitória permanentemente adiada. Tomo essa concepção freudiana como um dos atalhos para compreender a construção do novo paradigma civilizatório: o do Estado de Exceção².

A proposta desse paradigma foi desenvolvida por Giorgio Agamben em *Estado de Exceção*, tornando-se referência necessária na construção do pensamento contemporâneo sobre a cultura e a civilização. Em *Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I*³, diz que a vida não pode mais ser tomada como noção médica ou científica, e é impossível distinguir entre vida animal e humana, entre vida biológica e contemplativa.

O trabalho de Agamben é radical, no sentido de raiz, e, ao escrevê-lo, bateu de frente com o problema da sacralidade da vida. Percebeu que todas as garantias e álibis construídos pelas ciências humanas – da antropologia à jurisprudência – isto é, do humano demasiadamente humano, ao humano ordenado pela cultura, que definiram o pressuposto da sacralidade como evidência, estavam todos em xeque, face à iminência da catástrofe. Seus estudos o levaram a fazer uma revisão desse pressuposto.

O caráter da sacralidade, de acordo com o pensamento de Agamben, se liga pela primeira vez à vida humana através de uma figura do direito romano arcaico. Ao Monte Sacro, consagrado a Júpiter pela plebe, eram enviados aqueles julgados pelo povo por um delito; eram *homini sacri*, ou homens sacros. Pelo crime hediondo que cometeram, não poderiam ser sacrificados, não eram dignos de um ato ritualístico e simbólico, reservado aos puros, cujas qualidades dignificariam o ato sacrificial dirigido aos deuses. Mas quem matasse o sacer não seria condenado por homicídio já que havia sido banido e excluído do universo da lei. Destituído de sua condição de pertencente à polis ficou reduzido à vida nua.

A concepção de homem sacro ou *homo sacer* funda a impunidade de sua execução, e esta é uma das vertentes a respeito do ordenamento e governo da sociedade contemporânea. Por outro lado, o termo sacer também remete ao sagrado, pertencente aos deuses, logo, não havia necessidade de uma nova ação para

tomá-lo sagrado. As imprecisões que advêm dessa dupla possibilidade – o veto ao sacrifício e a impunidade de quem o matou – remetem o sacer a um cruzamento entre matabilidade e insacrificabilidade.

Ao lançar na rede da ciência contemporânea o *homo sacer*, Agamben incorpora de vez a indecidibilidade como possibilidade, abrindo um espaço incomensurável nas formas de os homens se relacionarem e, sobretudo, nas formas de os homens se governarem. Esta zona cinzenta entre o sacer – impuro e matável – e o sagrado – propriedade dos deuses –, permite que, em última instância, alguém decida quem são os impuros e matáveis. A matabilidade do sacer não será punida ou penalizada, não haverá responsável pela sua morte, conforme essa concepção.

A figura do sacer é uma das pedras fundamentais do Estado de Exceção; a outra é o poder soberano. No Estado de Exceção, comum entre guerras, há a suspensão da própria ordem jurídica e a transformação dos regimes democráticos em regimes autoritários, com a progressiva e desmesurada expansão do poder executivo.

Convenções de Genebra

Em 1862 realizou-se a primeira Convenção de Genebra, organizada em face ao morticínio e à matança de soldados feridos na batalha de Solferino, ocorrida três anos antes entre austríacos e franco-piemonteses. Essa conferência produziu a Convenção que resultou na fundação da Cruz Vermelha Internacional e aprovou, como compromisso entre os contendores, o necessário cuidado com os feridos sem discriminação, bem como o auxílio às vítimas de guerra.

Nessa ordenação está um dos pilares das leis subseqüentes que vieram a estabelecer as bases, por meio de uma série de tratados e legislações internacionais, do que hoje conhecemos como a defesa dos Direitos Humanos. As demais Convenções de Genebra definem os direitos das pessoas combatentes ou não, em tempos de guerra.

“As duas primeiras convenções, aprovadas em 1864 e 1906, definiram o tratamento médico sem discriminação a soldados feridos em combates terrestres e navais, determinando ainda que ambulâncias e hospitais serão protegidos de todo ato hostil. A primeira aplicação real desses tratados aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial. (...) A terceira convenção, em 1929, teve como objetivo estabelecer normas para o tratamento dos prisioneiros de guerra, que foram definidos da seguinte forma: – É reconhecido como prisioneiro de guerra todo combatente capturado, podendo este ser um soldado de um exército, um membro de uma milícia ou até mesmo um civil. (...)”⁴.

O terceiro tratado fixou os limites do tratamento geral de prisioneiros, como a obrigação de tratá-los humanamente, sendo a tortura e quaisquer atos de pressão física ou psicológica proibidos. Foram estabelecidas obrigações sanitárias, tanto na higiene como na alimentação; e também o respeito à religião dos prisioneiros.

Em 1949, após a Segunda Grande Guerra, a quarta Convenção de Genebra revisou os tratados anteriores e acrescentou mais um, relativo à proteção dos civis em período de guerra. Quando hoje se fala a respeito da Convenção de Genebra, refere-se ao resultado desse tratado.

“De acordo com esta Convenção, os civis são claramente protegidos de toda hostilidade: eles não podem ser seqüestrados, para servir, por exemplo, de ‘escudos humanos’; toda e qualquer medida de retaliação, visando os civis ou seus bens, é estritamente proibida; as punições coletivas são igualmente proibidas”³.



Especificamente contra a tortura

As Convenções de Genebra foram elaboradas principalmente sobre os direitos dos combatentes em campo de batalha. Não deixaram de prever áreas onde os feridos pudessem ser atendidos; foi prevista a proteção à população civil, estendida também às batalhas navais. As nações que ratificaram as Convenções de Genebra decidiram ainda que os atos de violação ao pactuado poderiam ser passíveis de processo perante a Corte Internacional de Justiça e outros tribunais congêneres.

Com a difusão generalizada de práticas abusivas e de tortura contra prisioneiros em todas as partes do mundo, houve um avanço de tratados e de convenções que trataram mais diretamente da tortura em qualquer situação entre guerras. Foram definidos conceitos de tortura e estabelecidos pactos para seu combate e erradicação.

A Associação Médica Mundial, reunida em Tóquio em outubro de 1975, definiu a tortura como a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada, de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou

mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer. Em 1999, em Istambul, foi produzido um Manual para a efetiva investigação de documentação da tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanos ou degradantes, conhecido com o Protocolo de Istambul.

Em 10 de dezembro de 1984, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção contra a Tortura, que entrou em vigor em 1987. Esta Convenção e seu Protocolo Facultativo representaram enorme avanço, ao tipificarem a tortura como crime internacional e ao criarem mecanismos para sua denúncia. A proibição absoluta da tortura e de maus-tratos é enfatizada e não existem condições nas

quais os Estados possam deixar de lado ou restringir esta obrigação – mesmo em tempos de guerra ou outras emergências que ameacem a vida da nação. Os Estados também são proibidos de colocar indivíduos em posição de risco de tortura ou maus-tratos, por exemplo, prolongando períodos de incomunicabilidade e de isolamento. Esta proibição independe dos atributos da vítima e se esta é suspeita de crimes.

Logo, como princípio, houve um avanço no combate à tortura e na elaboração de instrumentos jurídicos para sua condenação. A civilização avançou em busca de uma vitória contra a barbárie.

A imposição de uma nova estrutura jurídica: Convenções de Genebra em xeque e a exceção na prática

Na prática, porém, o respeito aos pactos civilizatórios foi sendo sistematicamente destruído, e, retomando Agamben, podemos dizer que vivemos um tempo em que o paradigma do Estado de Exceção está colocado como imposição. Não foi necessário chegar a um impasse atômico para assistir às manobras do soberano, que está aquém da norma e acima da lei; está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico. Pertence ao soberano decidir se a constituição *in toto* pode ser suspensa.

Embora complexo como raciocínio, na prática, torna-se evidência. Estou me referindo especifica-

mente ao que está ocorrendo com o governo norte-americano, a partir da derrubada das Torres Gêmeas em Nova Iorque, em 11 de setembro de 2001.

A reordenação da estrutura jurídica, no que diz respeito à tortura e às diretrizes das Convenções de Genebra, foi uma decisão do governo dos Estados Unidos a partir do 11 de setembro de 2001. A necessidade de dar uma satisfação ao povo norte-americano sobre as causas e motivos de tal ataque voltou-se principalmente para a captura do “culpado” pelas incursões contra as Torres Gêmeas e outros alvos dentro do território do país.

A determinação de encontrar os mentores da ação levou esse governo a criar um novo arcabouço jurídico, para permitir interrogatórios que usassem a tortura – procedimento em relação aos prisioneiros de guerra até então proibido pelas leis do país e pactuado na Convenção de Genebra.

Com o propósito de tornar legal e legitimar a aplicação da tortura para obter as informações pretendidas, o governo procurou redefinir o que é tortura e, sobretudo, definir se os combatentes do Talibã são ou não prisioneiros de guerra, tentando esquivar-se das Convenções de Genebra.

“Os primeiros passos da administração se destinavam a como classificar prisioneiros da ‘guerra ao terror’ e de que forma poderia desobrigar-se da aplicação das Convenções de Genebra. Como signatários das Convenções, os Estados Unidos são obrigados a obedecê-las, tornando necessário o uso de subterfúgios para justificar métodos de interrogatório coercitivos. Ao mesmo tempo, o Estatuto Federal Anti-tortura e outros dispositivos legais contra a tortura e tratamento cruel, desumano e degradante proibiam a aplicação das técnicas pretendidas pelos interrogadores. Assim, o segundo passo para o estabelecimento de uma nova estrutura legal envolvia restringir a definição de tortura, incluindo a tortura psicológica. Com tais objetivos, o governo aprovou o uso de técnicas específicas incompatíveis com as Convenções de Genebra, assim como uma nova definição de tortura. (...) A luta contra o Talibã e a al Qaeda, classificada pelo governo norte-americano como um combate ao terror, significaria ‘um novo tipo de guerra’, que anularia as ‘estritas e obsoletas limitações de Genebra sobre o interrogatório de prisioneiros inimigos’. (...) A rejeição das Convenções de Genebra quanto aos prisioneiros da al Qaeda e Talibã foi incorporada em uma diretriz emitida pelo presidente Bush a 7 de fevereiro de 2002”⁶.

Renovação de técnicas de interrogatório: severa dor e/ou sofrimento mental

Face à necessidade de tomar os atos de tortura legais e à necessidade de eximir os executores de

qualquer responsabilização criminal, a Assessoria do Departamento de Justiça do governo dos EUA definiu que atos de tortura praticados em cumprimento a determinações do presidente, além de legais, não eram passíveis de punição, conferindo imunidade jurídica, nestas práticas, a militares e funcionários do governo. Houve uma reinterpretação jurídica, sob os auspícios do soberano/presidente, para que a exceção se instalasse. “Para que um ato constitua tortura, deve infligir dor ‘equivalente em intensidade à dor causada por um ferimento físico grave, como a falência de um órgão, a inutilização de uma função orgânica ou mesmo a morte’. Trata-se de um conceito extremamente reduutivo, incompatível com as interpretações da tortura anteriores adotadas pelo direito internacional e tribunais dos EUA, assim como o Departamento de Estado. Além disso, a definição foi baseada em códigos sobre condições clínicas emergenciais para a concessão de benefícios previdenciários. (...) O documento indica que, para ser condenado por tortura, o réu deveria ter a intenção manifesta de infligir dores severas, dessa forma estabelecendo uma linha de defesa através da negação da intenção deliberada”⁷.

Embora os pareceres de 2002 tenham redefinido a prática de interrogatórios, suas orientações permaneceram em segredo por quase dois anos, e o governo dos EUA jamais admitiu haver reinterpretado a legislação contra a tortura. Após o vazamento dos textos, em 2004, o governo finalmente decidiu divulgá-los e, reagindo às críticas, anunciou que não considerava mais válidas as orientações e que estas seriam revistas.

A respeito da questão da dor ou de sofrimento mentais, no entanto, o parecer de 2004 introduz uma nova interpretação que permite a tortura psicológica.

“Essas técnicas só se caracterizariam como tortura se houvesse demonstração específica de prolongado dano mental à vítima, o que significa dano por um longo período. Seus exemplos sugerem que as seqüelas devem durar anos depois do fato. Sob esse ponto de vista, não haveria motivos para o Departamento da Defesa ou a CIA proibirem tais práticas, pois estas somente seriam ilegais caso se comprovasse que levaram a intenso sofrimento após um longo período. (...) Isso atinge o cerne da proibição da tortura, pois o propósito da lei é, em primeiro lugar, impedir que os interrogadores a apliquem, e não esperar para ver o impacto que possa ter tido. Dessa forma, não há razão para que os interrogadores se preocupem com a possibilidade de serem julgados por cometerem atos de tortura psicológica. Em resumo: se o parecer da Assessoria Jurídica for mantido, com certeza continuará a tortura psicológica, na forma de ameaças de morte, privação sensorial, isolamento, humilhação sexual e privação do sono”⁸.

Abril de 2008

Com o título “O governo Bush e a carta branca para a tortura”, um editorial do *The New York Times*⁹ informou que o governo havia elaborado um memorando de 81 páginas para justificar a decisão oficial de ignorar as leis federais e ameaças internacionais e dar carta branca ao abuso da tortura de prisioneiros de guerra.

Um dos primeiros argumentos reitera o que já fora dito por assessores jurídicos: as leis não se aplicam a Bush por ele ser o comandante do Estado. Na opinião de muitos advogados do governo, os membros da al Qaeda e Talibã não estariam incluídos na Convenção de Genebra. Em relação ao waterboarding, que simula o afogamento, opinam ser apenas uma imitação e não uma ameaça de morte.

Ao vetar uma lei contra a tortura, o presidente/soberano justificou: “O projeto de lei que o Congresso me enviou iria acabar com uma das ferramentas mais valiosas da guerra contra o terror. Por isso vetei. (...) Essa não é a hora para o Congresso abandonar práticas que se provaram eficientes na tarefa de manter a América segura”, disse Bush¹⁰.

Afogamento simulado, posições estressantes, isolamento, humilhação sexual, exposição prolongada a frio intenso e calor extremo vêm sendo chamados de técnicas de tortura light; são chamadas de práticas enhanced – aprimoradas – de tortura, não deixam marcas corporais como nos casos de tortura psicológica. O método de obrigar prisioneiros a ficarem de pé ininterruptamente por 40 horas mereceu um comentário por parte de um secretário de Estado (...) que disse que em seu emprego “também é exigido que se passe horas de pé”¹¹.

Nas chamadas práticas de aprimoramento da tortura, sobretudo as que envolvem aspectos psicológicos, psicólogos dos EUA foram chamados a assessorar os militares baseados no Iraque e assessorar os interrogadores da CIA. Triste adesão, que mereceu o repúdio tanto da Associação Médica quanto da Associação de Psiquiatria. A Associação Americana de Psicologia (APA) considerou que poderia minimizar o sofrimento do torturado e colaborou efetivamente com a CIA na concepção de técnicas aprimoradas de tortura, exercendo um raciocínio macabro de presenciar as sessões, supondo poder humanizá-las, esquecendo de que, dentro de instalações militares e sob serviço militar, a autoridade é o militar. Essa adesão levou a uma cisão na APA e foi proposta por dissidentes a não participação nas sessões de tortura. Mais recentemente foi divulgado pela APA que os psicólogos estão definitivamente proibidos de qualquer prática definida como tortura e de qualquer outro tratamento cruel, desumano ou degradante,

conforme as resoluções de Genebra e da ONU.

Como alternativa houve a proposta de que poderiam passar a orientar e preparar os interrogadores-torturadores, utilizando os conhecimentos da psicologia, pretendendo torná-los menos agressivos e mais eficazes.

Essas posições foram veementemente criticadas durante o Encontro: Enfrentamento da Tortura: Implicações Éticas e Políticas para a Psicologia, promovido pelo CRP 06 em 29 de fevereiro de 2008, realizado na sede em São Paulo. Os principais pronunciamentos desse evento foram divulgados no PSI Jornal de Psicologia do CRP SP nº 155.

O cenário da bomba-relógio

Embora o 11 de setembro tenha levado à insanidade o governo Bush, sabemos que a idéia de que a tortura pode evitar um mal maior é raciocínio antigo e recorrentemente praticado em outros países e em outros conflitos, armados ou não. Atualmente, esse raciocínio recebeu uma nova construção e reforço e vem sendo divulgado com o nome de cenário da Bomba-Relógio. A gravidade da proposta é que ela foi montada com todos os recursos da propaganda e do marketing e com suporte televisivo e cinematográfico, e tem usado estes canais de comunicação para sua difusão, sobretudo nos EUA, na Europa, na Austrália e em todos os lugares onde a televisão é uma forma de entretenimento da família e formadora de opinião.

O Cenário da Bomba-Relógio mereceu da Associação para a prevenção da Tortura (APT) recente e ampla divulgação através do folheto: Desativando o Cenário da Bomba Relógio – Por que nós devemos dizer Não à tortura, sempre.

“O Cenário da Bomba-Relógio é um ‘experimento mental’ hipotético destinado a questionar a proibição absoluta da tortura. Pode ser formulado da seguinte forma:

Suponha que alguém envolvido em um ataque iminente, que matará muitas pessoas, tenha sido capturado pelas autoridades e que só se for torturado revelará as informações necessárias para impedir o atentado. Ele deve ser torturado?

O Cenário da Bomba-Relógio atua através da manipulação das reações emocionais do público. Cria um contexto de medo e raiva. Deforma artificialmente as circunstâncias, de forma a gerar simpatia ou até admiração para o torturador e ódio ou indiferença para a vítima de tortura. Sua natureza dramática o tornou um dos enredos favoritos de programas populares de TV e filmes de ação.

Quaisquer que sejam os motivos de sua apresenta-

ção em um determinado contexto, o efeito pretendido com o Cenário da Bomba-Relógio é criar dúvida sobre a sabedoria da proibição absoluta da tortura. Esta dúvida, por sua vez, está em geral destinada a levar o público a aceitar que se crie uma exceção jurídica para a proibição, ou ao menos a aceitar que as leis contra a tortura não sejam aplicadas em alguns casos.

O objetivo real dos proponentes do Cenário da Bomba-Relógio seria criar uma exceção ampla, enquanto aparentam sugerir algo restrito. Tentando forçar os adversários da tortura a admitirem que esta poderia ser aceitável, ao menos em casos extremos, os proponentes do Cenário da Bomba-Relógio esperam debilitar o próprio conceito de que a oposição à tortura deve ser absoluta, como questão de princípio e prática.

A aposta feita pelo Cenário da Bomba-Relógio é altíssima: o fim da proibição absoluta da tortura, através de um processo sistemático e permanente de divulgação com vistas a formar opinião e tomar o espectador, ou ouvinte e leitor, como implicado em uma hipotética situação onde estivesse, ele e/ou seus familiares, amigos ou colegas, pessoalmente envolvidos em uma situação de risco iminente”¹².

Embora as organizações internacionais de Direitos Humanos venham denunciando continuamente maquinações que atingem o coração da civilização, da moralidade e da ética que sustenta as relações sociais, a chamada tortura light e o cenário da bomba-relógio são os estigmas do nosso tempo.

No Brasil, sabemos que em nossas prisões a tortura continua como sempre esteve e que o padrão

de desrespeito às pessoas em privação de liberdade e em locais de isolamento é de permanente risco. Estas pessoas são crianças, são jovens e são adultos, são idosos. A prática de tortura saiu dos porões: ocorre a céu aberto, nos morros, dentro de viaturas policiais, dentro das casas de suspeitos tomados matáveis. São evidências de que o combate sem trégua à tortura continua necessário e que os avanços da ciência e tecnologia não fizeram avançar, na mesma proporção, o aprimoramento das relações entre os homens.

A concepção de que no cenário da tortura há três envolvidos, o torturado, o torturador e a sociedade que a permite, nos entrega uma responsabilidade da qual não devemos e nem podemos nos furtar: a de divulgar; nos posicionar e combater sem exceção, e em qualquer circunstância, a tortura: aqui, em qualquer estado ou cidade do nosso país e em qualquer lugar ou cidade de qualquer parte do mundo.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP(Conselho Nacional de Psicologia)/06, gestão 2007-2010

Referências bibliográficas

* Este texto é uma versão atualizada do trabalho apresentado na Mesa Tortura como Política e Prática de Segurança de Estado durante o II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 25 maio de 2008.

Notas

¹ Freud, S. *Obras Psicológicas Completas*, Edição Standard Brasileira, trad. J. O. Aguiar Abreu, Imago, Rio de Janeiro, 1969, vol XXI.

² Agamben, G. *Estado de Exceção*, trad. Iraci D. Poleti, São Paulo, Boitempo, 2004.

³ ———. *Homo sacer, O poder soberano e a vida nua I*, trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

⁴ Convenções de Genebra http://www.onu-brasil.org.br/documentos_convencoes.php (Consultado em 20/05/2008).

⁵ Convenções de Genebra http://www.onu-brasil.org.br/documentos_convencoes.php (Consultado em 20/05/2008).

⁶ Physicians for Human Rights – PHR Library – Break Them Down: Systematic Use of Psychological Torture by U.S. Forces – p. 72-79. <http://physiciansforhumanrights.org/library/documents/reports/break-them-down-the.pdf> (Consultado em 20/05/2008).

⁷ idem, ibidem.

⁸ idem, ibidem.

⁹ *The New York Times*, “O governo Bush e a carta branca para a tortura”, http://ultimosegundo.ig.com.br/new_york_times/2008/04/04/editorial_o_governo_bush_e_a_carta_branca_para_a_tortura_1258508.html (Consultado em 20/05/2008).

¹⁰ TeleSurtv.net <http://www.telesurtv.net/secciones/noticias/nota/25232/bush-veta-ley-contra-la-tortura/> (Consultado em 20/05/2008).

¹¹ Idem, ibidem.

¹² APT – Associação de Prevenção da Tortura, Genebra, 2007, www.appt.ch (Consultado em 20/05/2008).

Bossa Nova, 50 anos da promessa de vida

FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO

Corria o ano de 1958. O Brasil industrializava-se de forma acelerada e vivia um clima de grande entusiasmo. Uma atmosfera de esperança – que se revelaria mais tarde um tanto ingênua – tomava conta do país. O mercado interno conhecia forte expansão, e a população experimentava o acesso a novos bens de consumo. No meio do Planalto Central erguia-se Brasília, a nova capital federal. E, na Suécia, a seleção brasileira conquistava sua primeira Copa do Mundo, livrando-se do “complexo de viralata” de que falava Nelson Rodrigues.

Quando naquele mesmo ano o baiano de Juazeiro João Gilberto lançou o compacto de 78 rotações *Chega de Saudade* – que trazia no título a composição antológica de Tom Jobim e Vinícius de Moraes –, talvez não tivesse ainda a exata noção do significado histórico daquele momento e das potencialidades do novo estilo musical que acabava de inaugurar. A maneira de cantar de Gilberto, um estilo minimalista avesso a vibrattos, tremellos e outros ornamentos vocais, fugia radicalmente da tradição dos grandes cantores do rádio. Sua forma de tocar violão também inovava, com uma batida sincopada que deslocava ligeiramente o samba de sua acentuação tradicional. Esses elementos rítmicos e vocais, aliados à revolução harmônica e melódica promovida por Tom e ao extraordinário lirismo da poesia de Vinícius, configuravam o movimento que passaria à história com o nome de Bossa Nova.

Cinquenta anos depois o Brasil homenageia com orgulho essa expressão musical, fruto de uma época de modernidade e desenvolvimento, na qual o país começava a acreditar em si. Com a Bossa – marco da internacionalização da cultura brasileira – nosso povo toma pé de sua riqueza cultural, e percebe ter notas singulares a acrescentar ao rico patrimônio da humanidade.

Como afirmava Mário de Andrade, só é universal aquilo que é profundamente nacional. Assim foi, e é,



Ao fundo, Castro Neves, Sérgio Ricardo, Ari Barroso e Tom Jobim. Em primeiro plano, João Gilberto e Ronaldo Bôscoli

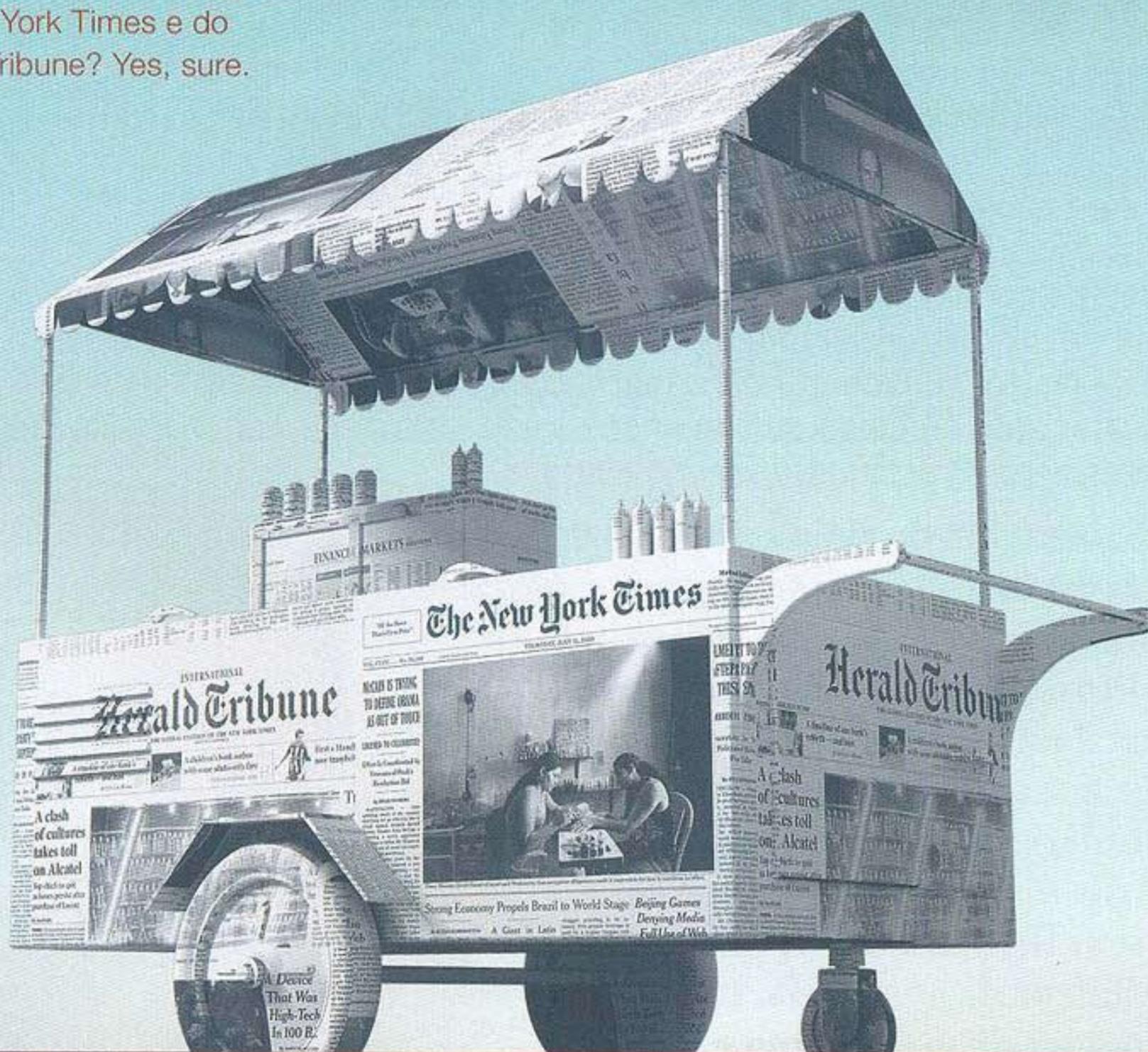
a Bossa Nova – uma revolução estética que mergulha no mais profundo de nossa música popular para extrair dela elementos de validade universal. Com a Bossa – movimento que legou ao mundo algumas das músicas mais executadas do Planeta, como *Garota de Ipanema* e *Águas de Março* – a tão brasileira “promessa de vida” revela-se uma aspiração geral, um “mistério profundo” densamente entranhado, qual “febre terçã”, nos corações e mentes de cada ser humano.

A Bossa é o retrato de uma cultura que, sem receio de dialogar com as outras, busca incorporar as mais elevadas conquistas culturais da civilização sem, no entanto, abrir-mão de um ponto de vista autóctone, intensamente ligado à exuberância de nossas paisagens naturais e humanas, e à suave simplicidade de nossa vivência.

Exuberância e simplicidade – eis aí, aliás, uma boa síntese da civilização brasileira.

Fábio Palácio de Azevedo é jornalista, mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP).

Se a gente ficou orgulhoso em ser destaque nas páginas do New York Times e do Herald Tribune? Yes, sure.



Quem trabalha para fazer o Nordeste crescer merece destaque. E o Crediamigo do BNB, o maior programa de microcrédito do Brasil, é um bom exemplo disso. Em 10 anos, já foram mais de R\$ 4 bilhões aplicados em mais de 4,5 milhões de empréstimos para pequenos negócios como lanchonetes, borracharias, padarias e salões de beleza. Ao todo, mais de 850 mil brasileiros receberam crédito e orientação, o que fez o Crediamigo ser reconhecido bem além das nossas fronteiras. Os jornais New York Times e Herald Tribune destacaram em suas páginas o esforço do Crediamigo para apoiar e valorizar o potencial de cada nordestino. E mais uma vez o BNB trouxe boas notícias para o Nordeste e para todo o Brasil.



Banco do Nordeste



Machado de Assis

e a alma da nacionalidade

Faz cem anos que o escritor Machado de Assis deixou de viver. Para homenagear sua memória, *Princípios* publica o trecho abaixo, de um artigo do dirigente comunista Astrojildo Pereira, escrito em 1958 para lembrar os 50 anos de sua ausência. O tempo, árbitro da verdade, confirmou o juízo crítico de Astrojildo sobre a obra machadiana, bem como o seu prognóstico de que Machado ao longo dos anos se tornaria um autor lido e amado pelo povo brasileiro e reconhecido mundialmente.

“A passagem do cinquentenário da morte de Machado de Assis veio mostrar como cresceu e cresce, dia a dia, o interesse do público pelas obras do grande escritor. E isto significa, parece-me evidente, que a massa de leitores, o Brasil que lê e estuda, compreende e sente Machado de Assis como um escritor que reflete em seus livros a alma da nacionalidade, a realidade da nossa vida, tudo quanto possuímos de mais íntimo e genuíno em nossa maneira de ser. Isto significa, ainda, em contrapartida, que não cabe razão àqueles que pretenderam e ainda pretendem colocar a obra machadiana fora do seu país e do seu povo, e como algo de requintado, superior e inacessível ao leitor comum. Está provado: Machado de Assis é um escritor nacional e é principalmente nesta qualidade que ele interessa e interessará cada vez mais ao povo brasileiro”.

Astrojildo Pereira,
in *Machado de Assis – ensaios e apontamentos avulsos.*
Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.



ISSN 1415766-8
9771415788005

